

soluções para operacionalizar as políticas definidas pelos Conselhos de Saúde. Há a comissão Intergestores Bipartite (Município e Estado), a comissão Intergestores Tripartite (Município, Estado e União), Mesas Permanentes de Negociação do SUS. Estas são formadas pelos trabalhadores, gestores e Pólos de Educação Permanente do SUS, nas quais, trabalhadores, usuários, universidades e prestadores de serviço discutem, juntos, a educação na saúde.

Em relação à universalidade e à equidade, há um problema grave. Todos temos direitos e estes direitos têm que ser resguardados. Então, os medicamentos de alto custo são o que hoje causam maior dificuldade para a gestão do SUS. Os juízes determinam que os gestores comprem medicamentos até um milhão de reais e isto prejudica os princípios de universalidade e a equidade.

Os atuais desafios do SUS são: 1 – a transmissão de responsabilidades para os Estados e Municípios; 2 – a integração dos sistemas municipais; 3 – a organização e o planejamento funcional do sistema, seja por falta de quadros técnicos, seja por falta de recursos; 4 – a regionalização dos critérios de alocação de recursos; 5 – a garantia de resolubilidade e acesso aos serviços de saúde.

A participação do nível federal, no financiamento do SUS, dá-se com o orçamento do Ministério da Saúde, proveniente de impostos e contribuições, e que é transferida, Fundo a Fundo, para Estados e Municípios, por meio de convênios e remuneração por prestação de serviços. Os Estados e Municípios também são co-financiadores da gestão dos serviços de saúde. As dificuldades e o cumprimento das competências dizem respeito à relação paradoxal entre as Unidades Federadas, co-existência de autonomia federativa e práticas político-administrativas centralizadoras. Há ainda o problema da não responsabilização dos gestores, pelo cumprimento das metas pactuadas e dos recursos financeiros insuficientes e fracionados.

Extremamente grave é a pouca participação dos Estados, no financiamento do SUS. Há Municípios que estão alocando muito mais recursos do que a Constituição garante e há Estados que estão muito abaixo do teto que seria necessário. Há ainda uma grande carência de recursos humanos, precarização das relações de trabalho, baixa resolubilidade das ações, dificuldade no acesso aos serviços e inadequação da gestão.

As principais ações governamentais do SUS são amplamente conhecidas: ampliação do acesso a medicamentos, Farmácia Popular, Programa Saúde na Família, QualisUS, SAMU, Saúde Mental, Saúde da Mulher, Saúde Indígena, Políticas de Transplantes, Saneamento Básico, Controle de Hanseníase e Tuberculose, Saúde Suplementar, Produção de Insumos Estratégicos para o SUS. Estes são programas prioritários para o Governo Federal, na gestão do Presidente Lula.

O monitoramento da avaliação da gestão do SUS é necessário por que, na construção de uma política pública, não podemos contar apenas com uma legislação que determine este monitoramento, com diretrizes e princípios, sem que isto se reflita sobre o monitoramento e a avaliação desta gestão. No caso da cultura, também seria interessante que houvesse alguma forma de proporcionar a implementação imediata do monitoramento.

Este é o aspecto mais importante da gestão do SUS que deveria, de alguma forma, ser imitado. O SUS só sobrevive às investidas de privatização por que tem a seu favor a participação da população, a gestão participativa e o controle social da gestão das ações dos serviços, pelos Conselhos de Saúde.

O Conselho Nacional de Saúde foi criado em 1937, obviamente, com outras funções. Hoje, suas funções são completamente diferenciadas, estabelecidas por lei e com outra formatação. O Conselho de Saúde tem caráter permanente e deliberativo e é um órgão colegiado composto por representantes do governo, prestadores de serviço, profissionais de saúde e usuários que atua na formulação de estratégias e no controle e execução da política de saúde, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros. Quem faz o controle da gestão financeira são também os Conselhos de Saúde, cujas decisões devem ser homologadas pelo chefe do poder legalmente constituído. Quando esta homologação não é feita, há mecanismos, junto ao Ministério Público, para fazer cumprir as deliberações dos Conselhos de Saúde.

A Lei 8.142, que dispõe sobre a participação popular no repasse de financiamento, prevê duas instâncias colegiadas em cada uma das esferas de governo – nos níveis federal, estadual e municipal – que são as Conferências de Saúde e os Conselhos de Saúde. O atual Conselho de Saúde é composto por 40 Conselheiros Titulares, com igual número de 1º e 2º Suplentes, com uma representação de usuários equivalente a 50%, 25% de trabalhadores e 25% de gestores e prestadores de serviço. A Resolução nº 333/2003, do Conselho



Nacional de Saúde, serve de base para a orientação dos Conselhos nos Estados e Municípios.

No segmento dos trabalhadores, temos representantes de todas as entidades nacionais da área de saúde, que compõem o Fórum de Entidades Nacionais dos Trabalhadores de Saúde, que se organizam, antes da reunião do Conselho, para debater a pauta do Conselho e levar as posições dos trabalhadores para a construção do Sistema Único de Saúde.

No segmento de gestores e prestadores de serviço, participam vários Ministérios, como o Ministério da Previdência Social, da Educação, da Cultura, do Trabalho e Emprego; várias Secretarias, como a Secretaria Especial de Políticas de Mulheres e Igualdade Racial; o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS), que representa os Estados; o Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde (CONASEMS), que representa os Municípios; entidades nacionais de trabalhadores da área de saúde; entidades nacionais de representação dos médicos; Confederação Nacional da Indústria etc. Todos eles estão contemplados na representação do Conselho de Saúde.

A articulação e mobilização entre estes Conselhos de Saúde se dão da seguinte forma: o Conselho Nacional de Saúde se articula com os Conselhos Estaduais de Saúde e Conselhos Municipais de Saúde. Eles não têm caráter de ascendência um sobre o outro, nem de hierarquia, mas, articulam-se e há uma Plenária Nacional dos Conselhos de Saúde, composta dos Conselheiros dos três níveis. Estes Conselheiros se reúnem regularmente, em nível regional, e, periodicamente, em Brasília. No final do ano passado, foi realizada uma Plenária Nacional de Conselheiros, com a participação de mais de 2.000 Conselheiros de Saúde de todo o Brasil.

Os principais desafios do controle social, hoje, são: 1 – a luta pela garantia dos direitos dos usuários do SUS; 2 – a regulamentação da Emenda Constitucional sobre o financiamento do SUS, nas esferas de governo – União, Estados e Municípios. Esta Emenda Constitucional precisa ser regulamentada e passar informações à população brasileira sobre os direitos conquistados, na saúde, desde a Constituição de 1988. O SUS é para todos, assim como a cultura e o lazer.



CONVENÇÃO INTERNACIONAL DA DIVERSIDADE CULTURAL

Deputado Federal Paulo Delgado

Presidente da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados em 2005 e 2006



“A globalização ‘desterritorializa’, aliena e cria a idéia de que você pode ser mundial, sem ser local.”

Resumo

A 33ª Conferência da UNESCO, realizada em Paris, em outubro de 2005, aprovou a Convenção Internacional para a Proteção e Promoção da Diversidade Cultural. A este respeito faz sentido a formulação proposta pelo deputado federal Paulo Delgado, presidente da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, em que diz que para enfrentar a globalização, temos que criar a “glocalização”, entendendo que só será universal quem for respeitoso com seus valores locais. Neste sentido, a Convenção redireciona o modelo de decisão no mundo nesta área e fixa, para países como o Brasil, um instrumento jurídico internacional, capaz de garantir a todos os países a autonomia e as condições para construção de suas próprias regulações, políticas de integração e suas próprias políticas de preservação. Na verdade, estabelecendo no âmbito do comércio internacional um tratamento diferenciado para os bens e produtos culturais. É essencial construir-se a idéia de que, a partir da valorização da diversidade cultural, podemos construir uma outra visão do mercado, da relação entre comércio e cultura. A Convenção cria uma exceção para os bens culturais e permite que nos integremos ao mundo sem desintegrar a nossa sociedade. Permite ainda participar dos bens e serviços criados pela globalização sem desmontar o padrão cultural interno de um país, que protege muito mais do que o policiamento de suas fronteiras. Assim, a 1ª Conferência Nacional de Cultura, realizada em dezembro de 2005, em Brasília, teve como base estes novos conceitos. A Lei da Diversidade Cultural é o novo “Protocolo de Kyoto da Cultura”.

Para mim, foi uma honra muito grande estar em Paris naquele dia 20 de outubro, na 33ª Conferência da UNESCO, por vários motivos. Primeiro, pela companhia destes grandes avatares da cultura brasileira, que estão hoje à frente do Ministério da Cultura, o Ministro Gilberto Gil, o Sérgio e tantos outros, como também, pela própria Convenção Brasil-França, que termina agora e que teve um ano considerado dos mais importantes desta parceria bilateral entre o Brasil e a França, na área de cultura. O Brasil está entrando nos grandes museus da França, sem dever nada a ninguém, disputando seu lugar com lindas exposições, como a exposição “Melancolia”. Eu trabalho na área da saúde mental, sou autor da Lei da Reforma da Saúde Psiquiátrica Brasileira e me interesso pela alma das pessoas. Ver em Paris uma exposição sobre a arte indígena brasileira, no Museu d’Orsay, ao mesmo tempo em que há uma exposição sobre a história da melancolia no mundo e em que, na UNESCO, está se discutindo a diversidade cultural e a aprovação de um novo Estatuto Internacional, é enfrentar este direito invisível que criou a idéia da globalização.

A globalização é um direito invisível por que ninguém sabe quem a construiu. Ela funciona como um registro total dos movimentos sociais. Não é por outro motivo que os Estados Unidos, há 20 anos, saíram da UNESCO porque não acreditavam na possibilidade da cultura imaterial e da Convenção sobre a Diversidade Cultural. Naquela época, nos anos 1990, chamava-se “exceção cultural” por que a única exceção que se pode imaginar para enfrentar a globalização é enfrentar esta ordem jurídica invisível que a globalização criou e que só será confrontada pelos mecanismos culturais. Educação e cultura como variável do desenvolvimento; educação e cultura como fator de estabilidade social; educação e cultura como forma de deslocar o risco social de

um país para áreas onde seja possível reumanizar as pessoas e “reterritorializá-las”. A globalização “desterritorializa”, aliena e cria a idéia de que você pode ser mundial, sem ser local.

Por isto, o conceito que eu proponho é que nós saíamos desta 1ª Conferência Nacional de Cultura com outro conceito. Para enfrentar a globalização, vamos criar a “glocalização” – “só será universal quem for fortemente local”. Não foi Picasso quem fez Guernica. Quem fez Guernica, foi Franco. Picasso interpretou o sentimento espanhol, ao colocar na tela, a brutalidade do nazismo e do fascismo espanhol. Este é que é o artista. Quem criou o cinema não foram os cineastas. Quem criou o cinema, foi o circo; quem criou o teatro, foi o circo; quem criou o Chaplin, foram os palhaços russo, belga, norueguês, italiano.

E o que é que faz a globalização? A globalização quer nos fazer receber localmente os valores universais sem nos movimentar do lugar. Temos que voltar à cultura nômade, a cultura do deslocamento das pessoas de um lugar para o outro, levando as suas atividades e mostrando o que tem de bom e o que tem de essencial na natureza humana. Ou seja, qual é o lugar específico do poder, no processo de globalização? É a idéia de uma ordem social homogênea, é a idéia de uma ordem social imutável, é a idéia de que temos que conviver e aceitar que 85% dos *tickets* de cinema, no mundo, sejam para os filmes de Hollywood. Isto não pode existir. E não por que Hollywood viu o debate lá em Paris, não por que, como dizia a delegada americana, os conteúdos do cinema norte-americano são mais universais do que os do cinema francês, do cinema italiano ou do cinema brasileiro. O Embaixador da França pediu a palavra e respondeu: “Não, minha senhora. Não é por que os conteúdos de Hollywood são mais universais. É por que vocês tiram mais cópias”. O que é universal é o número de cópias da “*Universal Pictures*”.

Então, por que é que nós não podemos tirar mais cópias? Por que é que nós não podemos fazer um acordo com as Igrejas Evangélicas e reocupar os cinemas do interior do Brasil? As prefeituras que arrumem outros templos, com todo o respeito. Esta idéia não ocorreu só no Brasil. Quando você vai à França, você vê a luta dos franceses para impedir que os cinemas virem supermercados, que os cinemas virem igrejas, que virem bingos e outras coisas mais. Os cinemas são cinemas. Quem não gosta de “Lisbela e o Prisioneiro”? Quem não gosta de “A Rosa Púrpura do Cairo”? Quem não gosta de “Cinema Paradiso”? É o cinema pelo cinema. Quem não gosta de teatro?

A Convenção da Diversidade Cultural redireciona o modelo de decisão no mundo e fixa, para países como o Brasil, um instrumento jurídico internacional, que vai garantir a todos os países a autonomia e as condições para construção de suas próprias regulações, suas próprias políticas de integração e suas próprias políticas comerciais. Na verdade, a Convenção sobre a Diversidade Cultural estabelece, no âmbito do comércio internacional, um tratamento diferenciado para os bens e produtos culturais. Os parceiros americanos nesta conferência foram Israel, Austrália, Nicarágua, Honduras e Libéria. Ativamente Israel, que votou com os Estados Unidos e, surpreendentemente, a Nicarágua, que sabe da força de sua cultura, absteve-se. A Libéria, Honduras e Austrália acompanharam o voto de abstenção. Foi quase uma unanimidade. Isto é raro numa Convenção da ONU. Construiu-se a idéia de que, valorizando a diversidade cultural, podíamos construir uma outra visão do mercado e uma outra visão do comércio internacional. É por isto que a Convenção cria uma exceção para os bens culturais. Mesmo tratados no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), acho que a diplomacia brasileira tem sensibilidade muito grande para que os bens culturais e as questões culturais sejam tratados no âmbito de uma outra organização do Sistema das Nações Unidas, que seja, de uma Organização Mundial da Cultura e da Educação. A idéia é que seja uma OMCE para cultura e educação, na qual se possa fugir dos conceitos de quota, contêiner, quilo, tonelada, batata, petróleo, ferro etc. Isto é uma coisa diferente de cinema, literatura, arte e audiovisual. É isto que os americanos não querem. O sistema de Bretton Woods, de 1944, produziu o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e o padrão dólar como fator de estabilidade das moedas, que não se justifica mais. Os países têm que forçar o sistema internacional a ter o Euro, também, como moeda por que o mundo não é mais unipolar. Foi Bretton Woods quem criou a idéia de que a cultura americana e a economia norte-americana poderiam sintetizar a cultura mundial e não aceitavam a idéia do “Chiclete com Banana” e da integração sem “desterritorialização”.

Hoje, a Convenção da Diversidade Cultural permite que nos integremos ao mundo sem desintegrar a sua sociedade. Permite participar dos bens e serviços criados pela globalização sem desmontar o padrão cultural interno de um país, que protege muito mais do que o policiamento de suas fronteiras. Não foi o exército do Vietnã quem venceu a guerra. Foi a cultura do Vietnã quem venceu a guerra. Não é o exército cubano quem defende as fronteiras de Cuba. É a forte cultura

humanista de Cuba que impede que o exército americano invada Cuba. Ou seja, o que protege nossas fronteiras não é o nosso glorioso exército que tem a função de defesa da soberania nacional. Temos 17.000 km de fronteira e dez vizinhos. Somos o quinto país com mais vizinhos, no mundo. Quem protege nossa fronteira é a língua portuguesa, é a cultura brasileira.

Hoje, quando falamos em integração com a América Latina, estamos falando daquele velho sonho de uma Sociedade Latino-Americana de Nações, do “soy loco por ti, América”. Esta idéia se faz com a decisão correta do Governo Brasileiro de introduzir o espanhol como idioma opcional, no ensino médio brasileiro, a partir do ano que vem. E nós esperamos, Daniel González, nosso amigo da Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI), que a América Espanhola introduza o português nas escolas básicas da América Espanhola e que professores brasileiros possam dar aula, na América Espanhola, e que, professores de lá, venham dar aulas aqui, no Brasil.

Os bens culturais são duais, são simbólicos e comerciais, veiculam identidades, valores e subjetividades. Não devemos ter medo de criar uma indústria cultural, sob controle nacional, com as cinco características que deve ter a democratização do processo de expansão cultural. A primeira delas é a descentralização. Um Plano Nacional de Cultura tem que levar em conta a diversidade brasileira, da região mais distante do Norte à região mais remota do Sul, passando por todas as áreas; tem que ser universal e incorporar todos os brasileiros e todas as manifestações culturais, por que cultura, é tudo aquilo que é verdade e o contrário, também, é verdade. Na cultura, não pode haver dedo na cara. A cultura é diálogo, integração, assimilação e manutenção dos processos culturais originais, transformados pela evolução da própria cultura. É aquela célebre discussão se os italianos deveriam repintar ou recuperar a tinta original de muitos prédios históricos de Roma, de 500, oitocentos e até mil anos atrás, ou se consideravam a pátina do tempo parte da cultura e da cor de Roma. Esta é a grande discussão. A poeira faz parte do tempo, ou nós devemos ficar limpando tudo, criando esta sociedade clean, sem pecado original, mas, que não levará ninguém para o céu?

Evidentemente, cultura é um pouco de coragem e ousadia para perceber que o que produz a nova moral cultural é a busca da felicidade humana. Temos que trabalhar para que as pessoas sejam felizes, honradas e absolutamente integradas no

ambiente onde vivem. É por isto que temos que evacuar os lugares do poder da cultura tradicional, da cultura imposta, da cultura sem compreensão da realidade. Foi o que os franceses fizeram com o MacDonald's. Pode ter o MacDonald's, mas, tem que ter um pouquinho de MacDonald's com *h*, tem que ter um pouquinho daquele patê, que os franceses tanto gostam. Antigamente, o bolinho do MacDonald's era de carne moída, feito em toda a família brasileira grande. Todo o almoço vira MacDonald's à tarde. Este é um sanduíchão brasileiro conhecidíssimo.

Então, é esta idéia de interferir nos bens culturais, de não deter a globalização preconceituosamente, mas, de impedir que os lugares do poder, impostos de maneira imperial, possam definir uma política cultural que não vai respeitar o nosso povo. É preciso migrar, migrar sempre, criar uma mobilidade e um êxodo permanente que sempre foi, na verdade, a forma de construir e proteger a cultura em todo o mundo. Eu menciono a França por que é o país mais visitado do mundo. O nômade antigo, que produziu a cultura do circo, que produziu a cultura dos ciganos, que produziu a cultura dos índios, que produziu a cultura dos que viajavam, de Marco Pólo e tantos outros, que vieram trazendo as coisas de um lugar para o outro. O pêssego veio com Marco Pólo para o Irã, depois chegou à Turquia, à França, as frutas foram misturando os gostos e os cheiros e, para que se possa controlar tudo isto, é preciso voltar a este nomadismo e é preciso que uma cultura se inter-relacione com a outra, sem perder sua característica original. O que mais se parece hoje com o nômade é o turista. É o que mais circula e vai fazendo uma polinização cruzada. É troca. É aquele monte de japoneses no Brasil e aquele monte de brasileiros no Japão. É isto que é cultura. É este desejo irremediável de avançar e de conhecer outras coisas.

Enfim, encerro, afirmando que a Lei da Diversidade Cultural é o novo “Protocolo de Quioto da Cultura”. A única coisa que é intransponível para nós, brasileiros, a única política incontornável é a política de respeito aos direitos humanos. Esta é incontornável em qualquer país em que se esteja. A política cultural é sempre uma exceção e deve ser protegida e subsidiada, como os franceses protegem e subsidiam os mais de 300 tipos de queijo que têm, o seu perfume, a sua dança, a sua música e a sua arte.



O BRASIL E A CONVENÇÃO INTERNACIONAL DA DIVERSIDADE CULTURAL

Secretário Marcelo Dantas

Divisão de Assuntos Multiculturais Laterais do Itamaraty

Resumo

Proteger e garantir a diversidade com o mercado cada vez mais globalizado é uma tarefa difícil. Diante desta realidade, a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade e das Expressões Culturais, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) firmou um texto internacional, aprovado e assinado formalmente por diversos países, com o propósito de assegurar a proteção e promoção da diversidade cultural. O documento também prevê o fortalecimento da cooperação e da solidariedade internacionais e garante a afirmação do direito soberano dos Estados de implementarem políticas e medidas destinadas a proteger e promover as diversas expressões culturais em seu território. Com este pacto, os países signatários passam a ser regulados na atuação internacional e nacional.

A atuação principal do Brasil na UNESCO foi colocar em questão a importância da diversidade. Foi o Brasil quem colocou em debate uma série de fatores novos, como a defesa das culturas tradicionais, das minorias, do incentivo maior à cooperação para o desenvolvimento. Questões modernas como o reconhecimento da importância das indústrias culturais, da cultura como geração de emprego e renda e da cultura como setor dinâmico da economia brasileira só entraram em pauta na gestão do ministro Gilberto Gil. Só agora se passou a valorizar a importância da cultura como meio de um país se reconhecer e se desenvolver.

A partir da aliança do Ministério da Cultura com o Departamento Cultural do Itamaraty, houve uma virada no processo de negociação no âmbito cultural. A mudança da postura brasileira, aliada à atuação pessoal do Ministro Gil, permitiu que o Brasil, um país ambíguo nas negociações, passasse a defender importantes teses relacionadas à diversidade cultural. A partir de então, trabalhamos para que a cultura seja entendida em sua amplitude e, também, para que os estados de direito consigam implementar políticas públicas que protejam a identidade local, sem deixar para trás o intercâmbio com outras culturas.

“Quem trouxe para o Brasil esta discussão moderna da diversidade cultural, da importância das indústrias culturais, da importância da cultura como economia, geração de emprego, setor dinâmico da economia?”

Vou procurar fazer uma exposição um pouco mais didática, para esclarecer dúvidas sobre todo o processo de negociação desta Convenção da Diversidade na UNESCO, mostrando o que isto representa, como é que ocorreu e quais as implicações desta Convenção que foi aprovada e, no dia 9 de dezembro de 2005, foi assinada, formalmente.

O que é uma Convenção da UNESCO? O que é que estávamos negociando lá? Basicamente, estávamos negociando um texto internacional, um processo legislativo. Imaginem que é como negociar um Projeto de Lei, no Congresso Brasileiro. É um texto que, uma vez aprovado, transforma-se em lei internacional. Depois de os países ratificarem e, uma vez entrando em vigor, será internalizada no Direito Brasileiro e de outros países. Mas, os países passam a ser regulados na sua atuação internacional e na sua atuação nacional, podendo ser questionados, com base nesta legislação. Então, cada linha, cada parágrafo se torna importante por que o que está ali será lei e a gente passará a ser obrigado por isto.

Nós negociamos isto num marco de globalização muito difícil, e é importante que vocês entendam que o Governo Brasileiro, na década de 1990, pressionado pelo rolo compressor da globalização e da retórica neoliberal, assumiu uma série de compromissos de abertura da economia e de mercados brasileiros, que retirou do Brasil boa parte de sua capacidade de implementar, internamente, políticas públicas de proteção e promoção de diversos setores da sua economia.

No caso específico da cultura, o Brasil não chegou a assinar o Protocolo do Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços (GATS), na área



MARCELO DANTAS

Doutor em Sociologia das Organizações, pela Universidade de Paris VII, Mestre em Administração, especialista em Gestão Pública e bacharel em Comunicação pela Universidade Federal da Bahia. Publicou o livro *Os Blocos Afro, o Mercado Cultural e a Identidade Étnica, Trabalho Social... uma Extensão do Carnaval*, entre outros. Atualmente, é secretário da Divisão de Assuntos Multiculturais Laterais do Itamaraty.

de serviços, relativo às principais áreas culturais, como por exemplo, audiovisual, radiodifusão, televisão e indústria editorial. O Brasil não chegou a assinar estes protocolos, mas, assinou e concedeu, no que eu considero uma péssima negociação, vantagens em vários setores, sem obter, em contrapartida, vantagens em áreas que considerava estratégicas, como, por exemplo, a agricultura. O Brasil não obteve, em troca da liberalização dos seus mercados, a liberalização dos mercados agrícolas europeus ou da queda das quotas que regulam o mercado americano.

Atualmente, vinha ocorrendo uma pressão internacional muito grande para que o Brasil abrisse novas áreas, em troca de uma negociação de liberalização na área agrícola e a cultura está perigosamente situada como moeda de troca por banana, soja, açúcar etc. Eles diziam ao Brasil: “Vocês querem mesmo liberalização agrícola? Então, abram o mercado de educação, o mercado de saúde, o mercado cultural”. E, ainda, havia uma conversa: “Vocês são fortes. Vocês são exportadores de telenovelas. Vocês têm interesse em que se abra tudo”. Nesta discussão, que vinha ocorrendo até ao final do segundo mandato do Presidente Fernando Henrique, o Brasil estava quase cedendo. No início do atual governo, a posição brasileira, na área econômica, ainda é muito marcada por influências do pensamento liberal e, ainda, há um viés um tanto monotemático em que só se pensa no Brasil como país agrícola, como se o Brasil pudesse ser reduzido a um grande exportador de soja, como se isto resolvesse todos os problemas do Brasil. Isto não resolve. É muito bom que a gente exporte muito na área agrícola, mas, isto não resolve os problemas do Brasil.

Devo confessar que a posição do Itamaraty em relação a esta questão era ambígua. Eu ainda não estava nesta área, mas, quando a discussão sobre este tema começou, na UNESCO, foi provocada pelo Canadá, que estava insatisfeito com as pressões norte-americanas no âmbito do Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), para abrir áreas culturais que eles não queriam abrir, por que existia toda a parte francesa do Canadá, que não aceitava o rolo compressor anglo-saxão. Além disto, havia uma preocupação européia, com a regra de exceção cultural, que era o que permitia, por exemplo, que os franceses tivessem uma quota de tela para filmes franceses e protegessem a indústria cinematográfica francesa. Esta quota de tela havia sido negociada no GATS, mas, sua validade na Organização Mundial do Comércio (OMC) estava expirando.

Os europeus, especialmente os franceses, tinham muita urgência em negociar um novo instrumento que garantisse a perpetuação deste instrumento de proteção da sua indústria cultural. O Brasil era ambíguo. Apesar de ter mecanismos internos de proteção e incentivo à cultura, o Brasil é um país onde a cultura ainda é vista como periférica, superficial, algo que não é importante. A política cultural do Brasil nunca foi o pilar do governo. Então, na hora da troca do que era importante, o país estava quase pronto a entregar esta área cultural. Havia uma pressão muito forte neste sentido.

Quem é que reverteu o jogo? Foi o Ministro Gilberto Gil. Quem mudou a discussão no Brasil? Quem trouxe para o Brasil esta discussão moderna da diversidade cultural, da importância das indústrias culturais, da importância da cultura como economia, como geração de emprego, como setor dinâmico da economia brasileira e de todos os países em desenvolvimento, foi o Ministro Gilberto Gil. Sem esquecer a importância da cultura em si, independente das cifras e dos números, ou seja, a importância da cultura para um país se reconhecer, para ele se enxergar. Foi o Ministro Gilberto Gil quem passou a conversar, no Itamaraty, que é o responsável pelas negociações externas, com o Departamento Cultural. Foi esta aliança criada entre o Departamento Cultural do Itamaraty e o Ministério da Cultura, uma aliança nova, que não existia antes, que permitiu uma virada brasileira neste processo de negociação. Antes, o Ministério da Cultura mal se entendia com a área comercial e econômica do Itamaraty sobre este tema. O que é que fizemos? Tiramos o pessoal da área econômica e comercial da negociação. Para eles, muito francamente, cultura é para ser cortada no orçamento, contingenciada e isto não tem importância. Os governos continuam se comportando assim. Então, foi feita uma espécie de trincheira de resistência dentro do governo brasileiro, para que a gente assumisse um papel de protagonista. Aí sim, o Brasil “virou a mesa”.

Já começadas as negociações, havia um claro empate técnico entre Canadá e Europa, de um lado, Japão, Estados Unidos e Austrália, de outro. Este empate não saía do lugar. Os americanos queriam uma convenção que dissesse que cultura é “alta cultura”, artes, museus, óperas, bibliotecas etc. O resto é *entertainment, business*. A gente discute cinema, literatura etc. Isto é para abrir tudo e deixarmos os grandes brigarem de verdade. Hollywood detém 80% do cinema mundial, mas quer 100%. Os americanos querem tudo. Querem continuar se expandindo. Querem aproveitar

as novas tecnologias e dizer: “Hoje em dia é a MIAMAX que controla qual é o filme que vai passar no interior do Quênia”. Querem que os mesmos oito filmes passem no mundo inteiro, sejam comprados no mesmo pacote. Para alguém ver o filme do Harry Potter, tem que comprar outros sete filmes, no mesmo pacote. Então, os mecanismos da cultura hegemônica mundial são extremamente concentradores, formadores de oligopólios, não são de forma nenhuma liberais, não são de modo algum democráticos. São grandes empresas, cada vez maiores, que querem conquistar parcelas novas de mercado. O Brasil é um grande mercado a ser conquistado. Os americanos já detêm boa parte do mercado brasileiro, mas, o mercado brasileiro ainda pode se expandir e a parcela deles ainda pode aumentar.

Eu não tenho vergonha de dizer que acho o Ministro Gilberto Gil o melhor Ministro deste Governo. Nele eu reconheço ainda o projeto em que eu votei. Sua atuação interna, muitas vezes, é prejudicada por cortes violentos de orçamento. Mas, as boas idéias foram plantadas e, na área externa, a extroversão do Ministro, sua capacidade de penetração e de diálogo com outras grandes lideranças mundiais é impressionante. Ele tem acesso fácil ao Ministro da França, ao Ministro da Espanha, juntam-se, convocam reuniões com Ministros da Cultura do mundo inteiro, entra em contato com o Kofi Annan, enfim, todas as portas se abrem para ele e este é um trunfo internacional que o Brasil tem hoje.

Então, a mudança da posição brasileira, aliada à atuação pessoal do Ministro Gil, permitiram que o Brasil, de país ambíguo nas negociações, passasse a fator de desequilíbrio desta negociação, em favor das teses da diversidade cultural, da cultura entendida de modo mais amplo, da garantia aos estados do direito de implementarem políticas públicas na área da cultura para proteger a sua cultura, promover a diversidade e promover também o diálogo e o intercâmbio com outras culturas. A abertura não é só a abertura que o mercado oferece. Não é só a abertura para o filme do Harry Potter. Podemos ver o filme do Harry Potter ou do Senhor dos Anéis, mas, nós queremos também coisas que o mercado não nos oferece. Também queremos ver um filme iraniano, o cinema espanhol, o cinema argentino etc. Queremos conhecer outras linguagens, queremos outras formas de estímulo por que a cultura não é apenas a nossa cultura, não é só a promoção da nossa diversidade. Somos antropófagos desde sempre. Nós pegamos cultura externa, relemos esta cultura, digerimos esta cultura e recriamos esta cultura. Também tem que haver mecanismos

de incentivo fora do mercado para garantir acesso a esta diversidade. Cito o cinema como exemplo, mas, o mesmo acontece em outras áreas.

Então, a atuação do Brasil na UNESCO passou a ser a de coordenar os países do G-77 + China, que é o grupo dos países em desenvolvimento, para trazer este grupo para a discussão em prol da diversidade. Foi o que desequilibrou o jogo por que, entre os países desenvolvidos, havia um empate. Nós, que trazemos uma série de fatores novos, trazemos muito da importância da defesa das culturas tradicionais, da defesa das minorias, do incentivo maior à cooperação para o desenvolvimento e isto é muito importante. Quando se olha para um país africano, por exemplo, é triste a situação do produtor cultural. Por mais que ele tenha uma cultura nacional forte, por mais que haja pessoas com grande força criadora, ele não dispõe dos mecanismos mínimos de promoção de uma indústria cultural local. Em Moçambique, por exemplo, você conta as salas de cinema nos dedos de uma mão. É terrível. Então, se o Estado não começar a apoiar, eles nunca vão conseguir sair desta situação.

Como já foi comentado, na questão da cultura digital, das novas tecnologias, esta tendência à concentração ainda é maior. O Brasil entrou nesta conferência e realmente teve um papel muito ativo nas negociações e garantiu que o cenário se revertesse, que saísse de uma situação que não ia a lugar nenhum para chegar à aprovação deste texto. Este texto tem uma série de pontos relevantes. Acho que seria importante destacar o que o texto garante, para se ter uma idéia do que pode ser feito:

1. Garante a afirmação do direito soberano dos Estados de implementarem políticas e medidas destinadas a proteger e promover a diversidade das expressões culturais em seu território. Ou seja, isto garante não só o direito internacional de se ter uma Lei Rouanet, ou uma Lei do Audiovisual, mas, também de aperfeiçoar, expandir, ter isto ainda melhor como forma de incorporar, não só a cultura de massa veiculada pela televisão, ou a cultura hegemônica brasileira, mas também, outras formas de expressão. Não vamos ser ingênuos. A tendência à concentração no mercado cultural não é só uma tendência internacional. Há, também, internamente, mecanismos de concentração empresarial, mecanismos de concentração de renda. A discussão da diversidade traz a necessidade de que, internamente, ao aperfeiçoar os seus instrumentos, também se tenha

aperfeiçoamentos, em favor de uma maior diversidade.

2. Foi definida também a diversidade cultural como traço característico da condição humana e herança indispensável à plena realização dos indivíduos.
3. Respeito à diversidade cultural, dentro dos limites impostos pelos direitos humanos. Os direitos humanos estão no texto e protegidos.
4. Necessidade de proteger os conhecimentos tradicionais e preservar as expressões culturais ameaçadas de desaparecimento, conferindo especial atenção às manifestações culturais de minorias e povos indígenas.
5. Fomento ao diálogo entre culturas e à pluralidade cultural. Não se trata apenas de defender a nossa cultura, mas também, a sua capacidade de manter um diálogo frutífero com outras.
6. Consagração da especificidade da natureza dual das atividades e serviços culturais. Isto vai nos dar uma proteção aos ataques que o Brasil sofre e às pressões na OMC. É por isto que os americanos eram tão contra esta convenção. Durante todo o tempo, diziam que isto iria atrapalhar na OMC. Nós pensávamos: “Que bom que vai atrapalhar. É isto mesmo que queremos”. Não se pode trocar cultura por bananas. Não se pode. Na verdade, não basta ser um grande produtor, um grande exportador de música sertaneja. Se o Brasil estiver produzindo apenas “Axé e Música Sertaneja”, o país empobrece. O Brasil precisa disto, mas precisa de mais. Não nos reduzimos a isto. Na discussão econômica, por exemplo, quando se discute emprego ou exportações, ou indicadores econômicos, pouco importa se a renda foi gerada por bananas ou foguetes. O que importa é o nível de renda, o grau de emprego ou desemprego. Mas, na cultura é diferente, por que a cultura traz a nossa identidade, traz símbolos. Então, a discussão é mais complexa e o importante é que fomos vitoriosos contra grandes pressões.

Quando o deputado Paulo Delgado afirma que não entende por que Honduras ou a Nicarágua se abstiveram, eu sei a razão. Elas se abstiveram porque houve uma pressão diplomática americana brutal na última hora. A Secretária de Estado Condoleezza Rice visitou vários países, mandou cartas. O Presidente Bush ligou para todos os Presidentes da América Central e condicionou a

ajuda americana às vítimas dos furacões a uma subserviência destes países nas negociações da UNESCO. Isto é fato, não é ilusão. Não é nenhum delírio de perseguição. Isto ocorreu e eu ouvi da boca dos centro-americanos. Alguns fugiram da sala, outros se abstiveram, outros não tinham direito de voto por que estavam com as contribuições em atraso, mas, este era o jogo pesado. A virada promovida pelo Brasil ao capitanear este “Grupo dos 77” foi tão forte que, no fim das negociações, alguns grupos que tinham resistências – como o Japão, Nova Zelândia, México e Argentina – na última hora, disseram que não poderiam ficar contra e que teriam que votar com a maioria. A partir daí, os Estados Unidos ficaram isolados com Israel. Ou seja, estão em má companhia por que, na hora em que Israel vai para um lado, o mundo árabe inteiro vai para o outro. Acho que esta é uma matemática ruim.

O que é que acontece agora? Aprovada esta convenção e assinada formalmente, estamos providenciando a tradução oficial deste texto para o português e ele vai seguir para o Congresso para passar pela Câmara e pelo Senado. Depois disto, ele volta para o Executivo, que o envia para a UNESCO, informando que o Brasil ratifica a Convenção. Na hora em que 30 países tiverem ratificado, a Convenção entra em vigor no plano internacional e é publicado um Decreto Presidencial que transforma este texto em lei brasileira. Então, de posse deste texto, já podem começar as discussões, como estas que estão sendo realizadas aqui. Mas, o que eu acho importante é iniciar as discussões no sentido de como podemos aperfeiçoar a legislação brasileira, para darmos maior proteção à cultura. Vamos aperfeiçoar a legislação brasileira, para dar a garantia de uma presença do Ministério da Cultura, mais significativa, no orçamento federal. Isto é importante. Não basta um Ministro da Cultura que apareça na foto, na hora de uma visita do Presidente à África. É preciso um Ministro da Cultura que implemente, internamente, uma série de idéias, como por exemplo: um Centro de Indústrias Criativas, que vai ser criado em Salvador; promover a diversidade e a identidade cultural no Brasil; implementar os “Pontos de Cultura”, que estão se espalhando pelo Brasil afora etc. Tudo isto custa caro. E o financiamento não pode ficar por conta do mercado, nas mãos das empresas. Eu tenho experiência pessoal na produção cultural e devo dizer que é muito difícil romper o bloqueio. Quando o sujeito escreve um livro de poesia, as pessoas dão um tapinha nas costas e dizem: “Muito bom, mas não vende e não dá para publicar. Você é ótimo, mas, não dá”. Agora, se ele publica um romance e vai aos jornais

tentar publicar uma resenha, não consegue. O jornal não publica resenhas. Publica matéria fornecida pelos principais editores. Você abre lá, o Caderno B do Jornal do Brasil, e só tem resenha de livros estrangeiros. Então, há uma necessidade de uma ação pública forte, muito maior do que a que existe hoje, para que o Brasil possa fazer frutificar todo o seu potencial cultural. Estou convicto de que isto tem um impacto econômico extremamente positivo para o Brasil. O Brasil é forte em cultura e pode ser cada vez mais forte, mas, eu também estou convicto de que isto vai além da economia. Isto é a nossa entidade; isto é o que nos faz feliz; isto é o que torna o brasileiro algo que gostamos de ser.

Em nome do Itamaraty, eu queria agradecer todo o apoio que recebemos do Ministério da Cultura (Minc), queria agradecer ao Ministro Gil pelo papel que ele teve nestas negociações e, agora, já de público, queria agradecer ao deputado Paulo Delgado, por tudo o que ele vai fazer para este processo ser aprovado o mais rápido possível lá no Congresso. Muito obrigado.



AGENDA 21 DA CULTURA

Vítor Ortiz¹

FUNARTE

Resumo

A 1ª Conferência Nacional de Cultura é uma grande oportunidade para a difusão da Agenda 21 de Cultura, um processo que envolve, aproximadamente, mil governos locais de vários continentes, no trabalho pela sobrevivência da diversidade cultural. A agenda busca, no entanto, representar os anseios, as necessidades locais e apresentar, em linhas gerais, um programa comum de atuação na área cultural para os governos.

Nos encontros que aconteceram em todo o mundo, para debater a cultura, a principal preocupação das cidades foi a repercussão da globalização na atuação dos governos locais. No âmbito das políticas públicas de cultura, concluiu-se que é de fundamental importância que se amplie a atuação institucional destes Municípios, nos ambientes regionais e nacional. A atuação deve apontar, principalmente, para políticas que garantam o investimento público e o direito à inclusão, ao acesso e à expressão cultural.

A Agenda 21, que detectou uma diversidade cultural rica, justamente onde se situa o universo de ação dos governos locais, certamente abrange a proposta do Sistema Nacional de Cultura, que coloca em questão o papel dos governos municipais, estaduais e federal, na construção de um processo de desenvolvimento cultural.

“Que esta política possa vir a se consolidar como política de Estado, para o desenvolvimento cultural brasileiro, e estabelecer os parâmetros e as diretrizes necessárias para que a atuação do Estado seja efetivamente democrática.”

Em primeiro lugar, gostaria de explicar o que é a “Agenda 21 da Cultura” por que acreditamos que hoje, embora tenha sido muito importante e envolvido aproximadamente 1.000 governos em vários continentes, ainda é um processo pouco conhecido e difundido. Talvez seja mais importante, agora, aproveitar a oportunidade, para difundir a existência deste documento. É um documento acessível a todos hoje pela internet² e que tem, neste momento, uma importância fundamental, especialmente, na construção do Sistema Nacional de Cultura, na qual um dos temas em debate vem sendo justamente o papel dos governos locais, tanto municipais, quanto regionais, dos Estados, na construção de um processo de desenvolvimento cultural justo, inclusivo e realmente eficiente em garantir a sobrevivência da diversidade cultural, característica da nossa identidade. No caso brasileiro, é uma diversidade bastante rica e que existe justamente onde atuam os governos locais, isto é, nas cidades e nas comunidades.

O processo da “Agenda 21 da Cultura” surgiu como uma proposta apresentada ao Fórum de Autoridades Locais em Porto Alegre, realizado, desde 2001, no âmbito do Fórum Social Mundial. No 1º Fórum de Autoridades Locais, compareceram inúmeras autoridades importantíssimas no cenário internacional, no que se refere à articulação dos governos locais, entre eles, o prefeito de Paris, Bertrand Delanoë, o prefeito de Roma e prefeitos de várias outras cidades europeias e da América Latina. Este 1º Fórum de Autoridades Locais, embora não tivesse na sua pauta o tema da cultura, surpreendentemente, pela exposição de cada uma destas autoridades, mostrou uma nova preocupação das cidades e dos governos locais,



VÍTOR ORTIZ

Foi Secretário Municipal de Cultura e vereador da cidade de Viamão-RS. Foi também Secretário da Cultura de Porto Alegre e organizador da Reunião Pública Mundial da Cultura e dos debates culturais do Fórum Mundial de Autoridades Locais em Porto Alegre e Barcelona. Coordenou o processo de debates da Agenda 21 da Cultura na América Latina. Diretor do Centro de Programas Integrados da Fundação Nacional de Arte (Funarte), do Ministério da Cultura em 2005 e 2006.

1. Na verdade, eu vou falar da “Agenda 21 da Cultura”, substituindo Jordi Marti, que era o palestrante que constava do nosso programa. Na condição de Diretor do Instituto de Cultura de Barcelona, Jordi Marti foi uma das pessoas mais importantes no processo de elaboração da “Agenda 21 da Cultura” e, a cidade de Barcelona, junto com Porto Alegre, foram as cidades protagonistas desde o surgimento da proposta até a aprovação final do texto da agenda, em 2004, em Barcelona.

2. O site da “Agenda 21 da Cultura” é www.agenda21dacultura.com

justamente com a atuação, no âmbito das políticas públicas nesta área. Com certeza, era já um reflexo de um novo momento internacional onde o tema da cultura passa a surgir, tanto da demanda das sociedades, como da necessidade dos governos de um modo geral de renovar o seu programa, as suas formas de atuação e trabalho.

A proposta foi aprovada no 3º Fórum de Autoridades Locais. Ela foi apresentada por Porto Alegre e Barcelona e assinada por representantes de várias outras cidades, como Buenos Aires e Montevideú, que tiveram um papel importantíssimo na América Latina. Depois de aprovada no 3º Fórum, foi colocada como pauta prioritária do 4º Fórum de Autoridades Locais, realizado em 2004, quando Barcelona organizava o Fórum Universal das Culturas. Neste período, do início de 2003 até maio de 2004, foram realizados inúmeros encontros, tanto na América Latina quanto na Europa, para discutir a elaboração de uma agenda que pudesse representar os anseios, as necessidades e expressar as linhas gerais de um programa comum para os governos locais de atuação na área cultural. Esta atuação seria, obviamente, por intermédio de programas, investimentos e de uma política de desenvolvimento cultural local.

O principal argumento mobilizador das cidades que discutiram este tema em todo o mundo foi, certamente, o fato de que os governos locais talvez sejam a vítima mais facilmente identificável da avalanche do processo de globalização que vivemos. Não somos contra a globalização. Somos a favor da integração dos povos. Este sentimento de universalidade já nos acompanha há muitos anos. Mas, tivemos um processo de globalização muito visceral, violento, cujas principais vítimas foram, sem dúvida, as comunidades menos protegidas, que não estão no alcance das políticas que podem ser articuladas entre os governos nacionais. Então, este foi um dos principais temas que levaram Porto Alegre, Barcelona e todas as demais cidades a discutir uma agenda de desenvolvimento cultural que pudesse se constituir num programa comum e renovar todas as idéias e propostas comumente aplicadas pelos governos locais na área da cultura.

Em segundo lugar, o comprometimento do Fórum de Autoridades Locais, que já era um fórum consagrado, também nos pareceu muito importante porque, pela primeira vez, havia a possibilidade de, discutindo com prefeitos, alcaides, governantes de inúmeras cidades, com governadores regionais de diversas províncias da América Latina, do Brasil e da

Europa, conseguimos concentrar a atenção destes governantes num tema que, geralmente, é marginalizado no contexto dos debates das políticas públicas. Isto foi consagrado para a Agenda 21 por que, em 2004, em Barcelona, na abertura do Fórum que aprovou o texto da Agenda e, também, no encerramento, estavam presentes mais de 750 prefeitos e autoridades governamentais e estavam representados mais de mil governos locais, reunidos para, pela primeira vez, consagrarem um documento, que é bastante extenso, para um acordo entre cidades de várias partes do mundo. Conseguimos colocar, para estas autoridades, a importância da atuação na área da cultura. Não de qualquer atuação, mas, principalmente, de uma atuação qualificada, que apontasse para a ampliação do universo dos investimentos e das políticas que buscam a garantia de alguns direitos fundamentais que precisamos discutir quando o tema é cultura e, mais especificamente, investimento público na área da cultura. Por exemplo, a garantia do direito de acesso ou a busca de ampliação deste direito, bem como, a garantia de outros direitos ligados ao direito de expressão e a garantia também de que estas políticas realizadas no âmbito local, que estes investimentos, por menores que sejam, possam estar sendo efetivamente realizados de forma democrática, participativa, representando, de fato, a vontade das comunidades e não apenas a vontade momentânea de algum governante ou circunstâncias que, normalmente, interferem na desqualificação do investimento público na área da cultura. A busca de qualidade do investimento realizado no âmbito local é um dos principais objetivos expressos no conteúdo do texto da “Agenda 21 da Cultura”.

Passado todo este processo, construída a proposta da “Agenda 21 da Cultura”, para as cidades, para os governos locais, após a aprovação do documento em Barcelona, tivemos outra oportunidade importante, no Fórum Mundial das Cidades, também em Barcelona, quando a nova Organização Mundial de Cidades e Governos Locais, unidos, assumiram o compromisso de ser uma instituição difusora da “Agenda 21 da Cultura” e promotora da amplificação deste debate em outras partes do mundo, principalmente, nos continentes onde não houve a possibilidade de uma participação mais efetiva.

No Brasil, infelizmente, ainda não tivemos uma instituição que se comprometesse com este trabalho, além da importante participação de Porto Alegre e de várias outras cidades que ajudaram a promover este debate. O tema exige a continuidade do debate e da discussão e a sua

difusão é importantíssima por que é ela quem pode dar sentido às propostas contidas neste documento. Com este processo que o Ministério da Cultura está desenvolvendo, de pacto entre os entes federados para a constituição de um Sistema Nacional de Cultura, no qual está em debate justamente qual o papel de cada um destes entes, qual o papel das prefeituras, qual o papel dos governos estaduais, qual o papel da União e se é efetivamente possível pactuar.

O Sistema Nacional de Cultura talvez possa ser o melhor sistema de políticas públicas já realizado no Brasil. A qualidade deste processo vai depender, obviamente, do envolvimento cada vez maior de todos. Eu vejo, neste contexto, uma oportunidade muito rica de trazer à tona, novamente, o documento aprovado em Barcelona, em 2004, para o debate no âmbito local por que, talvez, este documento possa ser, efetivamente, o documento orientador, não no sentido de impor um programa único para o desenvolvimento cultural, ou um método que possa ser aplicado a todos os Municípios, por que existem outras questões anteriores a isto, por exemplo, o direito que cada governo local tem de definir a sua política, com a participação de sua comunidade, e também a necessidade de que cada programa seja efetivamente adequado à realidade de cada lugar.

Entretanto, algumas linhas orientadoras, alguns nortes que resultam do debate que temos realizado sobre a importância da atuação dos governos, no processo de desenvolvimento cultural, sobre a importância de que este papel seja efetivamente um papel qualificado, podem fazer da “Agenda 21 da Cultura”, uma alavanca bastante importante e bastante significativa.

Outro tema que este debate da “Agenda 21 da Cultura” provocou, e que é importante, foi a tentativa de abrir um caminho para uma atuação institucional dos governos locais, e de forma mais efetiva, nos ambientes regionais e no ambiente nacional. Este é um tema que, com certeza, está abarcado por esta proposta do Sistema Nacional de Cultura e que, certamente, teremos oportunidade de ver acontecer aqui no Brasil. Abrir um caminho ou alargar o já existente para a atuação institucional dos governos locais, sob paradigmas comuns, que não só busquem ampliar os investimentos, mas, também, orientá-los no sentido da inclusão e da garantia de direito de acesso e de expressão.

Este momento da 1ª Conferência Nacional de Cultura e o momento que vivemos na cena nacional, a partir da Conferência e até o final

do ano que vem, cria realmente em nós a expectativa de que o Brasil possa estar vivendo o início de um tempo novo na gestão cultural brasileira, em que a área da cultura ou a gestão cultural deixa de ser apenas uma política de governo, sujeita aos temperos ou destemperos dos momentos históricos e dos governos passageiros. O importante é que esta política possa vir a se consolidar efetivamente como uma política de Estado, para o desenvolvimento cultural brasileiro e esta política de Estado possa estabelecer os parâmetros e as diretrizes necessárias para que a atuação do Estado seja efetivamente democrática, voltada para o interesse nacional, para os cidadãos brasileiros, para o desenvolvimento de todas as regiões do país. Temos certeza de que este desejo está começando a se concretizar pela atuação decisiva do Ministério da Cultura, do governo federal e também pelo envolvimento, nunca antes ocorrido, da Câmara dos Deputados e do Senado, na construção deste novo momento. Assim, a cultura é considerada como uma prioridade indispensável para o processo de desenvolvimento brasileiro.



A COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

Nazaré Pedroza

Assessora Especial do Ministério da Cultura



“O Brasil, independente há bastante tempo, era uma espécie de irmão mais velho para quem todos os países africanos de expressão portuguesa olhavam com admiração, carinho, sentimento de fraternidade.”

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa confere institucionalidade à lusofonia e, por trás disto, à presença, no mundo, de um conjunto de experiências históricas que tiveram muita coisa em comum. Portugal foi colonizador do Brasil e de todos os demais países de língua portuguesa, exceto ele próprio, parte também desta comunidade. Tive o privilégio de viver na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) durante dez anos, no meu exílio político, durante a ditadura militar. Exilei-me nos países que estavam emergindo, com a independência conquistada militarmente por que não foi possível negociar a independência com Portugal

Nesta altura, o Brasil, independente há bastante tempo, era uma espécie de irmão mais velho para quem todos os países africanos de expressão portuguesa olhavam com admiração, com carinho, com sentimento de fraternidade. Aliás, eu vou reproduzir um trecho no qual um dos analistas da CPLP descreve a língua comum como uma vantagem comparativa e também fator de competitividade. Quando confrontamos a CPLP com outras comunidades pós-coloniais, em particular com a comunidade britânica e a comunidade dos países de língua francesa, notamos, de imediato, o nosso atraso.

Mas, na mesma hora, passamos a considerar duas singularidades vantajosas. Uma é que a CPLP resultou da expressão soberana de nações independentes, que, na virada dos seus respectivos percursos, decidiram aproveitar os recursos comuns, incluindo a diversidade, tangível e intangível, para interagir e promover o desenvolvimento, nos limites dos valores compartilhados de paz, liberdade e democracia.

Resumo

Criada há 10 anos, com base no desejo de desenvolver uma consciência comum entre os povos de expressão portuguesa, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) trabalha com o conjunto de elos histórico-culturais: a fala, a escrita e a comunicação por meio da língua portuguesa, englobando Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste. Atualmente, está em período de revitalização, e o setor cultural é uma das prioridades.

A cooperação técnica com o Brasil cresceu. Desde 2002, foi criada, por decisão do Conselho de Ministros, a Reunião de Pontos Focais de Cooperação entre os órgãos integrantes da CPLP. Desde então, foram realizadas dez reuniões que viabilizaram a implementação de vários projetos e ações pontuais com ênfase na língua portuguesa.

Entre as ações de revitalização acordadas entre os países cooperados, destacam-se: a reafirmação da importância do patrimônio cinematográfico e audiovisual; a criação de um ponto focal no Ministério da Cultura e representações estaduais; a ampliação da participação da sociedade civil; operacionalização do Fundo Cultural do CPLP; a realização de uma conferência de doadores, organizada pelo Brasil, com a finalidade de captar recursos para projetos da agenda.

MARIA DE NAZARÉ PEDROZA

Nascida em Matinha, no Maranhão, Maria de Nazaré é Mestre em Educação e em Psicologia. Atuou como consultora da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO); Oficial de projeto da área de Educação do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF); Consultora da Agência Brasileira de Cooperação (ABC).

O segundo ponto foi a sua não-vocação para se transformar numa zona de livre comércio. Que se verifica comércio entre os países de língua portuguesa, é verdade. Que o Brasil tem algumas vantagens a colher, também é verdade. Mas, é por razões de decorrência e não por razões de origem da organização da comunidade. Ela não foi organizada para isto e, na verdade, não havia nenhuma utilidade em imaginar os países membros da Comunidade, deslocados dos seus contextos, deslocados do movimento normal de globalização que ocorre em suas regiões. Assim, o natural era que todos fossem membros da União Africana. Dentro da União Africana, fariam parte dos blocos sub-regionais. Há a União da África Austral, onde estão Angola e Moçambique. Há a União da África do Oeste. Elas compõem o cenário de relações comerciais e econômicas, sobretudo, dentro da África. Estou falando só deste lado de cá, por que existem outras denominações do outro lado, onde estão os países de expressão de língua portuguesa.

Tenho aqui uma pesquisa feita recentemente e o que eu trago como bagagem para compartilhar com vocês foram os dez anos de vivência em um período de muita dificuldade. Era o imediato pós-guerra, em que todo o comércio estava fechado, toda a vida da cidade se passava como que de forma clandestina. Entretanto, a vida cultural não parava. À noite, havia toque de recolher e as pessoas eram obrigadas a ficar onde estavam até às cinco da manhã. Aproveitávamos para ficar na casa de amigos e nos divertirmos, para dançar, cantar e ouvir aquela música poderosa que vem da África e que vem da África de expressão portuguesa, também.

Na área cultural, o Brasil tem acordos de cooperação assinados com todos os países membros da CPLP e programas executivos em andamento. Ou seja, não estão parados, nem as relações, nem o conjunto da comunidade de língua portuguesa. Pelo contrário. Ultimamente, tem havido avanços. A CPLP foi criada em 1996 e, no próximo ano, ela completará dez anos de existência. Esta conferência deveria se mobilizar e se perguntar o que vamos fazer para celebrar os dez anos da comunidade dos países de língua portuguesa. Nesta mesma data, o seu maior precursor, o Professor Agostinho da Silva, que é pouco conhecido no Brasil, faria cem anos. Acho que há muitas coisas que nos remetem à Comunidade de Países de Língua Portuguesa e que deveriam nos fazer sair desta conferência com alguma coisa prevista como celebração. Que não seja só o governo a fazer celebração, mas que o povo também comemore.

É claro que a língua foi o motor primaz da união dos povos de língua portuguesa. Na verdade, houve um desempenho prospectivo e ousado nos domínios da língua e da cultura, onde mais de 200 milhões de falantes podem fazer uma diferença. Isto já tem efeito no reatamento de laços, na alavancagem de projetos inovadores e de cooperação nos vários campos, como consequência e não como causa. Não por que tivessem sido feitos para isto. A Comunidade de Países de Língua Portuguesa tem muito caminho pela frente. Há muitos críticos. Há mesmo os que dizem que o que está feito atualmente, em termos de conquistas de relações econômicas e comerciais, poderia ter sido feito sem a CPLP, que teria sido o resultado normal do andamento da dinâmica globalizante e nós estaríamos sem nenhuma Comunidade de Países de Língua Portuguesa, realizando o mesmo tipo de trocas. Isto já não é verdade, no campo cultural.

No campo cultural, também se pode dizer que, com ou sem Comunidade, a cultura estaria nos unindo. A verificação que se faz de que está acontecendo um intercâmbio parece que, independente de nós, uma força propulsora da história faz com que seja natural que artistas, músicos e professores de teatro estejam, neste momento, nos mais diferentes países de língua portuguesa. Também há o retorno. Falava-se há pouco de não comercializar a cultura. Os produtores culturais também querem ganhar dinheiro com isto e, ali, têm um público garantido. Eu gostaria de sinalizar um ponto importante. Há muito mais presença de cultura brasileira, de apresentação de produtores e de expressões culturais brasileiras em Angola, do que existe de Angola aqui no Brasil.

O Brasil, em relação aos países de língua portuguesa, é muito aberto no discurso, mas, é muito fechado, na prática cotidiana de nossa vivência como sociedade, tendo o oceano de um lado e a floresta de outro. Para a África, nós temos que atravessar o oceano com um olhar desarmado para poder sentir que ela está aqui e está lá, também. Este desarme e esta virada de olhar foi algo que ocorreu agora com o Governo Lula. Foram várias as viagens que o Presidente Lula fez, com grandes delegações, a países africanos, não só de língua portuguesa, mas, a países onde nunca um presidente brasileiro tinha passado, como por exemplo, o Gabão e Camarões. Então, houve uma virada de olhar. Deixou-se de olhar para o Norte e se passou a olhar em direção à África, em direção ao outro lado do mundo, onde estavam nossos grandes interesses e nossas raízes.

A Comunidade de Países de Língua Portuguesa tem muito caminho a percorrer e o Governo Brasileiro foi proponente deste projeto comunitário. Sua gestação foi longa por que era preciso situar cuidadosamente as idéias e os princípios gerais que norteariam a ação diplomática brasileira e dos demais países, mas, o fato é que já vamos fazer dez anos e foi possível concretizar a reunião destes países: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor. São mais de 200 milhões de falantes de língua portuguesa, em quatro continentes.

A CPLP tomou uma grande consciência do seu patrimônio histórico, do seu patrimônio lingüístico, do seu patrimônio material – com muitas características em comum, graças à presença do mesmo colonizador – e passou a se preocupar com questões qualitativas, como, por exemplo, a presença, nos currículos escolares e nas atividades extracurriculares, de matérias relativas à troca cultural com a África. O que é hoje a África de língua portuguesa, na cabeça, no imaginário, no cenário visualizado pelas crianças de nossas escolas? Provavelmente, nada. Não há informação sobre isto. Mesmo retirando as crianças da culpa por não saberem, outros grupos de brasileiros também não sabem nada sobre estas comunidades. A minha família, que foi exilada ali, meus filhos que passaram dez anos de sua vida ali, estes sim, estão marcados positivamente pela irmandade que nos une, pela fraternidade que nos une, pela cultura que nos une, independente da institucionalidade que foi conquistada. Esta institucionalidade requer reuniões de Chefes de Estado a cada dois anos, Comitês Permanentes de Ministros e reuniões setoriais do Ministério da Cultura, por exemplo.

Para entrar um pouco mais na questão da institucionalidade no Ministério da Cultura, em dez anos, os Ministros da Cultura da Comunidade de Países de Língua Portuguesa se reuniram apenas quatro vezes. Agora, este processo está se acelerando. Depois de vários anos sem nunca terem se reunido, em 2001, reuniram-se no Rio de Janeiro, em 2002, em Portugal e houve novas reuniões, em 2004 e 2005.

No Maranhão, foi criado o Instituto de Língua Portuguesa, que tem uma missão imensa de identificar o mapa no mundo onde se fala língua portuguesa. Ninguém tem este mapeamento e não se fala português só nos países que eu mencionei. Fala-se português na costa de Boston, na Holanda, no mundo inteiro, para onde se dirigiram pessoas de expressão portuguesa.

Foram registrados muito precursores deste processo e eu queria fazer referência ao fato de que, antecedendo a todos os que começam a aparecer, a partir da década de 1970, destaca-se a imagem do Professor Agostinho da Silva, que veio para o Brasil imbuído da utopia de contribuir para o traçado de uma política externa brasileira. Acho que ele conseguiu nos influenciar, depois de ficar três meses, esperando ser recebido por Jânio Quadros, conseguiu 15 minutos de audiência. Depois de duas horas e meia, ele não saía de lá de dentro e toda a agenda do Presidente Jânio foi mudada por que ele levava ao Presidente uma visão do que poderia ser a política externa independente do Brasil. Em 1959, ele chegou à Bahia com estas idéias e criou o Centro de Estudos Afro-Orientais, na Universidade da Bahia e, por este instrumento, atuava, como que subversivamente, numa nova visão da geografia do mundo, da distribuição do poder dentro do mundo. Ele já alimentava estas idéias em Portugal e começou a colocá-las em prática no Brasil, a partir da década de 1950. José Aparecido era assessor de Jânio Quadros nessa época e eu li, num jornal, um artigo seu em que ele agradecia e reconhecia o que havia aprendido com o Professor Agostinho da Silva.

Antes de encerrar, gostaria de mencionar a vivência que tive na questão do multilingüismo das várias nações africanas. Frente a frente ao português, podemos verificar o significado que é relativo e diferente para cada país. Não é o mesmo significado que o português tem no Brasil, onde é uma língua nacional. Na África é uma língua oficial e, em certos lugares, ela não é falada. Quando alguém vai a Cabo Verde, só ouve falar o cabo-verdiano. Se alguém falar com eles em português, eles respondem em português.

Agora em janeiro, eu estava acompanhada do Zulu, da Fundação Palmares e saímos de uma praça onde havia um determinado número de alunos de uma escola. Não ouvimos uma palavra de português. Os alunos das escolas falavam apenas o cabo-verdiano. Esta também é uma forma de afirmação nacional. Mas, a língua portuguesa é importante para se comunicarem com o mundo, para estarem dentro da ONU, para estarem dentro da própria Comunidade de Países de Língua Portuguesa. Eu verifiquei que, ao anoitecer, quando começavam as novelas da TV Globo, todos iam para diante da televisão e, em termos de idioma, a grande professora era a novela. O português chega lá pela Globo. Todos compreendem, portanto, o português das novelas e, cada vez mais, a variante brasileira do português. Esta é uma verdade.



Em Olinda, existe a Casa dos Povos de Língua Portuguesa, ligada à Secretaria de Cultura. Acho que, em todos os lugares, deveria haver espaços deste tipo. É claro que há a Casa de Angola, na Bahia, apoiada pela Universidade Federal da Bahia e pela Universidade Estadual. A Universidade de São Paulo (USP) é um lugar de aglutinação de pesquisa e valorização dos povos de língua portuguesa. Este movimento já existe em muitos cantos do Brasil, mas, ainda não está, devidamente assimilada pelo povo brasileiro, a idéia desta irmandade e a facilidade de travessia que nós também podemos ter para um contato direto. Quando a cultura chama forte, conseguimos estabelecer caminhos, inclusive, de auto-sustentabilidade, ao fazer estas ligações culturais.



O PAPEL DO ESTADO E DA SOCIEDADE NA CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DA CULTURA

Emir Sader

Coordenador do Laboratório de Políticas Públicas da Universidade Federal do Rio de Janeiro

“Quem pode defender este Estado se ele está perfeitamente penetrado pela financialização, pela especulação financeira? Quem pode defender um Estado que qualifica mal seus funcionários, atende mal à massa da população?”

Nesta exposição, vou colocar ênfase no “público” e, depois, na “cultura”. O fenômeno social mais violento e mais predominante no mundo contemporâneo é o fenômeno da mercantilização da vida. Tudo se transforma em mercadoria, tudo se vende, tudo se compra. O poder do dinheiro é o poder mais avassalador que existe. Mesmo o poder das armas e o poder da palavra, têm marcas do poder do dinheiro. Quem tem dinheiro, tem imprensa, tem mídia, tem palavra e “faz a cabeça” dos outros. Quem tem dinheiro, monta aparatos bélicos para ter poder. Então, este é o grande poder disseminado, mais do que nunca, na era neoliberal .

Há um ano e meio, houve um grande congresso cultural, convocado pela maior rede de televisão do Brasil, sobre o tema da indústria cultural. Participaram muitos artistas e intelectuais e elaboraram um documento em que se apropriam explicitamente da idéia do Brasil e da idéia da cultura. Este documento começa a dizer, explicitamente, que o Brasil não pode ser um “Brazil” com “z”, tem que ser um “Brasil”, com “s”. Só que o Brasil com “s” é a TV Globo, é a indústria cultural privada que se apropria do espaço da produção cultural em favor da publicidade que faz: “Nossas novelas são vendidas em mais de 70 países do mundo. Empregamos não sei quanta gente. Somos ouvidos e vistos por não sei quantas pessoas”. É tudo verdade. Agora, ela quer deslocar o que seja uma política pública, dirigir-se ao Estado para dizer: “Vocês têm que garantir a nossa competitividade no mercado nacional, internacional, local etc.” Ela produz a imagem que nós temos no Brasil: um Brasil achatado, homogêneo, sem classes sociais. Quando se trata do tema dos imigrantes, acontece da maneira que nós sabemos; quando se trata

Resumo

O fenômeno social mais violento e mais predominante no mundo contemporâneo é o fenômeno da mercantilização da vida. Tudo se transforma em mercadoria, tudo se vende, tudo se compra. O poder do dinheiro é o mais avassalador. Mesmo o poder das armas e o poder da palavra, têm marcas do poder do dinheiro. Quem tem dinheiro, tem imprensa, tem mídia, tem palavra e “faz a cabeça” dos outros. Quem tem dinheiro, monta aparatos bélicos para ter poder. Este é o grande poder disseminado na era neoliberal.



EMIR SADER

Nasceu em São Paulo, em 1943. Formou-se em Filosofia, na Universidade de São Paulo (USP). Fez mestrado em Filosofia Política e doutorado em Ciência Política, também na USP. Ainda na USP, trabalhou como professor de Filosofia e de Ciência Política. Foi pesquisador do Centro de Estudos Sócio Econômicos da Universidade do Chile, professor de Política, na Universidade de Campinas (UNICAMP) e coordenador do Curso de Especialização, em Políticas Sociais, na Faculdade de Serviço Social, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Atualmente, dirige o Laboratório de Políticas Públicas na UERJ, onde é professor de Sociologia.

do tema do MST, é da maneira que a gente sabe. Portanto, é um Brasil achatado, é um Brasil branco, um Brasil mercantilizado.

Por que acontece isto? Por que, na verdade, a polarização que o neoliberalismo impôs aos debates é uma polarização que vai desaparecer na esfera pública. Os eixos do debate, segundo o neoliberalismo, são: estatal para um lado e privado para o outro. Temos que nos definir em torno destes dois eixos. Esta é a nossa primeira grande tarefa, ou seja, desqualificar estes pólos, desmistificar estes pólos e recolocar a discussão nos seus termos reais.

O estatal, na verdade, é desqualificado por que se desqualificou o Estado. Construiu-se um estado privatizado, um Estado financializado. Quem pode defender este Estado, se são apenas alguns núcleos dentro deste estado, que defendem políticas públicas? Quem pode defender este Estado se ele está perfeitamente penetrado pela financialização, pela especulação financeira? Quem pode defender um Estado que qualifica mal seus funcionários, atende mal à massa da população? Diante deste dilema, ficamos em dificuldades por que, ou defendemos um Estado indefensável, ou temos que nos desfazer do Estado. Não podemos defender um Estado que cobra impostos do setor produtivo. É possível universalizar direitos sem o Estado? Em que lugar, na América Latina mais se avança na área de direitos sociais, neste continente? É na Venezuela por que lá se utilizam os *royalties* do petróleo para priorizar as políticas sociais. Somente pelo Estado é possível universalizar direitos, democratizar direitos, estender a cidadania.

O Estado não é um monopólio. O Estado é um espaço de disputa. Dentro do Estado sempre há uma mão esquerda e uma mão direita. A mão direita é a das equipes econômicas, do Banco Central, dos que induzem, para dentro do Estado, os interesses do capital especulativo e do capital financeiro. O braço esquerdo é o braço dos que lutam pela universalização de direitos – o direito à cultura, o direito ao saneamento básico, o direito à educação, o direito à saúde. É uma luta muito desigual nestes Estados que têm aderido, via de regra, a políticas neoliberais. Mas, o Estado não é um pólo, é um lugar de disputa. É um lugar em que vamos procurar transferir os grandes debates, as grandes lutas políticas, ideológicas e culturais.

E o que é o privado? Afirma-se pela defesa da esfera privada. Quem defende a esfera privada? Quando se privatiza a Vale do Rio Doce, quem é que se apropria da Vale do Rio Doce? São os

trabalhadores da Vale do Rio Doce ou é o grande capital nacional e internacional? A privatização desmascara a suposta defesa do pólo privado por que significa jogar o patrimônio público no mercado. A verdadeira palavra para designar o pólo defendido pelo neoliberalismo é o pólo mercantil. Quando os interesses privados são defendidos pelo grande capital financeiro, pelo grande capital industrial? Nada disto. Eles se travestem de privado para se apropriar de uma esfera muito importante para nós – a esfera da privacidade, da família, das opções de identidades sexuais, biológicas, a esfera da liberdade, que não tem nada a ver com o que eles chamam de esfera privada. A esfera deles é a esfera mercantil e a nossa é, exatamente, a esfera pública.

A politização que nós iremos impor ao debate é entre o público e o mercantil. A indústria cultural se pauta por uma lógica mercantil, uma lógica de lucro. Quem comanda efetivamente as programações, acaba sendo sempre a publicidade e a audiência. Este jogo entre os dois é que faz com que uma televisão tenha uma programação ou tenha outra. Somente quando a cidadania, consciente e organizada, decide sobre orçamento, será possível destinar recursos, materializando uma televisão para o público, com um programa de alfabetização para programas culturais. Enquanto o orçamento for apropriado por setores tecnocratas, que têm poder de contingenciamento dos recursos a seu bel prazer, não há possibilidade de uma indústria democrática, menos ainda, na esfera da cultura, pela qual estamos lutando, por índices irrisórios de participação no orçamento.

Então, na realidade, a esfera pública se contradiz com a esfera cultural. Uma vez jogada numa lógica mercantil de financiamento privado, não há possibilidade de uma programação cultural obedecer aos interesses da maioria da população, que se submeta à diversidade cultural, à diversidade de opiniões, à diversidade sexual, à diversidade regional, que é a realidade concreta do país. São duas lógicas totalmente fundamentais. A cultura não deveria se submeter à lógica mercantil.

Aquilo que começou a surgir e ganhar força, a partir da 2ª Guerra Mundial – o conceito de indústria cultural – por um lado, massifica o produto e, por outro, impõe uma lógica de custo/benefício, de oferta/procura, de ganância, de lucro e, assim, por diante. Vejam o que está acontecendo com a indústria editorial no Brasil. Já nem chamo a indústria editorial de brasileira porque ela está permeada pelas editoras internacionais. As editoras de fora do Brasil compram as editoras

nacionais, selecionam os atores que querem internacionalizar e publicam, lá fora, da maneira que quiserem.

Acabou de acontecer a segunda maior Feira do Livro do mundo, em Guadalajara. A participação do Brasil foi vergonhosa. Por quê? Por que a segunda maior Feira do Livro do mundo é organizada por uma universidade pública – a Universidade de Guadalajara. Em segundo lugar, por que é uma feira latino-americana. Este ano, o país privilegiado foi o Peru. Isto está fora da lógica privada de construir cultura. Uma feira organizada por uma universidade pública? América Latina? Não é isto que as editoras querem. Esta é uma lógica que elas não querem. Há uma homogeneização brutal do consumo intelectual, do consumo de leitura, do consumo de livros. Esta é uma lógica privada que, na verdade, não tem nada a ver com o que possa significar emancipação, cultura, diversidade. Estas lógicas todas são lógicas mercantis, são lógicas que se opõem à esfera pública. A esfera pública deveria ser outra coisa.

A cultura é o que define a identidade das pessoas. A cultura define o que eu sou e como sou. Hoje em dia, a cultura brasileira está marcada, obstaculizada por um processo de mercantilização dos meios de comunicação, que tem, como consequência, um processo de alienação. Esta é a famosa palavrinha clássica, que vem do marxismo, e que significa “estar fora do ar”. Falam-se de muitas coisas importantes como dominação, discriminação, mas, fala-se pouco em exploração e alienação. Não basta educação e cultura para ter consciência de si mesmo. Queremos que a cultura seja um instrumento de autoconsciência das pessoas, das classes sociais e dos países. Precisamos de uma profunda luta de idéias para desmistificar o mundo atual, para entender este grande enigma do mundo contemporâneo. Nunca a humanidade teve tantos instrumentos para construir um mundo justo e humano e nunca a humanidade se sentiu tão impotente e tão alheia em relação ao destino do mundo. É a relação: construir este mundo e não se reconhecer nele; não perceber que nós somos, de uma outra maneira, os sujeitos deste processo de condução e destruição do mundo atualmente existente. Isto é essencial.

Vamos tomar um exemplo aqui do Brasil. Eu sou de esquerda, sou do PT. A catástrofe da esquerda brasileira é que, quando nós chegamos ao governo, tínhamos perdido a batalha das idéias. As idéias hegemônicas predominantes neste país, há muito tempo são idéias liberais e neoliberais,

forjadas pela mídia, multiplicadas pela imprensa, pela educação privada etc. Este foi o desastre fundamental.

A cidade de São Paulo é a cidade mais desumana do Brasil, com o maior índice cultural do Brasil. Por quê? Por que a mentalidade mercantil liberal penetrou na cabeça da maioria das pessoas, inclusive, da esquerda, inclusive do PT, inclusive do governo. Este é o nosso desastre. Vivemos cercados por idéias liberais e neoliberais. Se não revertermos isto, estaremos perdendo o futuro do Brasil. Estamos sendo massacrados pela homogeneização mercantil privada, que fabrica a cultura e diz: “Isto é cultura”. Paulo Coelho é cultura? A novela da Globo é cultura? Pode ser lazer. Mas, cultura, como mecanismo de emancipação, de consciência de si mesmo, de criação cultural, certamente não é.

Na verdade, não precisamos de governos que sejam instrumento da lógica privada. Estamos cheios deles. Estamos cumprindo um longo período de desqualificação da política, de desqualificação do Estado, de desqualificação dos governos, desqualificação do sistema público. Em que deveria consistir uma política pública de cultura? A melhor política pública de cultura a nível nacional é a deste governo e a do Ministério no qual eu me orgulho de me reconhecer. É muito pouco. Mas, quero reconhecer que não é da minha universidade, da USP, que veio o melhor ícone de cultura deste Brasil. Veio da Bahia, o negro Gilberto Gil, trazendo a expressividade e a diversidade cultural deste país, naquilo que o Brasil faz melhor, que não é telenovela, não é futebol, mas é música, é cultura, é literatura. Então, não é por acaso que este é o melhor Ministério da Cultura do Brasil. Isto não se fabrica. Isto se vive na diversidade, na produção cultural, e nós temos que ter muito orgulho disto, apesar de todos os problemas que este governo tem. E não é por acaso que eu me orgulho do fato de o nosso Ministro da Cultura estar na contramão das orientações fundamentais, econômicas e financeiras deste governo. Temos que apoiá-lo por que, assim, estaremos apoiando a democratização do nosso país.

Recentemente, fizemos no Rio de Janeiro um Seminário sobre Políticas Públicas de Cultura e publicamos uma revista. Temos um Laboratório de Políticas Públicas no Rio de Janeiro e estamos iniciando o Mestrado e Doutorado em Políticas Públicas e criando uma vertente de políticas públicas de cultura. A revista aborda algumas resoluções e temas deste Seminário. Vou mencionar muito brevemente alguns temas essenciais.

Primeiro, não haverá política pública de cultura sem orçamento participativo. É estranho que um Partido, que teve, como uma de suas marcas fundamentais, o orçamento participativo, chegue à Presidência da República e não tente democratizar um tema tão fundamental como a arrecadação e repartição dos recursos públicos. É um tema da esquerda, é um tema do PT, é um tema da cidadania. Isto por que a cultura é elogiada por todo mundo, mas os recursos materiais para a sua socialização não vêm. E o instrumento essencial para isto é o orçamento participativo. Na próxima campanha eleitoral, quaisquer que sejam os candidatos da esquerda, se não tocarem no tema do orçamento participativo estarão contando balelas sobre a democratização do Estado brasileiro. É claro que não se democratiza apenas com o orçamento participativo, mas, se não se democratizar o tópico dos recursos materiais – quem paga imposto e para onde vão os impostos – não haverá democracia nem na educação, nem na saúde, nem na cultura, nem no lazer, nem em lugar nenhum. Este é o primeiro ponto.

O segundo ponto é a associação de cultura com educação. Um país em que 75% das pessoas são analfabetas funcionais, não pode ter uma grande cultura. Educação não basta. Sem a capacidade mínima de a pessoa poder ler, entender, escrever, discutir e debater, não há emancipação, não há “desalienação”. Hoje em dia, a lógica violenta da vida cotidiana, a invasão brutal dos mecanismos da internet e da televisão, bloqueiam isto. As novas tecnologias têm um grande potencial democratizador, mas, na verdade, bloqueiam a capacidade de compreensão e de conhecimento das pessoas. O que se tem gerado ultimamente é o que se chama de “logo-analfabetismo”. Uma massa brutal de informação e uma capacidade mínima de compreensão, de entendimento das coisas. O fato de se ter acesso a uma quantidade brutal de dados, não significa capacidade de compreensão. O Jornal Nacional nos informa sobre 40 temas diariamente. Eu saio com maior ou menor compreensão do mundo, de mim mesmo e do Brasil? Saio com menor compreensão. Esta avalanche de conhecimentos, sem hierarquizar, sem diferenciar, sem apresentar duas, três, quatro capacidades explicativas diferenciadas não nos dá a capacidade de compreensão. Não possibilita a autonomia das pessoas, para se pensar, para pensar o mundo, para pensar o Brasil, para pensar a realidade.

A Venezuela é o segundo país da América Latina a erradicar o analfabetismo. O primeiro foi Cuba, que fez uma revolução para chegar a isto, optou pelo socialismo para chegar a isto. O segundo é

a Venezuela. E me perguntaram: “O que é que você acha de extraordinário nesta alfabetização que eles utilizaram?” Eu não sou especialista. Conheço o método e acho interessante, mas, se fosse por conta de método, o Brasil não teria nenhum analfabeto. Temos o melhor método de alfabetização do mundo. O que falta é decisão, hierarquia política e socialização da cultura. O povo cubano, na sua média, é o povo mais culto do mundo, com todas as suas dificuldades.

Eu quero dizer também que acho impossível alguém ter uma capacidade de criação cultural, compreensão do mundo, sem tocar em certos temas que desapareceram da mídia e que talvez tenham desaparecido até dos livros escolares. Como é que se pode falar do Brasil, sem falar de capitalismo? Vivemos numa sociedade capitalista. Então, há temas fundamentais, temas políticos e ideológicos, que, se não forem colocados em pauta, se não forem generalizados e socializados, se forem separados da cultura, não serão entendidos. Eu sou mercadoria. Recebo um salário que é considerado um valor pela minha força de trabalho. Quem está desempregado não vale nada. Não vale nem esta merreca do salário mínimo. Estes são valores que as pessoas sentem na sua vida cotidiana. Numa sociedade capitalista, de exploração da mais-valia, eu acho muito difícil existir uma cultura com raízes populares, com compreensão do mundo.

Brecht tem um texto muito importante chamado “Dificuldades para Dizer a Verdade”. No final das contas, a mais importante delas é colocar a verdade na mão de quem mais precisa da verdade. Isto supõe linguagem compreensível, linguagem que designe as coisas pelo seu nome, divulgação, cultura, identidade, para que as pessoas possam perceber do que está se falando e se apropriarem daquilo para criarem, por sua vez, suas próprias formas de expressão cultural. Então, educação e cultura têm que estar associadas. Mas, uma educação que ajude as pessoas a se perceberem no mundo.

De que valem as universidades brasileiras e a educação brasileira se não servirem para dar consciência social para o povo brasileiro? Se elas somente derem meios para as pessoas ingressarem no mercado de trabalho? Não é esta a função da educação. A educação tem, antes de tudo, que ser um meio de humanização, de consciência, de história, para que possamos saber por que somos o que somos, por que fomos construídos desta maneira e por que podemos transformar nossa realidade. Falar de capitalismo significa, também, falar de história.

Vivemos numa sociedade que teve começo, tem meio e pode ter fim. Se não nos apropriarmos desta idéia e desta consciência, não nos muniremos da capacidade de transformar o mundo. Aceitaremos o achatamento do mundo, aceitaremos a ditadura da mídia privada, o chamado “pensamento único”. A história é indispensável para entender a diversidade, a transformação, os avanços, a revolução e a contra-revolução. A história é indispensável para entendermos por que o mundo é como é, construído por nós, para podermos efetivamente “desconstruí-lo” e rearticulá-lo novamente.

Por último, eu queria afirmar que a política pública de cultura tem que ser uma política voltada, prioritariamente, para os dominados, para os explorados, para os oprimidos, para os humilhados, para os alienados. Temos esta bênção dos céus de trabalhar com idéias. Mas, a maioria esmagadora da humanidade, não trabalha no que quer, não sabe o que faz, não tem consciência da sua vida, não sabe quem foi Villa Lobos e não conhece a obra de Carlos Drummond de Andrade. Não temos o direito de nos apropriarmos desta extraordinária cultura do saber universal, sem a direcionarmos para a maioria da população. Temos obrigação de propor uma política pública de cultura que, antes mesmo de ser criativa, seja uma política de socialização da cultura brasileira e da cultura universal. Devemos nos contrapor a esta lógica massificadora, internacionalizante, globalizante, que transmite idéias mesquinhas à massa da população, idéias mercantilizadas, idéias de auto-ajuda, idéias de esoterismo, que consolidam e petrificam a tomada de consciência das pessoas.

Sei que, no pouco espaço de que disponho, focalizei pouco a política pública como instrumento de governo. Entretanto, é preciso instrumentalizar o debate com o conceito de que, se não tivermos uma profunda batalha de idéias, de nada servirá governo, de nada servirá Partido, de nada servirá política. Na verdade, no universo das idéias, estamos perdendo este debate. Quando acontecem as coisas que estão acontecendo no Brasil, quando há a instrumentalização da mídia privada, ocorre o modelo de vida mercantilizada que os Estados Unidos exportam para o mundo. É o modelo de vida de grande parte da nossa população. É o espírito de vida dos *shoppings centers*.

Se vamos criar uma forma de socialização de valores, de pluralismo, de consciência e de solidariedade, não precisaremos da hegemonia política. Precisamos dos valores da solidariedade,

dos valores do assentamento dos “Sem Terra”, dos valores do orçamento participativo, dos valores da cidadania, do humanismo, da militância política. Estes são os fundamentos de uma política pública de cultura. Por isto, ela poderá se chamar pública. Por isto, ela tem raízes na idéia de público, na idéia de povo. Tudo tem a ver com as raízes da democracia, que é o fundamento, de acordo com os interesses do povo, com a consciência do povo e a emancipação do povo.



O PROCESSO DE FORMULAÇÃO DO PLANO NACIONAL DE CULTURA

Sérgio Sá Leitão

Secretário de Políticas Culturais do Ministério da Cultura em 2005



“Chegou a hora de termos, de fato, uma carta de navegação para a cultura brasileira, que oriente, induza, estabeleça os parâmetros para a atuação do poder público, em suas três instâncias e, também, para a articulação entre poder público e sociedade civil.”

É importante que o Ministério da Cultura possa compartilhar com todos os que participam da Plenária Final desta 1ª Conferência Nacional de Cultura, o que vem pensando em relação ao processo de elaboração do Plano Nacional de Cultura.

No Caderno da Conferência, há um texto específico sobre o Plano. O próprio Ministro Gilberto Gil teve a oportunidade de colocar algumas reflexões e pensamentos sobre o modo como o Ministério da Cultura está encarando a missão de coordenar a elaboração participativa do primeiro Plano Nacional de Cultura da história do País. Na verdade, vou tentar apresentar uma visão global, tentar ordenar as informações que já receberam e acrescentar mais algumas.

Do ponto de vista do Ministério da Cultura, o processo de elaboração do Plano, que vai se desenvolver a partir de agora, tem, na Conferência Nacional de Cultura, com os seus resultados, o marco, o pontapé inicial do processo. Do nosso ponto de vista, este processo, esta tarefa é o que de mais estratégico temos para realizar, ao longo de 2006. Chegou a hora de termos, de fato, uma carta de navegação para a cultura brasileira, que oriente, induza, estabeleça os parâmetros para a atuação do poder público, em suas três instâncias e, também, para a articulação entre o poder público e a sociedade civil, para realizar as metas culturais que vamos estabelecer no próprio Plano.

De certa maneira, até hoje, o poder público atuou no campo da cultura, em suas diversas instâncias, sem estas orientações, sem estes compromissos construídos publicamente. Com o Plano Nacional de Cultura, vamos instituir algo que terá esta dimensão, que será esta carta de navegação

Resumo

Este será o ano da construção do primeiro Plano Nacional de cultura da história do país. Será o ano em que a diversidade e o desenvolvimento serão a pauta do mais abrangente debate sobre a cultura já realizado. De duração plurianual e peso de lei.

O Ministério da Cultura assumiu o compromisso público de coordenar o processo participativo de sua elaboração, a metodologia, o cronograma e a redação final. Este trabalho deverá envolver um diagnóstico da cultura brasileira em suas múltiplas dimensões, mas, sobretudo, permitirá ao país estabelecer políticas públicas de cultura, que possam ampliar o grau de acesso da população brasileira à produção dos bens culturais, e, de outro, contribuir para a redução das desigualdades existentes em nosso território, o desenvolvimento econômico e a inclusão social.

SÉRGIO SÁ LEITÃO

Assessor da Presidência do BNDES. Foi Chefe de Gabinete e Assessor Especial do Ministro Gilberto Gil. Formou-se em Jornalismo pela Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Foi repórter e editor na Folha de S.Paulo e no Jornal do Brasil, e Diretor de Redação no Jornal dos Sports e na revista Volleyball. Publicou *Futebol-Arte – a Cultura e o Jeito Brasileiro de Jogar*. Dirigiu comerciais, clipes, institucionais e curtas. É professor de Gestão Cultural na Universidade Cândido Mendes.

para que não só o Ministério da Cultura, mas cada uma das Secretarias Municipais, cada uma das Secretarias Estaduais, cada uma das instituições culturais, dos movimentos populares ligados à cultura, enfim, que a sociedade civil brasileira saiba exatamente o que ela quer no campo da cultura, o que todos nós queremos no campo da cultura. Isto implica em saber o que queremos atingir, de que modo,, quais são as diretrizes que vão orientar esta caminhada, de que institucionalidades necessitamos para que estas metas sejam atingidas, que programas, que recursos são de fato necessários para isto e quais os princípios orientadores de nossos passos na caminhada, para fazer com que o Plano se torne realidade. Tudo isto é o Plano, tudo isto é a tarefa histórica com a qual vamos nos defrontar em 2006.

Como já afirmei, a Conferência é o marco inicial do Plano Nacional de Cultura. Todos os que dela participam como delegados têm uma tarefa fundamental. Não basta estabelecer as diretrizes que subsidiarão o processo de elaboração do Plano, mas, mais do que isto, é preciso que sejam multiplicadores deste processo. Todos os que participaram desta caminhada que nos trouxe até aqui, que voltarão para as suas comunidades, para os seus grupos, suas áreas de atuação, precisam levar esta mensagem e estar imbuídos do espírito, ao lado de um sem-número de instituições, movimento populares, organizações e, mesmo, pessoas que não estão aqui. Precisamos fazer com que este processo seja ampliado ao máximo. E vocês serão os militantes, a partir de agora, no cotidiano de cada um, da elaboração do Plano Nacional de Cultura. Pretendo abordar aqui hoje, o modo como esta militância vai se dar.

A elaboração de um Plano Nacional foi, digamos, viabilizada, permitida pela aprovação do Congresso Nacional, de uma Emenda Constitucional que institui a idéia de um Plano semelhante aos que existem em outras áreas, como meio ambiente e educação. Do ponto de vista do Ministério da Cultura, a idéia de um Plano Nacional serve, em primeiro lugar, como pretexto para que venhamos a empreender a maior mobilização que já houve no País, em torno das múltiplas causas da cultura brasileira. O objetivo é fazer com que a causa, as inúmeras causas da cultura venham a se inscrever, com o devido e o merecido destaque, na agenda do conjunto da sociedade brasileira, na agenda do Governo, na agenda da mídia.

Fizemos a Conferência, discutimos as diretrizes para o Plano, as diretrizes do Sistema Nacional de Cultura, que serão publicadas. Agora,

precisamos traduzir todo este conjunto e agregar novos setores, novas pessoas para, com tudo isto somado, elaborar o Plano Nacional de Cultura, que é um Plano com força de Lei. Ele será lei, não um arrazoado de intenções de um Governo, nem mesmo o resultado da produção de uma Conferência como esta, que tem a legitimidade da base, mas não tem a legitimidade legal.

O Plano vai ser a transposição do que estamos fazendo, com novos conteúdos, novas participações e com peso de Lei, para que as políticas públicas de cultura deixem, definitivamente, de depender da vontade de governantes, ou apenas da pressão das bases e se tornem, de fato, políticas de Estado. Esta é a diferença qualitativa que o Plano Nacional de Cultura vai ter, uma vez instituído por força de Lei, ou seja, produzido por nós e aprovado pelo Congresso. Este Plano vai se tornar Lei e todos nós, gestores, teremos que cumpri-lo. Não será mais uma questão que dependerá de nossa vontade política. Teremos que cumpri-lo, não apenas nós, mas todos os gestores públicos, inclusive os que vierem a nos substituir. Com isto, as políticas públicas deixarão de ser políticas de Governo e passarão a ser, de fato, políticas de Estado, com tudo que isto significa, principalmente a continuidade, por que o Plano é plurianual e, mesmo que venha a ser revisado e atualizado, traz implícita a idéia da continuidade.

A questão central, do nosso ponto de vista – e esta idéia é que queremos dividir com vocês –, é que o Plano, além do que vai significar, além do impacto que terá na sociedade brasileira e no Poder Público, após sua instituição, enquanto processo, é absolutamente fundamental e precisamos olhar com carinho para ele. Ele é fundamental por que vai nos permitir empreender a ampla mobilização que temos que fixar como meta, com o objetivo de colocar definitivamente as questões da cultura na agenda da sociedade brasileira, para que o debate transcenda o universo próprio da cultura, transcenda o nosso universo, transcenda o universo dos gestores, dos artistas e passe a fazer parte do conjunto de assuntos que a sociedade brasileira, na sua totalidade, elege como prioridade.

Se cada um de vocês, imbuído desta causa, desta missão, for capaz de ser um multiplicador desta idéia, ou for capaz de, ao longo do processo de elaboração do Plano, empreender reuniões junto de seus colegas de trabalho, da comunidade em que vocês vivem, das instituições, ou seja, se cada um de vocês for capaz de mobilizar dez, quinze, vinte, trinta, quarenta, cinquenta pessoas, no sentido de realizar discussões concretas, objetivas

sobre o Plano Nacional de Cultura e fazer com que seu resultado chegue à Comissão encarregada de elaborar ou coordenar o processo, estaremos multiplicando e incorporando a este processo um grande número de pessoas.

Há duas fontes básicas para balizar a discussão da elaboração do Plano e uma terceira fonte que queremos agregar – e achamos importante agregar –, que são os estudos e as pesquisas. Estudos de diversos especialistas, acadêmicos ou não, que se têm defrontado com a questão da cultura e produzido material muito importante, que deve ser levado em consideração por todos. Inclusive, trata-se de um material muito útil para que possamos conhecer melhor os múltiplos objetos aos quais vamos nos dedicar. Haverá também outras pesquisas. O Ministério está solicitando a um grande número de instituições, ao IBGE, a instituições universitárias, para que possamos ter, também, dados que amparem e subsidiem as nossas reflexões.

Vamos realizar uma ampla convocação a instituições como as que já se incorporaram ao processo de construção desta Conferência. No Ministério, temos chamado este processo de “bumerangue”, pois é algo que pretendemos lançar para a sociedade, lançar para o setor, e fazer com que se multiplique, para além da capacidade do Ministério, das secretarias municipais e secretarias estaduais de Cultura. Depois, este material voltará para ser devidamente sistematizado e discutido no âmbito do Conselho de Políticas Culturais e, finalmente, disponibilizado para uma ampla consulta pública, para que possamos chegar à versão final que enviaremos ao Congresso.

Como todos sabem, esta é apenas a primeira parte, porque uma vez que o plano esteja tramitando no Congresso, qualquer dos Deputados ou Senadores poderá lhe acrescentar sugestões. Então, caberá à sociedade que participou do processo, defender a integridade do mesmo, ou até, inclusive, aproveitar para acrescentar aspectos que, por alguma razão, não foram contemplados na primeira fase. Afinal de contas, o Congresso também é uma instância democrática de representação.

O Ministério da Cultura quer que tudo o que for feito, e tudo o que diga respeito ao Plano Nacional de Cultura, seja pactuado e objeto de consulta pública. A primeira consulta pública que faremos – e esperamos colocá-la para a sociedade, no próximo mês – é justamente a consulta pública a respeito da metodologia, cronograma e arquitetura do plano, ou seja, do instrumental básico para se

empreender este processo. A idéia é, assim que o Conselho seja instituído, ele vai ser imediatamente incorporado a este processo, com o seu papel legal, por força do Decreto nº 5.520/2005.

Estamos terminando a proposta que o Ministério vai apresentar à sociedade no final de janeiro, para que ela, sociedade, opine, com mecanismos de consulta pública, sobre a metodologia de elaboração, o cronograma e a arquitetura do Plano. Metodologia e cronograma são questões mais ou menos claras, ou seja, como vamos fazer e qual será o tempo desta realização.

A arquitetura talvez mereça uma explanação. Queremos apresentar um esqueleto de qual será o formato final do Plano, ainda que os conteúdos venham a ser colocados, queremos apresentar esta arquitetura, ou seja, que itens teremos que preencher durante a elaboração do Plano. Então, o debate e o acordo sobre a arquitetura são fundamentais porque isto vai orientar tudo o que virá em seguida.

A arquitetura vai contemplar de que itens e subitens este Plano Nacional de Cultura será composto. O conteúdo do Plano propriamente dito é o que faremos em seguida, com o que deliberarmos a partir desta primeira etapa. Uma vez definida a metodologia, o cronograma e a arquitetura do Plano, então vamos empreender aquela mobilização e disponibilizar conteúdos básicos para discussão pública do Plano e do que diz respeito a ele. Este Plano vai ganhar a sua cara, a sua forma, ao longo deste processo. A idéia que queremos compartilhar com vocês, para discussão, é de que este Plano não se limite a reunir princípios, idéias, que terão dificuldades no processo de materialização. Queremos estabelecer um Plano que seja, de fato, uma carta de navegação que os gestores públicos possam olhar e dizer: eu sei exatamente o que eu vou fazer nos próximos oito anos, nos próximos quatro anos. Eu tenho que realizar isto aqui, senão serei cobrado, inclusive legalmente, se eu não viabilizar o que está aqui.

É fundamental trabalhar com metas que possam ser quantificadas, ou seja, não há ninguém que discorde ser fundamental a idéia de que todas as ações do Poder Público estejam orientadas para ampliar o grau de acesso da população brasileira à produção e à fruição de bens e serviços e de equipamentos culturais. Imagino que todos concordem com isto, mas, para que possamos avaliar o compromisso real do Poder Público, dos gestores públicos na realização deste objetivo, precisamos estabelecer metas: o que representa

em cada uma das áreas, o que representa, em cada um dos temas, ampliar o grau de acesso; o que significa isto concretamente, objetivamente... Temos que sair do plano das idéias e dos princípios das diretrizes e passar ao plano da realidade, da viabilização efetiva. Não só por que este é o compromisso dos gestores – os gestores públicos têm compromisso com o fazer –, mas, também, por que é no fazer que os princípios acontecem e se transformam em benefícios e ganhos para a sociedade.

Os temas com os quais vamos nos defrontar são basicamente os que vocês estão colocando aqui. Acho que, a partir da própria experiência do Ministério, para ampliarmos a discussão, talvez possamos acrescentar alguns aspectos que, por alguma razão, não foram colocados aqui. É óbvio que a importância de cada tema e o modo como o Plano vai abordar isto serão definidos de forma participativa e democrática.

Para finalizar, eu queria ressaltar a importância da idéia de que precisamos levar o tema da cultura para a agenda da sociedade brasileira. Quero repetir uma pergunta que fiz em nossa Conferência Estadual de Cultura, do Rio de Janeiro: “Alguma vez viram, nos debates durante as eleições, nas emissoras de televisão, desde 1982 (que foi quando as emissoras passaram a fazer debates eleitorais), os candidatos serem questionados sobre o tema da cultura?” Isto nunca aconteceu, posso afirmar categoricamente. Discute-se transporte, educação, saúde, mas cultura não. Cultura não faz parte da agenda política brasileira, da agenda da eleição brasileira. Adianta ficar reclamando? Não adianta. Temos que fazer com que os nossos políticos e a nossa mídia reconheçam a importância central e estratégica da cultura brasileira, para o desenvolvimento do País, para todas aquelas áreas que eles consideram temas – a importância da cultura para a construção da cidadania, o desenvolvimento, a geração de renda e emprego, a identidade, o bem-estar social etc. Como fazer isto? Para nós está muito claro, a condição *sine qua non* para que o poder público venha a dar, futuramente, à cultura, um tratamento à altura do que ela merece, inclusive por sua importância social e histórica; a forma pela qual teremos de fazer com que a cultura passe a fazer parte da agenda da eleição, da agenda da mídia, da agenda dos políticos, é justamente por meio desta mobilização. Por que a mobilização, se ganhar força, fará com que o Plano Nacional de Cultura seja discutido em todas as universidades brasileiras, seja discutido no âmbito de todas as instituições e movimentos populares do País e

não só aqueles ligados diretamente à cultura. Ou seja, queremos a Central Única de Trabalhadores (CUT) ou a Força Sindical, promovendo, nos seus milhares de sindicatos, a discussão sobre o Plano Nacional de Cultura. Se formos capazes de realizar um Plano que seja, como eu disse, uma carta de navegação, este tema não poderá mais ser ignorado em períodos eleitorais. Assim, o fato de que a elaboração do Plano Nacional de Cultura ocorra em um ano eleitoral é extremamente positivo, por que a mobilização, pelo Plano, acontecerá simultaneamente à mobilização eleitoral. Se realizarmos esta tarefa, à qual estamos nos propondo, poderemos ser, em 2006, um dos mais poderosos *lobbies*, atuando na eleição, nos diversos planos em que a eleição vai se dar. Por que teremos, por trás, a força desta ampla mobilização popular, em torno do tema da cultura.

Outra questão fundamental – isto é algo que dentro do Ministério tem nos preocupado muito – é a questão da institucionalização das conquistas, do que acontece, do que é feito de positivo e o Plano vai nos permitir isto. Quando coloco esta questão do Plano, imagino como teria sido bom para a equipe do Ministro Gilberto Gil, se ela chegasse, em janeiro de 2003 e tivesse encontrado um Plano Nacional de Cultura. Assim, a nossa tarefa seria nos dedicar da forma mais aguda, mais profunda possível à realização daquele Plano. Claro que estamos nos referindo a um Plano democraticamente construído e que representasse o conjunto da visão da sociedade brasileira sobre cultura. Acho que, seja nas Prefeituras, seja nos Governos Estaduais, seja no Ministério da Cultura e, não só no Ministério da Cultura, mas no conjunto do Governo Federal, os próximos gestores, que puderem ter este Plano Nacional de Cultura, certamente poderão realizar um trabalho ainda melhor do que o que estamos fazendo.

Queria terminar a minha exposição, colocando um desafio para vocês: sejamos ambiciosos porque a tarefa é grande e só é grande por que a cultura brasileira é grande e constitui o maior ativo, a maior riqueza, o maior patrimônio deste País. Ela é o nosso grande diferencial competitivo neste processo de integração global, chamado “globalização”. É a nossa cultura, é a partir dela que nos colocamos no mundo, a partir dela que podemos gerar riqueza, que podemos gerar valores éticos para nossa sociedade.

COMENTÁRIOS À CONVENÇÃO INTERNACIONAL DA DIVERSIDADE CULTURAL

Sérgio Mamberti

Secretário de Identidade e Diversidade Cultural do Ministério da Cultura

“Uma visão mais larga de cultura, que vai além das linguagens artísticas e abrange, no sentido da diversidade, toda a complexidade do conceito antropológico de cultura, com todos os valores, signos e símbolos de um povo.”

Nós estivemos juntos em Paris, tanto o Deputado Paulo Delgado quanto o Marcelo Dantas, durante a votação para a aprovação do documento da Convenção Internacional. No governo anterior, o Brasil tinha uma posição bastante imprecisa sobre esta questão. Mas, a partir da atual gestão, esta questão fazia parte de um compromisso assumido pelo Presidente Lula no projeto “A Imaginação a Serviço do Brasil” e o Ministro Gilberto Gil se empenhou no sentido de fazer com que o Brasil estivesse realmente representado nesta Convenção. Uma das ações prioritárias desta gestão no Ministério da Cultura foi fazer uma reforma estrutural e criar a Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural, pela qual sou responsável e que, hoje, é a única no mundo. Neste sentido, o Ministério talvez tenha hoje uma das estruturas mais modernas do planeta, justamente porque a reforma foi elaborada a partir de uma visão mais larga de cultura, que vai além das linguagens artísticas e abrange, no sentido da diversidade, toda a complexidade do conceito antropológico de cultura, com todos os valores, signos e símbolos de um povo. Participamos ativamente das reuniões preparatórias.

Na reunião de junho, nosso documento de contribuição foi considerado importante, na medida em que, inclusive, estamos vendo se repetir aquela separação entre expressões artísticas e o resto, ou seja, as artes, o que se chama de cultura erudita, num plano, e o que não é “cultura erudita”, num segundo plano. De novo, iríamos estabelecer esta discriminação. O texto original, como estava proposto, era “Convenção para a Proteção da Diversidade dos Conteúdos Culturais e Expressões Artísticas”. Observem que, nestes “conteúdos culturais” estava toda a complexidade desta visão de cultura

colocada num segundo plano e, novamente, “expressões artísticas” dimensionadas como o que seria realmente arte. Nossa proposta foi de que o texto se transformasse em “Convenção para a Promoção e Proteção da Diversidade das Expressões Culturais”, o que mudou, inclusive, o nome da convenção.

Numa reunião recente com o Ministro Gilberto Gil e com a presença do Ministério das Relações Exteriores, que tem feito uma parceria extremamente rica e importante conosco, estava presente o Deputado Paulo Delgado, que também tem sido uma outra parceria extremamente importante, não só nesta questão da diversidade, mas ainda, em outras questões. O Ministério das Relações Exteriores, por meio do Ministro Edgar Teles Ribeiro, ressaltou a importância que o Brasil passou a ter graças a sua atuação extremamente forte, decorrência também da personalidade do Ministro Gil e da luta que tem mantido ao assumir os compromissos internacionais, com muito brilho e com posições muito firmes. Toda a centralidade desta luta estava nas posições da França e do Canadá, mas, o Brasil, hoje, passa a ser uma terceira posição extremamente importante por que acabou com esta polarização e representa uma expressão do Sul e dos países emergentes. Isto é extremamente importante.

Cultura é isto mesmo; é a busca da felicidade. Toda esta discussão sobre a diversidade, que se estabelece nas trocas e no diálogo, é realmente, a única forma de se criar um mundo melhor e de se ter um novo conceito de desenvolvimento. Eu me lembro quando a Louise Oliver disse que a Convenção da Diversidade Cultural ia determinar, por meio de suas decisões, um fundamentalismo cultural, que impediria justamente estas trocas. Se não me engano, foi o representante da Jamaica quem disse: “Calma! *Everything is gonna be all right*”. E as pessoas cantaram junto com ele. Foi muito gostoso. Existia um ar de rebelião e, de repente, o gigante estava ali, derrotado, e nós tripudiamos um pouquinho.



SÉRGIO MAMBERTI

Ator, diretor, artista plástico e produtor. Natural de Santos-SP, 66 anos – 50 anos de carreira teatral. É formado pela Escola de Arte Dramática de São Paulo. Atuou em mais de 70 peças teatrais e número equivalente de longas-metragens e telenovelas. Recebeu vários prêmios, entre os quais, o Molière, como melhor ator. É diretor artístico do Projeto Cultural do Teatro Crowne Plaza, em São Paulo. Militante na defesa da cultura brasileira, Sérgio Mamberti integrou a coordenação dos programas “Cultura como invenção do futuro” e “A imaginação a serviço do Brasil”, nas campanhas nacionais de 1994 e 2002, do Partido dos Trabalhadores.

Foi muito importante a participação do Secretário Marcelo Dantas, para termos uma idéia dos bastidores deste processo e de como foram importantes as posições tomadas pelo Ministro Gil. Eu queria mencionar a atuação do Ministério das Relações Exteriores, que hoje é o grande aliado da cultura, em nossas missões internacionais. Eu me lembro, quando perguntaram, em Berlim, ao Conselheiro Cultural do governo anterior, como é que ia se estabelecer a relação entre o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Cultura, ele expressou muito sinceramente o que era vigente e disse: “Depende do que for mandado para a gente. Depende se vocês mandarem arte de rico ou arte de pobre”. Vejam a visão que havia e a diferença com o que temos hoje. O Ministério das Relações Exteriores tiveram um papel fundamental por que conhecem estes meandros internacionais e compartilham conosco da mesma visão da importância da Cultura no processo de transformação.

Os temas abordados hoje foram absolutamente convergentes porque a contribuição que a “Agenda 21 da Cultura” traz para a discussão é exatamente uma visão mais objetiva, na medida em que se tratam de políticas locais, políticas do Município e com qualidade de discussão. O documento é importante porque pode ser um grande norteador, para que se possa estabelecer as novas leis que darão o arcabouço legal, o arcabouço jurídico a estes processos que estamos elaborando e que caminham tão rapidamente. Demoraram muito para chegar, mas, caminham rapidamente. Isto vai exigir muita atenção. Por isto, a existência de um Plano Nacional de Cultura e de um Sistema Nacional de Cultura vai ter papel fundamental, justamente para a agilização, efetivação e implementação destes processos que estão no nosso horizonte, na nossa porta, nas nossas mãos.

Queremos agradecer a exposição de Emir Sader, tão elucidativa, crítica e, ao mesmo tempo, tão construtiva para este processo. São coisas muito importantes em relação ao que seriam, realmente, políticas públicas para o país. O compromisso assumido pelo Ministério, na verdade, representa este governo com as suas contradições, mas, certamente, afinado com as palavras dos palestrantes.

Emir Sader mencionou o povo cubano e a questão da relação entre cultura e educação. A única vez que estive em Cuba foi em 1992. Eu sempre tive uma imagem bastante positiva daquele país e uma vontade muito grande de o conhecer. Mas, quando cheguei lá, eu compreendi

por que, apesar de todas as dificuldades, o país continuava tão vivo e tão presente. Lembro-me de que, em conversas com o povo, nas conversas com as pessoas, eu percebi o conceito de cultura que está sendo discutido aqui, hoje, aplicado efetivamente na própria vida deste povo. Houve um momento em que eu conversei com a minha camareira e ela era especializada em Machado de Assis. Lembro-me de quando, falando com um jovem garçom, ele disse que me conhecia, não das novelas, mas, me conhecia de filmes brasileiros e citou pelo menos uns cinco ou seis filmes que ele tinha visto e dos quais eu participei. Eu lhe disse: “Cada vez me surpreende mais a qualidade cultural do povo cubano, como este povo se expressa culturalmente”. E ele me respondeu: “O que mantém viva a revolução é a cultura”. Eu acho que as palavras do Emir vão muito nesta direção, nesta conquista e neste olhar para os humilhados e ofendidos para que se possa, por meio da cultura, proporcionar, realmente, a manifestação da cidadania. Só assim nós vamos poder, não só construir um Brasil dos nossos sonhos, uma América Latina dos nossos sonhos, mas, também, fazer com que o mundo possa se transformar.

Agradeço a Nazaré Pedrosa por exposição tão verdadeira por que ela viveu todos estes problemas, morando num país da Comunidade de Países de Língua Portuguesa. Não podemos esquecer que ela foi a única mulher a ser Diretora da UNE. Eu acho que esta relação com a comunidade de língua portuguesa tem sido uma prioridade para nós. Já há uma posição que está se concretizando. O caminhar não é tão rápido quanto a gente gostaria, mas, tem sido considerado auspicioso por todos os que têm participado deste processo.





Mesas-redondas dos Eixos Temáticos

GESTÃO PÚBLICA DA CULTURA

A Frente Institucional – Algumas Questões da Democracia | *Isaura Botelho*
A Organização Federativa do Estado Brasileiro | *Vicente Trevas*

CULTURA É DIREITO E CIDADANIA

Um Conceito de Política Pública em Construção: Gestão Cultural
Compartilhada e Emancipatória | *Célio Turino*
Cultura como a Dimensão Simbólica da Existência
Social Brasileira | *Sérgio Mamberti*

ECONOMIA DA CULTURA

Financiar Cultura num Mundo Complexo e Globalizado
ou O Papel do Estado na Indução Econômica da Cultura | *Antônio Grassi*
Uma Visão Institucional a Partir da Implantação
das Diretrizes de Cultura do SESI | *Cláudia Martins Ramalho*
Construindo um Sistema Nacional de Cultura | *Sérgio Xavier*

PATRIMÔNIO CULTURAL

Política de Museus, de Patrimônio e de Memória | *José do Nascimento Júnior e Mario de Souza Chagas*
Cultura como Setor Relevante e Estratégico | *Jurema de Souza Machado*
O Ministério da Cultura e o Patrimônio Histórico Nacional | *Érica Diogo*

COMUNICAÇÃO É CULTURA

Fazer Comunicação É Fazer Cultura | *Eugênio Bucci*
Política Cultural e Projeto de Nação | *Jorge da Cunha Lima*
O SNC e os Novos Modelos de Distribuição
do Produto Audiovisual | *José Araripe Jr.*



Gestão Pública da Cultura



A FRENTE INSTITUCIONAL – ALGUMAS QUESTÕES DA DEMOCRACIA

Isaura Botelho

Pesquisadora e Coordenadora de Difusão do Centro de Estudos da Metrópole do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP)

Observando o lado institucional da implantação de um Sistema Nacional de Cultura, gostaria de fazer algumas observações que, espero, possam contribuir para o debate que vai se desenrolar aqui, nestes próximos dias. Faço minhas considerações, imaginando um sistema que tenha em vista dar suporte a políticas culturais, que tenham como objetivo a democracia cultural. Nestas políticas, privilegia-se a diversidade de expressões culturais e uma correlata diversidade de públicos. Para que isto seja possível, as três esferas administrativas – federal, estadual e municipal – devem estabelecer mecanismos de diálogo permanente, pois falo aqui de cultura como direito e como cidadania, motivação maior para o estabelecimento de políticas conseqüentes.

A democracia se define como um sistema onde há múltiplos atores que perseguem políticas, dentro de um padrão mais ou menos competitivo, produzindo resultados e efeitos não necessariamente esperados. Isto significa dizer que, considerados os participantes do jogo, ninguém tem nem pode ter garantias absolutas de que seus interesses triunfarão por completo, assim como ninguém pode estar certo de que suas posições serão continuamente preservadas. Estas incertezas são próprias do jogo democrático. Assim, se quisermos definir o caráter geral de uma política cultural para a democracia, a única coisa que esta política pode postular é que deva produzir arranjos institucionais básicos, de tal forma que permitam a expressão dos interesses substantivos dos indivíduos e grupos que compõem a sociedade. Trata-se de criar um modelo institucional de possibilidades, por meio do qual os indivíduos e os diversos grupos da sociedade possam materializar seus interesses culturais, negociá-los, propô-los, discuti-los, com mínima segurança de que este arranjo institucional vá garantir que, dada a distribuição de recursos – sejam eles econômicos ou organizacionais –, ninguém se verá excluído destes arranjos. Trata-se aqui de criar e multiplicar uma estrutura de oportunidades – mercados,

pluralidade de ofertas, variedade de consumos – e, ao mesmo tempo, estabelecer as formas de diálogo, divisão de responsabilidades, mecanismos de equilíbrio etc.

Trata-se, portanto, de sair da teoria para a prática e pensar o papel das três esferas da administração pública. Duas noções que fazem muito sucesso, no âmbito dos órgãos públicos de financiamento, são a inovação e a diversidade. Se quisermos ter uma ampla e democrática política cultural, temos de começar por descobrir os meios de aplicar estas noções. Isto significa assumir a pluralidade de focos que marca a produção e a recepção na vida cultural, ir além de uma idéia de democratização reduzida à disseminação da cultura erudita; ou seja, colocar a diversidade como princípio efetivo de gestão, diante das diferenças regionais, da pluralidade de etnias e das divisões de classe próprias de uma sociedade complexa. Para tanto, considerado este terreno prático da condução de políticas e gestão de recursos, é essencial enfrentar a questão da busca de equilíbrio e da articulação entre as várias esferas do poder público. Começemos pela esfera municipal.

A ESFERA MUNICIPAL

Para pensar numa política e gestão de cultura eficazes, é preciso o conhecimento do que acontece em seu entorno e é necessário traçar metas de desenvolvimento do repertório de informação cultural desta comunidade, sem preconceitos elitistas ou populistas. É necessário, também, ter clareza com relação às carências – ou seja, identificá-las – e definir um patamar para o que se quer alcançar. Cabe ao Município, o conhecimento profundo de suas manifestações, sem que o olhar para fora de sua realidade, impeça-o de valorizar e estimular as produções locais e, ao mesmo tempo, pensar no que é necessário incorporar, para o desenvolvimento local.

Temos aqui uma questão decisiva: se considerarmos a cultura como tudo que o



ISAURA BOTELHO

Doutora em Ação Cultural pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP), Isaura Botelho tem atuado em gestão e planejamento de políticas culturais. Além de artigos, publicou o livro *Romance de Formação: Funarte e Política Cultural – 1976-1990*. Tem ministrado cursos em diferentes instituições nacionais e do exterior. Coordena a pesquisa “O Uso do tempo livre e as práticas culturais na Região Metropolitana de São Paulo” (Centro de Estudos da Metrópole do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento).

ser humano elabora e produz, simbólica e materialmente falando, o que significa considerar a cultura em sua dimensão antropológica, temos de levar em conta que ela é a expressão do indivíduo em sua relação com seu universo mais próximo. Neste caso, parece-me natural afirmar que, em termos de uma política pública, tal dimensão privilegia, por sua própria natureza, uma ação municipal. Ou seja, a ação sócio-cultural é, em sua essência, uma ação micro que tem, como lugar privilegiado, o Município, a instância administrativa mais próxima do fazer cultural.

Embora este seja um aspecto que deva ser preocupação das políticas de todas as esferas administrativas, o distanciamento que o Estado e a Federação têm da vida efetiva do cidadão dificulta sua ação direta. Mas não a impede e ela é necessária. Levantar a bandeira da cultura, nesta dimensão transversal da relação dos indivíduos, das comunidades com seu entorno, na construção de mundos de significados particulares, é fundamental em todos os níveis dos poderes públicos. Trata-se, aqui, de levar em conta todos os aspectos da vida dos indivíduos, considerando a melhoria da qualidade de vida e o exercício pleno da cidadania. Assim sendo, a união de todos os níveis, em torno desta bandeira, legítima-a politicamente. Embora, como disse, o Município seja a instância mais próxima da vida cultural dos indivíduos, é claro que as esferas estadual e federal podem ter ações voltadas para o desenvolvimento local, em parceria com o nível municipal – que deve ser sempre o propulsor de qualquer ação conjunta, dada a sua posição estratégica de proximidade (este é um critério importante na definição do papel das diferentes esferas administrativas).

Tomando outro aspecto da ação do poder público, nesta articulação do municipal, do estadual e do federal, há a questão que separa produção e recepção. Na minha opinião, o poder público, qualquer que seja a instância administrativa, tem de estar presente em todos os elos da cadeia da vida cultural: na produção, na circulação e na fruição (ou consumo, como querem alguns). A especificidade desta presença envolve uma adequada mistura de regulamentação e subsídio.

Podemos exemplificar algumas delas. Voltemos ao nível municipal. Como já me referi anteriormente, o Município é a instância mais próxima dos “modos de vida” da população e do fazer cultural. É nele que a dimensão antropológica da cultura tem sua concretude. Ele é, portanto, espaço do exercício da cidadania, em sentido pleno, bem como da organização da sociedade

civil. É também na esfera municipal que se tem melhores condições de assumir a vanguarda da cultura, como base do desenvolvimento da sociedade, na medida em que as relações com as outras esferas de governo são, em princípio, mais próximas. Formas indiretas de estímulo ao fazer cultural ou à preservação de patrimônio móvel ou imóvel também são possíveis, a partir de impostos locais. Cabe também à gestão pública municipal desenvolver estratégias de convencimento e parcerias com o setor privado. E, finalmente, deve estabelecer parcerias com o nível estadual e federal, principalmente com relação a ações que ultrapassem os limites de sua jurisdição. Em outras palavras, projetos ou programas que tenham impacto regional ou nacional. Cada vez mais se torna interessante pensar estratégias de desenvolvimento cultural em termos regionais. Isto dá maior força às ações bem como provoca um efeito de “contaminação” muito positivo. Ou seja, boas práticas, servindo de exemplo para outros.

A ESFERA ESTADUAL

Pensemos agora a esfera estadual: ao contrário do Município, que tem responsabilidade sobre uma área mais restrita, em termos espaciais e populacionais, o Estado tem de pensar uma política que se relacione com todos os Municípios. Ao mesmo tempo em que tem de dar conta deste diálogo com o conjunto de seu território e de sua população, ele é o intermediário ideal com o nível federal. Se, por um lado, tem obrigação de dar atenção à demanda de cada Município, parece-me claro que, se ele não estabelece uma efetiva parceria com o Município, fica praticamente impossível atender a todas estas demandas. Neste sentido, é fundamental que cada uma das esferas administrativas estabeleça claramente as suas responsabilidades, processo de negociação, que é, por sua própria natureza, difícil, complexo, mas muito salutar.

Também o Estado pode e deve pensar em formas de subsídio indireto, por meio de legislação envolvendo impostos estaduais. A criação de mecanismos de financiamento com critérios claros, que possam beneficiar projetos e programas que representem a diversidade cultural do Estado e que atendam às prioridades de sua política, é também uma forma importante de apoio. Neste sentido, é interessante que se estabeleçam mecanismos de repasse financeiro, mediante contrapartidas do Município, contrapartidas estas que nem precisam ser estritamente de ordem financeira. Outro suporte fundamental é a chancela, por parte do Estado, às políticas e ações municipais, estimulando

ações regionais, o que reforça não só todos os Municípios envolvidos, como também sua própria ação. Nem todo apoio importante passa necessariamente pelo aspecto financeiro: somar esforços de toda natureza é, muitas vezes, o que viabiliza uma boa gestão cultural. Falo aqui de parcerias efetivas, com uma saudável divisão de responsabilidades, nas quais os setores privados, carreados pelo Estado, podem cumprir também a sua parte. A esfera estadual deve intermediar as relações entre o Município e a Federação, embora de forma não exclusiva, pois esta intermediação reforça o pacto federativo.

A ESFERA FEDERAL

Finalmente, chegamos à instância federal. Embora todos os demais níveis necessitem cumprir um papel político importante de vanguarda no debate sobre a cultura, enquanto direito e cidadania, enquanto qualidade de vida e elemento formador obrigatório de cada indivíduo, a esfera federal deve ser o grande porta-voz destas questões. Trata-se de uma missão pedagógica que tem como objetivo intervir nas demais áreas do aparato governamental. Neste sentido, o ministro Gil, do meu ponto de vista, vem cumprindo esta missão de maneira exemplar. Este é, no entanto, apenas um dos papéis que a administração federal deve desempenhar. Precisamos ter claro que a esfera federal deve ter, como prioridade, questões de abrangência nacional e, entre elas, uma das mais importantes é a correção das desigualdades regionais, tanto no plano geográfico quanto nos planos sociais e culturais. Sendo o nível administrativo mais “distante” do fazer cultural (em termos da quantidade de mediações), seu olhar é naturalmente mais superficial, necessitando da implantação de um sistema – como é o Sistema Nacional de Cultura, agora proposto – para se aproximar daquilo que acontece na ponta. No entanto, isto não significa que ele deva ter a responsabilidade de responder às demandas neste nível micro que é o municipal. O sistema a ser implantado deve funcionar como um importante indicador da diversidade de manifestações e de carências em nível nacional, para que o nível federal, em articulação com a esfera estadual, busque formas de resolver os problemas manifestados.

Também a esfera federal deve ter seus próprios mecanismos de subsídio, seja indireto, por meio de legislações que atendam o setor, ou direto, como é o financiamento a fundo perdido. Da mesma maneira que me referi com relação à esfera estadual, este financiamento, com critérios claros e negociados dentro do Sistema, deve exigir parcerias

efetivas, sob a forma de contrapartidas por parte do Estado (que, por sua vez, exige-as do Município). Deste modo, os recursos se triplicam ao chegar à instância final. Países que adotam este mecanismo, para o financiamento de atividades culturais, não só têm tido bom êxito como têm reforçado o estabelecimento de um sistema mais estável, mais protegido de clientelismos de toda ordem.

Uma política de difusão e parcerias internacionais também são funções maiores da esfera federal. Não me refiro aqui, exclusivamente, ao nosso Ministério das Relações Exteriores, mas, sim, ao Ministério da Cultura. Recentemente, tivemos uma excelente experiência, quando da votação da Convenção da UNESCO para a Diversidade Cultural – aprovada em outubro passado –, na qual o trabalho realizado, em conjunto, pelos dois ministérios repercutiu de maneira impressionante junto aos demais países que se agregam naquele fórum. O Ministério da Cultura, mediante a participação de sua equipe, e o Ministro Gil, pessoalmente, tiveram um papel fundamental neste sucesso.

O apoio da área federal é também uma chancela importante para as políticas e ações nos demais níveis e a articulação propiciada pelas negociações constantes e pelo conhecimento mútuo entre as esferas da administração pública – articulação esta que deve ser constantemente estimulada para o sucesso das políticas nos três níveis.

Assim, uma política democrática consiste em assegurar a existência e o desenvolvimento da diversidade, não só cultural em sua acepção genérica, mas de circuitos efetivos de produção e recepção – o que inclui grupos e instituições – com suas variadas formas de operação. Ou seja, com a participação dos diversos atores organizados segundo as variadas instâncias institucionais básicas. Temos, agora, a proposta do Ministério da Cultura, com relação à implementação de um Sistema Nacional de Cultura, que poderá significar uma efetiva alteração nos modos de se elaborar e manejar as políticas culturais no país. No entanto, para ter vida, esta proposta depende da contribuição e do compromisso de cada um de nós, tanto como representantes de instituições ou movimentos não governamentais quanto como cidadãos.



A ORGANIZAÇÃO FEDERATIVA DO ESTADO BRASILEIRO

Vicente Trevas

Subchefe de Assuntos Federativos da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República

A construção de um novo projeto de desenvolvimento nacional para o país terá que levar em consideração o caráter estratégico da organização federativa do Estado Brasileiro, tanto no que diz respeito ao fortalecimento gerencial e administrativo das três esferas de governo como na criação e fortalecimento institucional de mecanismos e instâncias de articulação e cooperação intergovernamentais. Um país continental como o Brasil, caracterizado tanto pelas grandes desigualdades regionais e sociais, como pela rica diversidade cultural regional, deveria poder contar com uma maior articulação e cooperação entre os entes federados, para a gestão compartilhada de políticas públicas.

O Pacto Federativo compreende a repartição constitucional de atribuições e recursos entre as esferas de governo, assim como o processo dinâmico das relações intergovernamentais, marcado tanto por contenciosos federativos como pela oportunidade de negociação de acordos intergovernamentais. Neste contexto, é necessário reconhecer as tensões inerentes à dinâmica federativa, marcada, por um lado, pela autonomia conferida aos entes federados e, por outro, pela necessária aliança e cooperação que decorrem do pacto federativo constitucional.

O Pacto Federativo de 1988 consolidou de fato a descentralização político-administrativa do país, na medida em que outorgou aos Municípios o *status* de ente federado e levou a um maior compartilhamento das responsabilidades públicas entre as esferas de governo. Além do mais, pelo fato de ter sido intimamente associado ao processo de redemocratização do país, o pacto de 1988 implicou, igualmente, uma nova relação entre o poder público e a sociedade civil, colocando na agenda política nacional os temas da participação cidadã e do controle social, na elaboração e implementação das políticas sociais.

Apesar destes avanços na engenharia institucional da federação brasileira, no sentido da

construção de um federalismo mais cooperativo e democrático, prevalecem ainda lacunas institucionais no que diz respeito aos mecanismos e instâncias de articulação e cooperação intergovernamentais. A gestão compartilhada de competências comuns poderia fortalecer as três esferas de governo na realização de suas atribuições e viabilizar a consolidação do processo de descentralização, garantindo, desta forma, uma maior qualidade na prestação de serviços públicos, para o conjunto da população brasileira.

Coloca-se, desta forma, a necessidade de criar novas instâncias e instrumentos de concertação federativa, que promovam o diálogo intergovernamental e possibilitem a construção de agendas federativas compartilhadas. Neste sentido, a construção de sistemas nacionais de políticas públicas, como o Sistema Nacional da Cultura, e a criação de novos instrumentos de cooperação intergovernamental, como a Lei dos Consórcios Públicos, constituem desenvolvimentos significativos no fortalecimento da Federação brasileira.

VICENTE CARLOS Y PLÁ TREVAS

Professor Universitário, Sociólogo. é formado pela Escola de Sociologia e Política de São Paulo, com mestrado em Ciência Política, no Departamento de Ciência Política da Sorbone, Universidade de Paris e Doutorado em Sociologia Política da Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais, em Paris. Foi Secretário Nacional de Assuntos Institucionais do PT, Membro do Conselho Curador da Fundação Perseu Abramo.







Cultura É Direito e Cidadania



UM CONCEITO DE POLÍTICA PÚBLICA EM CONSTRUÇÃO: GESTÃO CULTURAL COMPARTILHADA E EMANCIPATÓRIA

Célio Turino

Secretário de Programas e Projetos Culturais do Ministério da Cultura

Em junho de 2004, o Ministério da Cultura criou o Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania – Cultura Viva. Partindo do “Onde há vida há inacabamento” (Paulo Freire), o modelo de construção do programa é mais flexível, orgânico, menos preocupado com a estrutura e mais com o fluxo, a permanência e as ações continuadas. A própria definição conceitual e metodológica da ação vai sendo construída no processo, a partir da observação dos fenômenos e da interação com a realidade. Neste caminho, experiências são incorporadas e modificações são feitas, como em um organismo vivo, que vai ganhando musculatura e estrutura óssea, na medida em que se desenvolve.

O caminho comumente trilhado pelos poderes públicos, na elaboração e execução de suas políticas, tem sido o de reforçar uma estrutura fortemente institucionalizada e hierarquizada, pesada na forma de gestão e controle. O alto grau de generalidade, compartimentalização e dirigismo destes procedimentos reduz, ou enquadra, as especificidades dos diferentes sujeitos a um modelo único. Direitos são transformados em dádivas a perpetuarem a relação de poder estabelecida nos diálogos entre Estado e Sociedade.

O programa Cultura Viva se apresenta como uma plataforma de conexão das ações culturais já desenvolvidas por diversos atores sociais e entende cada uma destas ações como um elo: um Ponto de Cultura a ser identificado na grande teia que é o corpo vivo do país. A idéia de rede ganha, aqui, centralidade para potencializar a articulação entre as diferentes formas de organização comunitária e do movimento social e, destas, com o poder público. A base comum para unir a rede: a cultura em suas mais diversas expressões.

E, assim, vamos tecendo uma nova proposta de gestão pública para a cultura: a gestão compartilhada e transformadora. Ao invés de impor, compartilhar, estabelecer pactos, ouvir o outro; ao invés de manter, transformar. “Quando

os todo-poderosos governam com a irrazão e sem limites, só os que possuem nenhum poder são capazes de imaginar uma humanidade que um dia terá poder e, com isto, mudará o próprio significado desta palavra” (Terry Eagleton *in A Ideologia da Estética*).

Por isto, potenciar e reencantar (ou melhor, se reencantar com) são as expressões da nossa cultura. E fazê-lo numa perspectiva de repensar o Estado, a partir dos elementos da nossa cultura, ampliando suas definições e funções, escancarando suas portas para partilhar poder e conhecimento com tradicionais e novos sujeitos sociais. Fundindo a raiz africana com a indígena, o Candomblé com a Jurema Sagrada e as falanges da Mata e estas, com o conhecimento racional, a raiz européia. E, assim, dividindo espaços, sabedorias e possibilidades, vamos tecendo o nosso processo civilizatório.

Quem diz que o povo brasileiro é pouco organizado nunca viu uma escola de samba entrar na avenida. São centenas, milhares de pessoas (no Rio de Janeiro, o Sambódromo acolhe Escolas com mais de 5.000 integrantes) em um tumulto aparente. De repente, ao som de um apito, ao movimento de um único braço, todos se colocam em desfile, formando a maior ópera popular do mundo. Diversas alas, alegorias, passistas, bateria... Tudo em um movimento sincronizado, expressando a tradição e a memória de um povo que toma as ruas.

“O Ponto de Cultura já é!” (Preto Ghoez – *rapper*). Esta constatação, feita por um dos colaboradores iniciais do programa Cultura Viva, referia-se ao processo desencadeado pelo primeiro edital de chamamento público para escolha de projetos para Pontos de Cultura. Para ele, a ação antecedia o Ponto e o fato de uma proposta vir a ser aprovada ou não, era o que menos importava, pois, mais relevante era o processo de discussão que a idéia havia desencadeado, aglutinando energias antes dispersas.



CÉLIO ROBERTO TURINO DE MIRANDA

Mestre em História, com habilitação em Cultura, Política e Cidades. É autor da dissertação “Na Trilha de Macunaíma, Ensaio para uma Política Pública de Lazer”, da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, 2004. Publicou vários livros e artigos. Coordenou o “Viva São Paulo”, um programa de lazer para a Cidade de São Paulo.

Preto Ghoetz foi um dos organizadores do Movimento do *Hip Hop* Organizado do Brasil (MHHOB) e vivia na periferia pobre de São Paulo. Ele procurava fundir o *Rap* com as expressões mais profundas de nosso povo, reencontrando-se com o Bumba-meu-Boi do Maranhão, seu Estado natal. Infelizmente, uma fatalidade fez com que ele nos deixasse mais cedo. Mas a ação que antecedeu o Ponto continua transformando a cultura.

GESTÃO CULTURAL COMPARTILHADA E EMANCIPATÓRIA: PONTO DE CULTURA

A aplicação do conceito da Gestão Compartilhada e Emancipatória para os Pontos de Cultura tem por objetivo estabelecer novos parâmetros de gestão e democracia na relação entre Estado e Sociedade. No lugar de chamar os grupos culturais para dizerem apenas o que querem (ou precisam), estes são chamados a dizer como querem. Tal processo teve início com o edital de 2004, para seleção de Pontos de Cultura, numa situação em que o Ministério diz quanto pode oferecer (até R\$ 185 mil distribuídos em cinco parcelas semestrais) e os proponentes dizem como e em que aplicarão os recursos.

O Ponto de Cultura não é um equipamento cultural do governo, instalado para oferecer serviços culturais ao povo. Pelo contrário, é um espaço, ou expressão cultural da sociedade, que ganha força e reconhecimento institucional, ao estabelecer uma parceria, ou pacto com o Estado. Aqui, há uma distinção de preposição, o Ponto de Cultura não pode ser para, mas sim, do povo. O organizador da cultura, no nível local, um espaço de recepção e irradiação de cultura, um articulador em rede.

A gestão do Ponto de Cultura começa a partir do convênio assinado entre governo e os proponentes (até o momento são 300), definindo responsabilidades e direitos (regularidade no repasse de recursos, acompanhamento e capacitação, acesso público aos bens e serviços adquiridos com os recursos repassados etc.). Como o Ponto continua desenvolvendo suas atividades, independente do convênio, a dinâmica de cada organização precisa ser respeitada. Alguns são ONGs voltadas para ação sócio-educativa, outros são Escolas de Samba, Associações de Moradores, de Quilombolas, Aldeias Indígenas, Grupos de Teatro, Assentamentos Rurais, enfim, cada qual com sua especificidade e forma de organização. Durante o processo, sem dúvida, acontece uma tensão: de um lado o movimento social, apropriando-se de mecanismos de gestão e recursos públicos; de outro, o Estado, com seu aparato burocrático, normas e regras rígidas.

A partir desta interação, pode nascer um Estado de novo tipo, ampliado, que compartilha poder com novos sujeitos sociais, ouve quem nunca foi ouvido, conversa com quem nunca conversou. “Nós, o Povo do Santo, aqui em Pernambuco, estamos com a auto-estima levantada. Com o Ponto de Cultura, foi a primeira vez que, de fato, fomos reconhecidos como cultura e recebemos uma estrutura para trabalhar. Os terreiros de Candomblé sempre foram vistos com intolerância. Quantas vezes fomos saqueados pela polícia que tirava todos os nossos fundamentos. No porão do Palácio do Campo das Princesas (sede do governo do Estado) estão jogados, feito pó, todos os nossos fundamentos, os Ibaís (panelas), os Ilus (instrumentos musicais, atabaques) e os assentamentos (pedras). Agora, quando a polícia aparece, nós dizemos: ‘O que vocês querem? Somos Ponto de Cultura, reconhecidos pelo governo federal’. E a zabumba, que foi dos nossos avós e tem mais de 150 anos, pode tocar a sambada, onde os fundamentos do Santo seguram a Cultura Popular: a ciranda, o samba de coco, o maracatu e todos os encontros de brincantes.” (Beth de Oxum, Ponto de Cultura “Memória e Produção da Cultura Popular – Coco de Umbigada”; Olinda – Pernambuco).

Ao proceder desta forma, o Estado não se enfraquece (como acontece quando da transferência de atribuições para o mercado), pelo contrário, fortalece-se, engrandece-se, ao permitir que a sociedade penetre em seu aparato. Mas não uma sociedade qualquer, até por que, setores da sociedade, de uma forma ou de outra, sempre se fizeram presentes. As Capitânicas Hereditárias foram outorga do Estado Colonial português, a ocupação de terras por latifúndios também foi estimulada, ou o perdão de dívidas (tanto faz se advindas do fracasso agrícola, industrial ou financeiro, desde que fossem grandes, muito grandes, sempre foram amparadas pelo Estado), ou a grilagem, o rentismo, o controle das comunicações... Trata-se aqui, de engrandecer o Estado com aqueles que sempre estiveram de fora.

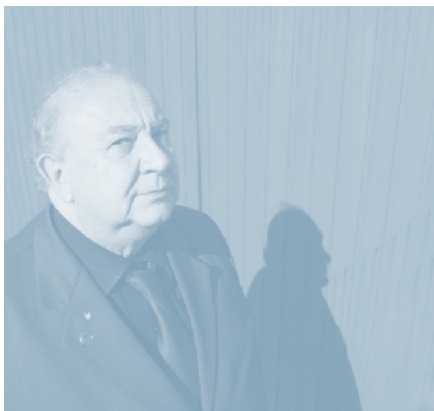
Há o risco de, neste processo, os movimentos sociais irem se institucionalizando, perdendo a espontaneidade artístico-cultural ou, até mesmo, sendo cooptados. Diante desta perspectiva, o elemento emancipatório surge como o único capaz de evitar a cooptação das expressões da sociedade e de suas representações. Neste caso, entende-se por cooptação a contaminação do “mundo da vida” (cultura, sociedade, pessoa) pelo “mundo dos sistemas” (Estado, mercado). Para se contrapor a isto, poderemos encorajar uma ação, que desenvolva e fortaleça as competências do



sujeito, o reencontro da cultura com as pessoas e a religação da sociedade com a cultura. Assim, ampliando a capacidade de interpretação do mundo, restabelecendo ordens legítimas, que regulamentem a relação entre grupos sociais e garantam a solidariedade entre eles, poderemos estar abrindo um novo canal de entendimento (intercompreensão) e afirmação das identidades sociais e pessoais.

O Ponto de Cultura seria (pelo menos este é o desejo) um ponto de apoio a romper com a fragmentação da vida contemporânea. Quem sabe um elo de “Ação Comunicativa”, como na teoria de Jurgen Habermas?





CULTURA COMO A DIMENSÃO SIMBÓLICA DA EXISTÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA

Sérgio Mamberti

Secretário da Identidade e da Diversidade Cultural do Ministério da Cultura

A garantia de uma ação ampla e vigorosa, que seja capaz de valorizar e fortalecer nossa imensa e rica diversidade cultural, com traço característico da condição humana e herança indispensável à plena realização dos indivíduos em sociedade, tem sido preocupação prioritária do Ministério da Cultura, assumindo o compromisso estabelecido no Programa de Cultura do Governo Lula “A Imaginação a Serviço do Brasil”, de cidadania cultural plena a todos os brasileiros.

Ao longo destes três primeiros anos de gestão, temos procurado construir políticas públicas, como afirma o Ministro Gilberto Gil em seus discursos programáticos, “a partir de uma visão de cultura que leve em conta, radicalmente, tanto a unidade quanto a multiplicidade cultural brasileira, em suas regiões geográficas e camadas sociais. Cultura, como a dimensão simbólica da existência social brasileira, como o conjunto dinâmico de todos os atos criativos do nosso povo, cultura, como eixo construtor de nossa identidade, como espaço de realização da cidadania. Cultura como síntese do Brasil. E isto numa dimensão que vai da tradição à invenção, do cultivo à memória, à aposta no novo, o que tem sido um traço central da cultura brasileira”.

E o MinC, hoje, já começa a colher frutos do árduo trabalho de institucionalização deste Ministério, para cumprir seu papel estratégico de construção de um novo projeto de nação, atuando em todo o território nacional, no campo e na periferia das grandes cidades, para recompor nosso patrimônio material e imaterial, e para incrementar a capacidade de inclusão social da cultura, como setor dinâmico da economia brasileira.

Pensamos e estamos construindo o Ministério da Cultura no contexto em que o Estado começa a retomar o seu papel e o seu lugar na sociedade brasileira, de órgão formulador e executor de uma política cultural para o país, deflagrando nacionalmente, como vimos fazendo, um inédito processo participativo capaz de subsidiar

e legitimar republicaneamente todas estas conquistas. Temos atuado também, com o mesmo vigor, para a obtenção de recursos financeiros indispensáveis à aplicação destas políticas, com avanços consideráveis nas áreas de fomento e crédito às atividades de produção de bens e serviços culturais, instrumentos essenciais para o verdadeiro desenvolvimento cultural.

Como resultados concretos, já podemos constatar inúmeras ações que estão em curso, na construção de políticas públicas, para imensos contingentes da nossa sociedade, jamais contemplados, como os Pontos de Cultura do programa Cultura Viva, com ampla ressonância no plano nacional e até internacional.

Temos atuado, também, em ações delineadas para segmentos específicos – não menos expressivos –, a exemplo das políticas afirmativas que vêm sendo implementadas pela Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural, criada no âmbito da reforma estrutural, realizada logo no início da nova gestão, em 2003, justamente com o propósito de suprir lacunas históricas que nos permitissem vencer o desafio das tarefas compreendidas por esta visão de cultura, como dimensão simbólica da existência social brasileira.

Organizamos, primeiramente, um seminário, em busca de um aprofundamento sobre a questão conceitual da Identidade e da Diversidade Cultural Brasileira, realizado em 2004, no Rio de Janeiro, em parceria com a Secretaria de Políticas Culturais e a Fundação Casa de Rui Barbosa, ambas parte do que denominamos hoje “Sistema MinC”, que culminou com a publicação de um livro, com as reflexões suscitadas pelo tema, lançado recentemente.

Desenvolvemos, também, ações direcionadas à diversidade étnica, compreendendo a cultura dos povos indígenas e, mais recentemente, dos povos ciganos, criando grupos de trabalho para cada um destes segmentos, com presença de



lideranças representativas, que possibilitem um real compartilhamento, na construção de políticas públicas, para a proteção, a memória, a formação, o fortalecimento e a valorização de todas as suas atividades e manifestações.

A diversidade sexual, bem como a implantação de redes temáticas, abrangendo várias linguagens artísticas, também mereceram a mesma atenção, com a constituição de mecanismos de apoio, que resultaram em editais de financiamento para cada área. Os remanescentes quilombolas também terão a mesma atenção, contando com a colaboração da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e da Fundação Palmares.

Outra ação, que consideramos importante ressaltar, é nossa recente participação, com intervenção decisiva, na Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, em sua 33ª reunião, celebrada em Paris, de 3 a 21 de outubro de 2005, para a homologação do texto final da Convenção da UNESCO sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, reconhecendo que a diversidade cultural constitui grande riqueza para os indivíduos e as sociedades. A proteção, promoção e manutenção da diversidade cultural é condição essencial para o desenvolvimento sustentável, em benefício das gerações atuais e futuras.



Economia da Cultura



FINANCIAR CULTURA NUM MUNDO COMPLEXO E GLOBALIZADO OU O PAPEL DO ESTADO NA INDUÇÃO ECONÔMICA DA CULTURA

Antonio Grassi

Fundação Nacional de Arte (FUNARTE)

Primeiramente¹, parece lógico afirmar que há uma economia em cada uma das áreas – música, teatro, dança, circo e artes visuais – nas quais quero me concentrar por serem áreas para as quais o Ministério da Cultura e a FUNARTE criaram as Câmaras Setoriais. Há uma economia da música ou do teatro, por exemplo, que começa com o envolvimento de diversos profissionais, não apenas artistas ou criadores, mas de profissões que foram se diversificando cada vez mais com os avanços tecnológicos e as mudanças naturais do modo de produção.

Para a produção plena de um espetáculo teatral, por exemplo, envolvem-se profissionais desde a elaboração do roteiro, seguindo pelos atores, pela iluminação cênica e, ainda, os funcionários e empresários das salas de espetáculos, a divulgação externa, os divulgadores que vivem da profissão de promover os espetáculos etc.

Obviamente, existe uma economia destas áreas e é importante salientar que existem diferenças na cadeia produtiva de cada setor, embora todos estejam no elenco das atividades criativas. O problema que vejo começa justamente aí. Se há diferenças, estas precisam estar bem ponderadas, bem explicitadas, para que o Estado – que somos nós, no âmbito federal, o Ministério da Cultura – possa ter uma estratégia clara de atuação em favor do desenvolvimento destes setores.

Não há nenhuma possibilidade, no mundo atual – com a globalização e a complexidade dos meios e canais hoje existentes, com a sofisticação das atividades mercadológicas que tem a ver com a questão econômica destes setores – de atuarmos no escuro, sem visualizar o caminho que estamos percorrendo, para desviar das pedras e dos buracos e encontrar o rumo certo.

A sofisticação das atividades produtivas, dos mercados e negócios no mundo exige, mesmo das mais tradicionais atividades artísticas, como é o caso do circo, por exemplo, uma movimentação

organizada, que articule todas as pontas da cadeia produtiva do setor para que, na forma de um trapézio, um vá erguendo e ajudando a sustentar o outro. E isto inclui o Estado que não pode desperdiçar recursos tão raros e preciosos, com erros de estratégia.

O investimento público hoje, em todas as áreas, deve ser muito bem medido e se direcionar não apenas para o fomento de uma ou outra área ou segmento, mas para o incremento das atividades, a geração de empregos e renda, a inclusão do enorme universo de excluídos que temos no Brasil. Nosso país, embora possua um dos maiores PIBs do mundo é, ao mesmo tempo, um dos mais desiguais.

Além disto, o investimento público em cultura, como já foi dito, é escasso, está muito aquém do merecido e mesmo do potencial efetivo que os segmentos artísticos mencionados possuem de colaboração no desenvolvimento brasileiro. Aqui, falando em desenvolvimento no sentido amplo da palavra, este que movimenta a economia nacional. Se o recurso é escasso, uma das necessidades óbvias é usá-lo corretamente, é aplicar esta dose de apoio que o Governo pode injetar de vez em quando, mesmo que homeopaticamente, no lugar certo e do modo correto.

Para as áreas artísticas, isto também vale, assim como deve valer para outras áreas de atuação do Estado. Vale, por exemplo, para definir – e foi o que fizemos na FUNARTE – onde investir no teatro. Para isto, o método também é importante. Não se trata apenas do que acham os supostamente entendidos do assunto. Esse modelo era o da tecnocracia. Também não se trata apenas do que pensam os dirigentes políticos empossados nos cargos públicos, como nós, mas, sim, do que define o diálogo, o debate entre todos os envolvidos. Este é o nosso método, que se definiu na criação das Câmaras Setoriais, como instâncias de debate e diálogo acerca das estratégias que devem ser buscadas,



ANTONIO GRASSI

Antonio Grassi é professor de interpretação, diretor e ator com participações importantes no cinema, teatro e televisão. Presidente da Fundação Nacional de Arte (FUNARTE), de 2003 a 2006, e Conselheiro do Fórum Cultural Mundial. Foi vice-presidente do Fórum Nacional dos Secretários Estaduais de Cultura; presidente da Fundação Teatro Municipal, do Rio de Janeiro; Secretário de Cultura do Estado do Rio de Janeiro e um dos fundadores da Casa da Gávea.

¹ Gostaria de saudar esta oportunidade que a Conferência está me proporcionando de estar ao lado do Secretário de Fomento do MinC, meu colega Sérgio Xavier, com quem tenho debatido muito sobre o tema, principalmente no que se refere às áreas de atuação da FUNARTE, que são a música, o teatro, a dança, o circo e as artes visuais



para o desenvolvimento do setor e para a superação dos entraves.

Já há muitos outros setores da economia que recorreram ao instrumento das Câmaras Setoriais, como órgão capaz de reunir os diferentes agentes da cadeia produtiva de determinada área e colocá-los frente a frente, inclusive o Estado, a esfera pública.

No caso do teatro, inicialmente, nós compreendíamos que o fomento não cabia à FUNARTE. Que cabia, sim, à Secretaria de Fomento, à Lei Federal de Incentivo à Cultura, aos Estados e Municípios, e que à FUNARTE cabia a circulação, o incentivo à circulação nacional dos espetáculos teatrais. Mas o debate e a discussão dos principais problemas do setor, no momento, levaram-nos à conclusão de que a União precisava entrar com urgência e de forma direta no fomento.

Daí surgiram os prêmios Myriam Muniz, para o teatro, e Klauss Vianna, para a dança, setor que, aliás, tinha o mesmo problema. Neste momento, estamos já prestes a anunciar recursos que serão investidos pela FUNARTE, juntamente com a Petrobrás, e que vão beneficiar, pela primeira vez, todas as regiões do país, num formato inédito, cuja definição passou justamente por esta metodologia democrática, pelas Câmaras Setoriais e por este olhar econômico do setor, sem subordiná-lo às intenções do mercado, mas, levando em conta, principalmente, o papel que o Estado tem e deve exercer na indução econômica da cultura.



ECONOMIA DA CULTURA – UMA VISÃO INSTITUCIONAL A PARTIR DA IMPLANTAÇÃO DAS DIRETRIZES DE CULTURA DO SESI

Claudia Martins Ramalho

Gerente de Cultura do Departamento Nacional do Serviço Social da Indústria (SESI)

Expressão, compreensão e sentidos compartilhados são algumas das diferentes formas de entender a cultura, que é uma das bases da formação de comportamentos de sujeitos sensíveis e de ações significativas. Ao se falar de cultura, está se fazendo, na verdade, uma referência ao processo de construção da realidade.

A cultura se transforma em fator de desenvolvimento econômico sustentável, gerador de ocupações e oportunidades, proporcionando experiências educativas significativas e relevantes. Estas experiências repercutem, positivamente, nos vários setores sociais, favorecendo a qualidade de vida dos trabalhadores, das suas famílias e das comunidades.

Por estes motivos, a definição das diretrizes de cultura do SESI exige a nossa reflexão e o nosso posicionamento diante da cultura, como direito constitucional de todos.

“Não basta o cidadão ter acesso à cultura; é preciso promover processos de participação para que o cidadão seja agente da sua cultura. Integrar pessoas, entidades e grupos para a formulação de políticas e estratégias culturais. Combater a burocracia e constituir instâncias para promover uma gestão compartilhada nos equipamentos e espaços existentes. O controle social é garantia de transparência e de sintonia comunitária¹.”

É necessário estimular a construção da cidadania cultural: o protagonismo dos cidadãos e cidadãs nas suas experiências culturais, realizadas nos tempos e nos espaços disponíveis para o lazer, favorecedoras da formação de valores para ações conscientes, solidárias e autônomas. É necessário, ainda, proporcionar a experimentação, desenvolver talentos, fortalecer a criatividade de pessoas e grupos.

Pensar “culturas” significa refletir sobre modos de transmissão do conhecimento, como também de hierarquias, valores, crenças,

comportamentos. O que nos leva a refletir sobre uma ética da cultura, campo de criação, difusão e consumo de experiências e saberes voltados à investigação de novos significados. As repercussões e o reconhecimento da importância da cultura, não só como meio de promover a sociabilidade e a solidariedade entre sujeitos de todas as idades, sexos, etnias, habilidades e tradições, são conseqüências naturais. Mas, também, é igualmente relevante reconhecer a importância da cultura como fim, ou seja, processo de construção de identidades individuais e coletivas, memórias, experiências diversificadas, que traduzem diferentes modos de o sujeito se relacionar consigo mesmo, com os outros, com a natureza e com o contexto sócio-político e histórico.

A definição de cultura, mesmo a mais ampla, carrega em si vários limites. Toda instituição que milita na área tem, por isto, que contar com o apoio de vários campos de conhecimento. No caso da política cultural, além do conhecimento das dimensões social e individual do público, é importante estender a preocupação para as questões da qualidade de vida, da educação formal e da vida comunitária. Só um bom conhecimento de todas estas dimensões, tomadas em conjunto, em um trabalho coletivo de definição de projetos, envolvendo as comunidades na sua realização, pode permitir uma política cultural estimulante.

Em nossa sociedade — globalizada, informacional, em rede —, convivemos com aceleradas transformações em todos os setores da organização social e econômica, provocadoras de mudanças no trabalho, nas relações cotidianas e nos hábitos de lazer. Ao mesmo tempo, convivemos com desigualdades — econômicas, educacionais e outras — geradoras de vários problemas e demandas, constituindo um obstáculo ao acesso, por parte de um grande número de pessoas, aos benefícios e práticas culturais disponíveis em nosso meio.



CLAUDIA MARTINS RAMALHO

Especialista em Lazer e Estratégias de Comunicação, Mobilização e Marketing Social. Responsável pela estruturação, em âmbito nacional, da gerência de cultura do SESI, pela coordenação do trabalho de elaboração das Diretrizes Nacionais de Cultura do SESI, coordenação do Prêmio Confederação Nacional da Indústria – Serviço Social da Indústria (CNI SESI) Marcantonio Vilaça de Artes Plásticas e de estruturação do Projeto Educativo em implementação junto a professores de Ensino Básico.

1. Cascão, Rodolfo. Conceito de cultura; 300 definições, 2 equívocos e alguns desafios. Caderno de Cultura. SESI, 2004 (em fase de elaboração).

A ação cultural deve, em todo momento, considerar três aspectos: o provimento do acesso aos mecanismos de produção; a criação cultural em si mesma; e a distribuição dos bens produzidos. Pautar a atuação da entidade por tais norteadores significa inseri-la na comunidade, transformando-a em um catalisador das ações, que passam a se processar naturalmente. Assim, tanto a apropriação e a manutenção quanto a transformação permanente se processarão de forma natural e o agente catalisador, antes de exercer a tutela, estará incentivando a autonomia.

Por isto, em linhas gerais, a construção das Diretrizes de Cultura do SESI visa:

Promover a aproximação, a integração e a articulação em rede das ações desenvolvidas pelos Departamentos Nacional e Regionais, na construção e melhoria contínua dos Programas de Cultura do SESI.

Definir as concepções dos Programas, seus fundamentos, objetivos principais e princípios metodológicos, operacionais e de avaliação, estabelecendo um referencial de qualidade reconhecido em âmbito nacional, sem, contudo, promover o “engessamento” das ações desenvolvidas pelos diferentes DRs.

Destacar a importância dos Programas como ação socioeducativa para o lazer e, pela prática lúdica, vivência relevante para a formação de valores, comportamentos e hábitos que repercutam na melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores, das suas famílias e comunidades.

Ressaltar a importância e a aceitação dos Programas por empresas, trabalhadores, famílias e comunidades, uma vez que atendem a seus interesses, expectativas e necessidades.

Ressaltar a importância dos Programas, no que diz respeito à geração de oportunidades de agregação de novos valores e ações, nos campos do Lazer, da Educação e da Saúde.

Criar uma plataforma para ação coletiva que promova uma cultura:

- de parcerias, incluindo trabalho permanente na construção de capital coletivo, com uma apropriação mais ampla dos resultados;
- de planejamento, com fomento de estratégias de longo prazo para o desenvolvimento cultural, econômico e social;

- de otimização, com aplicação de recursos compartilhados, visando obter mais resultados, com menor investimento financeiro;

- de estética, investindo na qualidade artística, na pesquisa de linguagens, na contemporaneidade e nas tradições, evidenciando e promovendo a diversidade cultural.

Criar uma rede de informação eficaz sobre temas relacionados ao desenvolvimento cultural e econômico.

Gerar novos mecanismos de apoio a empreendimentos culturais.

Desenvolver e promover acesso aos mercados culturais.

Dar apoio a iniciativas culturais regionais, promovendo o intercâmbio.

Servir como anfiteatro para ações e debates culturais.

Ressaltar a responsabilidade de todos, no desenvolvimento e na execução de ações alinhadas com as referências básicas dos Programas, que são as mesmas para todo o País, garantindo a identidade de cada um deles.

Produzir trabalhos de formação de platéias.

Promover encontros onde possa ser debatida a importância da cultura na promoção da auto-estima, da socialização, da expressão, da comunicação e da profissionalização.

Fomentar e apoiar programas que incentivem a participação de artistas e estimulem a descoberta de aptidões.

Ressaltar o valor dos Programas de abrangência nacional como produtos diferenciados por:

- agregarem a marca SESI;
- representarem um meio de promoção da responsabilidade social e da qualidade de vida;
- superarem conceitos de cultura somente como “atividade” e arte;
- atenderem a novas demandas dos sujeitos e da sociedade;
- fomentarem experiências integradas de Lazer, Educação e Saúde;

- promoverem ações socioeducativas conscientizadoras para a qualidade de vida e para a promoção das empresas no cumprimento da sua responsabilidade social;
- desenvolverem uma política cultural que não fique restrita à gestão da mercadoria cultural e/ou ao estímulo da produção e circulação de produtos culturais, mas que inclua novos paradigmas, tais como:
 - cultura como direito social básico;
 - política cultural como questão de necessidade social básica;
 - cultura inserida na discussão do perfil do desenvolvimento econômico;
 - cultura como política institucional;
 - direito à memória;
 - visão da cultura como possibilidade de desenvolvimento econômico, natural, físico, social e humano².

Além do comprometimento do SESI e a relação da Cultura com o campo do Lazer, cabe destacar que as principais demandas para a consolidação do Programa Corporativo SESI Cultura são frutos das demandas dos Departamentos Regionais, que apontam, com assertividade, as necessidades de qualificação do profissional da Cultura, de fortalecimento da atuação da Cultura no SESI, de visibilidade das ações e de adoção de modelo de gestão compatível com o fazer cultura. Neste sentido, o Programa tem forte legitimidade nos Estados, apontando, de forma promissora, para sua sustentabilidade.

2. Classificação do Banco Mundial (2002) sobre formas básicas de capital determinantes no desenvolvimento da Nação.



CONSTRUINDO UM SISTEMA NACIONAL DE FOMENTO À CULTURA

Sérgio Xavier

Secretário de Fomento e Incentivo à Cultura do Ministério da Cultura – 2003/2005

Cultura gera “produtos” para cidadãos e não apenas para consumidores, com poder aquisitivo. Portanto, Economia da Cultura, Financiamento e Produção Cultural não podem ser tratados sob os mesmos parâmetros que regem o comércio ou uma indústria qualquer.

Considerando as especificidades da indústria cultural e suas dimensões não mercantilistas, é fundamental consolidar políticas públicas, visando estruturar canais democráticos de financiamento, para todas as formas e tipos de expressão cultural, no sentido de apoiar a produção e promover o acesso e a preservação dos bens produzidos.

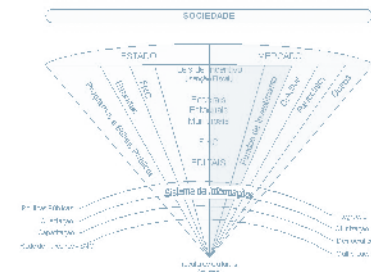
O financiamento deve ser determinado pelas políticas públicas e não o inverso. Ou seja, as políticas públicas não devem se acomodar aos mecanismos ou aos limites orçamentários atualmente disponíveis.

Estamos trabalhando na construção de um sistema abrangente, flexível e totalmente sintonizado com as políticas culturais que estão sendo elaboradas coletivamente em todo o Brasil, agora fortalecidas e institucionalizadas no Plano Nacional de Cultura.

Defendemos um sistema integrado, contemporâneo, ajustável e gerenciável em tempo real, que reúna, interligue e otimize os mecanismos e suportes das diversas esferas públicas (governos municipais, estaduais e federal) e também considere e dinamize os instrumentos disponíveis na dimensão do mercado.

Finalmente, a produção cultural abrange um imenso leque, altamente diversificado, que contempla, de forma complementar, a dimensão pública, não comercial, e a dimensão mercadológica, compondo cadeias produtivas, gerando rendas e fortalecendo a economia. Exige, portanto, mecanismos adequados a cada uma destas dimensões. Evitando que recursos públicos sejam

aplicados em iniciativas que o próprio mercado poderia financiar, ou, por outro lado, evitando esperar que o mercado financie ações ou substitua responsabilidades típicas do Estado.



Na figura, sintetizamos a visão de que os mecanismos de financiamento do Estado e do Mercado devem ser complementares, estruturados e divulgados de forma integrada, para facilitar o acesso aos recursos. As leis de incentivo se situam na fronteira das duas dimensões: devem unir recursos públicos e privados no financiamento de projetos culturais. Permeando este leque, devem ser desenvolvidos sistemas de informação que facilitem a gestão, a integração das diversas esferas e, sobretudo, a orientação aos usuários, produtores e artistas. A sociedade deve ser o alvo final de todo o sistema.

O vastíssimo espectro da realidade brasileira varia da ausência total do Estado e do mercado à presença avassaladora do mercado, em alguns casos, com mais força que o próprio Estado. É essencial, portanto, ter políticas que busquem o ponto de equilíbrio, que definam o quanto de Estado e de mercado são necessários em cada lugar, em cada segmento, em cada situação. Já que a cultura se expressa independentemente do grau de desenvolvimento econômico ou de organização institucional.

Não há uma receita para definir automaticamente as doses certas de Estado e Mercado. Nem se trata de uma questão ideológica, já que não nos parece viável, hoje, pensar o Mercado e o Estado de forma separada, excludente ou antagonista.

SÉRGIO XAVIER

É jornalista, com atuação na área de comunicação digital. Foi Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente, integrou o Conselho de Administração do Canal Futura. Criou e dirigiu projetos culturais inovadores e fundou empresas especializadas em jornalismo online, com produtos lançados no Brasil e em Portugal. Foi Secretário de Fomento e Incentivo do Ministério da Cultura, na gestão Gilberto Gil, até janeiro de 2006. Atualmente, é Diretor da empresa Interjornal — www.interjornal.com.br.

Trata-se de um processo a ser construído em fóruns participativos, com base em critérios e conceitos democráticos, representativos e objetivos. O Plano Nacional de Cultura e o Sistema Nacional de Cultura (SNC) já se apresentam como alicerces concretos desta construção.

Aqui está um grande desafio. Criar políticas públicas de financiamento, adequadas à diversidade e que possam atenuar as disparidades da sociedade brasileira. Que atendam simultaneamente a metrópoles e às mais remotas comunidades. Precisamos de legislação e instrumentos flexíveis de gestão que possibilitem ajustar as doses certas de recursos privados e de recursos públicos para cada caso específico. Isto vale para as leis de incentivo e para outros instrumentos. Por isto, sempre defendemos as grades ajustáveis dos percentuais de isenção no Imposto de Renda dos investidores na Lei Rouanet (variando de 30% a 100%, conforme o caso) e os editais setoriais e regionalizados, para possibilitar aplicações equalizadas e democráticas dos recursos.

Para se concretizar este Sistema Integrado de Fomento à Cultura, de abrangência nacional, destaco alguns aspectos e ações essenciais, que estão sendo implementados na gestão do ministro Gilberto Gil.

- **Promover a Diversidade de Fontes de Financiamento** – Mapear, aprimorar, integrar, todos os possíveis mecanismos de financiamento, sejam do campo do Estado ou do Mercado. Uma grande diversidade de fontes possibilita encontrar a mais adequada a cada caso, a cada situação.
- **Criar o Mapa Nacional do Financiamento à Cultura** – Organizar e difundir a descrição de todas as fontes possíveis de financiamento à cultura e perfis dos projetos que podem ser financiados por cada uma destas fontes, bem como o passo-a-passo para se candidatar aos recursos.
- **Sistematizar Gestão e Informação** – Desenvolver sistema, reunindo e estruturando informações sobre todos os mecanismos de financiamento, com suportes para uso e gestão compartilhada. Um primeiro passo, já iniciado no MinC, é a criação do Cadastro Geral de proponentes de projetos culturais, que poderá interligar sistemas dos Municípios, Estados e do Governo Federal.
- **Multiplicar Capacitação e Orientação** – Criar programa de capacitação de empreendedores

culturais e rede de parceiros para orientar sobre o uso dos inúmeros mecanismos de financiamento disponíveis.

- **Motivar o investimento privado** – Criar selos e prêmios para empresas que mais investem em projetos culturais. Integrar premiações municipais, estaduais e federais;
- **Integrar Sistema de Fomento ao SNC**
 - a. Compartilhamento de sistemas de informação e cadastros.
 - b. Mapeamento das carências e prioridades de investimentos. Conselhos do SNC como referências para definir Editais regionalizados, previstos no novo Decreto da Lei Rouanet.
 - c. Ampliar e planejar aplicação integrada dos orçamentos – municipais, estaduais, federais.
 - d. Acompanhamento de projetos em execução.
 - e. Apuração de resultados e consolidação de indicadores (“PIB” da cultura), para avaliação e aprimoramento permanente de cada mecanismo e do sistema, como um todo.
 - f. Estruturação das cadeias produtivas das artes e da cultura, em sintonia com as Câmaras Setoriais.
 - g. Capacitar “Agentes de Fomento” – Ter pelo menos um técnico qualificado em cada Município, para orientação local de produtores e dos próprios órgãos públicos.
 - h. Integrar e potencializar programas – Reunir informações sobre todos os programas de apoio à cultura. Mapear ações setoriais, programas similares e planejar ações conjuntas. Exemplo: Pontos de Cultura sustentáveis com parcerias múltiplas.
 - i. Integrar e otimizar, no âmbito do SNC, o Plano Anual do Fundo Nacional da Cultura (FNC).

A Secretaria de Fomento vem trabalhando para consolidar este modelo (ilustrado na figura), que poderia ser a base para a criação de uma espécie de Banco Virtual de Financiamento à Cultura – uma Agência de Fomento, que difunda informações e conhecimentos sobre todas as fontes de investimentos culturais do Brasil e do Mundo, ligando quem precisa com quem tem e deve aplicar os recursos.



Patrimônio Cultural



POLÍTICA DE MUSEUS, DE PATRIMÔNIO E DE MEMÓRIA

José do Nascimento Júnior

Antropólogo e Diretor do Departamento de Museus e Centros Culturais do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)

Mário de Souza Chagas

Museólogo, Professor de Museologia da Unirio e Coordenador Técnico do Departamento de Museus e Centros Culturais do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DEMU/IPHAN)

Assim como no século XIX a política de produção de conhecimento científico passava pelos museus, também o centro de gravidade da política de patrimônio e de memória no Brasil, no século XX e no início do século XXI, passou e passa pelo território dos museus.

A diversidade e complexidade das práticas culturais, aliadas ao dinamismo e à criatividade das instituições museais, em plena fase de expansão, fazem, dos museus brasileiros, dispositivos especialmente orientados para o trabalho com a memória, o patrimônio, a arte, a ciência e a educação e, também, qualifica-os como organizações de notável importância para o fomento de emprego e renda, principalmente por sua forte relação com o turismo e com o lazer e por sua capacidade de dialogar com diferentes gerações, grupos socioculturais, tempos e espaços.

Registre-se, no entanto, que, mesmo com este inegável e reconhecido potencial, a maioria dos museus brasileiros desenvolvia ações fragmentadas e desarticuladas. Esta falta de comunicação e articulação, além de favorecer o desperdício de possibilidades culturais, tendia à produção de insuficiências e ao não-desenvolvimento do campo museal brasileiro.

Neste sentido, a criação de um Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), que agregue os museus nacionais e regionais do atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e operacionalize uma política cultural de estímulo e articulação dos museus em todo o país, além de atender a um antigo anseio da comunidade museológica brasileira, será um passo decisivo para a valorização de saberes específicos e para melhor organização, gestão e desenvolvimento dos museus e dos processos museológicos.

A criação do Instituto Brasileiro de Museus, um dos pontos do Programa de Governo para a área da cultura, coroará as expressões democráticas que conformaram a Política Nacional de Museus,

lançada pelo Ministério da Cultura, em maio de 2003 e consolidará o Sistema Brasileiro de Museus, criado por meio do Decreto nº 5.264.

Além destes aspectos, é importante registrar que a criação do referido Instituto constituirá um marco para a área museológica.

Em sintonia com as forças sociais de redemocratização do país, o campo museal vem passando por um amplo processo de amadurecimento e crescimento. Atualmente, existem no Brasil, em média, 2.000 museus, que recebem 17,5 milhões de visitantes por ano e geram 10 mil empregos diretos. O aumento quantitativo e a ampliação da diversidade tipológica dos museus corroboram o papel central que estas instituições e práticas conquistaram no panorama cultural do mundo contemporâneo.

Hoje, a noção de museu abarca processos e práticas sociomuseológicos, com orientações políticas, culturais e científicas bastante diferenciadas. Dentre os elementos que singularizam o universo museal, destacam-se: a) o trabalho permanente com o patrimônio cultural, incluindo, nesta designação, o patrimônio natural, o digital, o tangível e o intangível; b) a presença de acervos e exposições, colocados a serviço da sociedade, com o objetivo de propiciar a ampliação do campo de possibilidades de construção identitária, a percepção crítica da realidade, a produção de conhecimentos e oportunidades de lazer; c) o desenvolvimento de programas, projetos e ações que utilizam o patrimônio cultural como recurso educacional e turístico; e, finalmente, d) a vocação para a comunicação, a investigação e a preservação de manifestações e bens culturais e naturais.

O século XX, muito mais do que o XIX, foi, para o Brasil, o século dos museus. Para corroborar esta afirmação, basta lembrar que, no final do século XIX, o número de museus no Brasil não



JOSÉ DO NASCIMENTO JÚNIOR

Formado em Ciências Sociais, com mestrado em Antropologia, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). É diretor de Museus e Centros Culturais do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Ocupou os cargos de Coordenador de Museus e Artes Plásticas do Ministério da Cultura; coordenador do Sistema Estadual de Museus do Rio Grande do Sul; diretor do Memorial e do Museu de Antropologia do Rio Grande do Sul; Membro do Conselho Curador da TV Educativa do Rio Grande do Sul, Coordenador do Curso de Especialização em Instituições Museológicas e diretor do Setor de Eventos do Anhembi/SP.

MARIO DE SOUZA CHAGAS

Poeta e museólogo, Mestre em Memória Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO e Doutor em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ. Dirigiu o Museu Joaquim Nabuco e o Museu do Homem do Nordeste, ambos ligados à Fundação Joaquim Nabuco - FUNDAJ. Foi chefe do Departamento de Dinâmica Cultural do Museu Histórico Nacional, coordenador Técnico do Museu da República. Atualmente é consultor do Museu das Missões (RS) e do Museu da Maré (RJ), coordenador técnico do Departamento de Museus e Centros Culturais do IPHAN, professor adjunto da Escola e do Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio da UNIRIO e professor visitante da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Lisboa.

chegava à casa das duas dezenas e que, no final do século XX, este número se aproximaria da casa dos dois milhares.

O país vive um momento de particular importância em termos políticos, econômicos, sociais e culturais. Está em curso um projeto de nação que articula agora, neste tempo em que vivemos e nos movemos, o passado e o futuro; um projeto de nação que não foge ao compromisso de produzir e dar sentido a políticas públicas inclusivas. Este é um notável diferencial. Pela primeira vez, temos a oportunidade de pactuar uma política de cultura com os mais diversos atores, envolvendo os setores governamentais e a sociedade civil, produzindo um modelo republicano de gestão cultural que, a rigor, rompe com envelhecidas oligarquias culturais. É neste quadro que deve ser compreendido o lançamento, pelo Ministério da Cultura, no outono de 2003, da Política Nacional de Museus, produzida e respaldada num movimento de consulta e participação de alcance invulgar.

Como um desdobramento deste movimento de caráter nacional e visando a institucionalização da Política Nacional de Museus, foi criado, ainda em 2003, no âmbito do IPHAN, o Departamento de Museus e Centros Culturais, atendendo, assim, a uma antiga expectativa do setor museológico.

A Política Nacional de Museus e o seu atual braço institucional constituem instrumentos para a preservação, valorização e fruição do patrimônio cultural e, também, para a efetiva ampliação das possibilidades de inclusão dos museus entre os direitos de cidadania.

CULTURA COMO SETOR RELEVANTE E ESTRATÉGICO

Jurema de Souza Machado

Coordenadora de Cultura da UNESCO



Dois aspectos marcam a singularidade deste momento, no processo de construção de políticas públicas para a Cultura no Brasil.

Um deles encontra expressão na composição desta mesa. A articulação e interlocução ativa entre o executivo, o parlamento, os organismos internacionais, as entidades empresariais, os grupos étnicos e demais segmentos da complexa cadeia que compõem o setor, vêm responder a uma demanda histórica da sociedade brasileira.

O outro aspecto se fundamenta no tratamento da Cultura como setor relevante e estratégico, organicamente integrado a um amplo sistema de políticas sociais e de desenvolvimento. Fala-se, desta forma, em políticas sistêmicas, estruturantes e transversais, voltadas à potencialização do caráter transformador imanente ao universo cultural, da dimensão simbólica à econômica.

Importante enfatizar é que esta abordagem, além de agregar valor conceitual e credibilidade ao discurso oficial, não tem se restringido ao mero exercício retórico. De fato, a despeito de entraves institucionais e materiais, podemos constatar que assistimos a sua efetiva implementação.

A proposição e utilização de instrumentos para consulta, a ampliação do acesso à informação, a tessitura de uma grande capilaridade por meio de parcerias estratégicas, a institucionalização de fóruns e instâncias que deverão proporcionar sustentação e legitimidade à formulação do Plano Nacional de Cultura, como a própria realização desta Conferência, podem ser consideradas ferramentas estratégicas na consolidação desta política cultural inclusiva e abrangente.

Por tudo isto e ainda pelo fato de temas caros à UNESCO – como o estímulo à Diversidade Cultural, a preservação do Patrimônio Cultural de natureza material e imaterial, a noção de Cultura como direito, entre outros –, firmaram-se como conteúdos norteadores das reflexões e

proposições nesta Conferência, percebemos a importância em integrar a rede de parcerias que torna possível sua realização.



O MINISTÉRIO DA CULTURA E O PATRIMÔNIO HISTÓRICO NACIONAL

Érica Diogo

Programa Monumenta Ministério da Cultura

O principal programa do Ministério da Cultura, no âmbito do patrimônio, é o Programa Monumenta, um programa de preservação que atua diretamente em 26 cidades e de forma parcial em outras 54 cidades, todas protegidas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). O Monumenta conta com o financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e com o apoio da UNESCO.

Tentaremos mostrar como a experiência do Programa Monumenta pode contribuir para a discussão e a construção de uma política pública nacional para a Cultura. Neste sentido, apontamos como um dos principais desafios do Programa a atuação do governo federal nos Municípios e avaliamos três aspectos do Programa:

- a. Estrutura local, para a gestão compartilhada do patrimônio cultural;
- b. Concepção do programa x execução do Programa;
- c. Fundo Municipal de Preservação.

A. ESTRUTURA LOCAL

A criação de uma estrutura local, para a gestão compartilhada do patrimônio histórico, gera um instrumento para a Prefeitura trabalhar a questão do patrimônio cultural. Este núcleo local se capacita ao longo do processo e acaba se envolvendo com outros assuntos ligados ao tema, assumindo este papel na cidade, além de promover a articulação com outros agentes locais para viabilizar os projetos. É esta estrutura local que permite e possibilita a atuação do governo federal nas cidades.

Os principais problemas desta estrutura são a falta de capacitação da equipe, a precariedade da estrutura diante da própria complexidade do

Programa, a alta rotatividade das equipes locais e a dificuldade de integração destes núcleos nas estruturas administrativas, principalmente nas grandes cidades.

B. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA X EXECUÇÃO DOS PROJETOS

A concepção do Programa foi ambiciosa, previu uma atuação integrada nos sítios históricos, com o objetivo de recuperar os monumentos nacionais, os imóveis privados, a promoção de atividades econômicas, a educação patrimonial, a capacitação e o fortalecimento institucional. Foi definido um roteiro único para todas as cidades do Brasil, independentemente das realidades locais específicas e com o foco na sustentabilidade, por intermédio do desenvolvimento da atividade de turismo cultural. A pretensão era sair da intervenção em escala pontual, isolada, para atingir a escala e a dimensão urbanas.

A atual gestão do governo federal também se preocupou com a manutenção dos moradores nas áreas recuperadas, como, por exemplo, na 7ª Etapa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador.

C. FUNDO MUNICIPAL DE PRESERVAÇÃO

Todas as cidades que integram o Programa Monumenta têm a obrigação de constituir um Fundo Municipal de Preservação, gerido por um Conselho Curador composto por dez membros, representando de forma paritária o poder público e a sociedade civil.

Este Fundo é um outro instrumento para o Município atuar na gestão do patrimônio cultural, na medida em que prevê que parte dos recursos investidos pelo Programa, na cidade, retorne obrigatoriamente ao Fundo, por meio, principalmente, do pagamento dos financiamentos concedidos para a recuperação de imóveis (outras fontes: dotações orçamentárias, doações etc.).

ÉRICA CRISTINA CASTILHO DIOGO

Arquiteta e urbanista, mestre pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP), com a dissertação "Habitação social na área central de São Paulo". Trabalhou nas administrações municipais de Santo André e Diadema; foi pesquisadora do Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos da FAU-USP. Desde 2004, coordena a ação de financiamento para a recuperação de imóveis privados no Programa Monumenta do Ministério da Cultura.



Os Fundos foram criados com a intenção de propiciar autonomia para os Municípios investirem na manutenção dos monumentos recuperados e fazerem novos investimentos na área. É uma forma de descentralização de recursos. Existe, porém, grande dependência da gestão local, para que os Fundos funcionem, de fato, e revertam benefícios para a cidade.





Comunicação É Cultura



FAZER COMUNICAÇÃO É FAZER CULTURA

Eugênio Bucci

Presidente da Radiobrás – 2003/2007

Notem bem o tema deste tópico: “Comunicação é Cultura”. É um “é”, com acento, que está ali, um verbo de ligação. Isto deveria bastar para alertar os participantes deste grande evento, que não dá mais para supor que a cultura acontece num campo e a comunicação se dá em outro, separado. Nunca foi assim, na verdade. Muito menos agora. Antes, porém, era possível raciocinar com este tipo de categorias: o campo da cultura, o campo da ciência, o campo da política, o campo da comunicação social. Hoje, este é um equívoco mortal. Só mesmo o Estado, este monstro pesado e antiquado, ainda se permite repartir em pastas diferentes a comunicação e a cultura. A vida real já não funciona assim, há um bom tempo. O mercado não funciona assim. Os movimentos sociais também não. Onde é que a cultura acontece no Brasil? Na sala Villa Lobos do Teatro Nacional de Brasília ou na televisão? É no campo da comunicação que a cultura floresce e é, também neste campo, que ela é esquarterjada. É preciso pensar estes fenômenos de modo integrado. Faço um apelo aos que aqui se encontram: pensem a fusão, não a repartição.

Quando, no entanto, eu leio as reivindicações que brotaram das sessões anteriores, e acho que devo mesmo chamá-las de reivindicações, só posso concluir que ainda estamos considerando a cultura como um objeto que habita outro planeta que não o da comunicação. Leio aqui pedidos de reserva de espaço para a cultura, na programação da TV. Mas o que é isto? Quer dizer que, pelo que posso depreender desta leitura, estamos entendendo que há, na televisão, programas que são de “cultura” e outros que não são de “cultura”? São do quê? Ou, então, será que isto que emerge destes encontros preparatórios são as reclamações de setores corporativos da cultura, algo assim como o setor do balé, o setor do cinema, o setor das rádios comunitárias. Acho isso pouco para um encontro tão fecundo como este pode ser.

Em vez de pedir lugar no *show* do vizinho, o tal “setor da cultura” poderia entender, e assumir

de uma vez por todas, que fazer comunicação é fazer cultura e vice-versa, que é preciso entender e incidir sobre a cultura gerada naquele outro setor ali ao lado, o “setor da comunicação” e que isto tudo requer uma política integrada, uma só, sem mais disassociações esquisitas. Assumam a direção deste imenso e fascinante fenômeno, por que é isto que ele espera de vocês. Em vez de reivindicar, assumam a condução.

Parabéns, de verdade, ao Ministério da Cultura por este acontecimento impressionante. E parabéns a vocês todos, a quem eu saúdo por meio desta minha crítica solidária. À comunicação e à cultura.



EUGÊNIO BUCCI

É presidente da Radiobrás. Doutor em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, é graduado em Comunicação Social e em Direito pela USP. Jornalista e crítico de televisão, foi colunista do *Jornal do Brasil*, *Folha de S. Paulo* e da revista *Sem Fronteiras*, além de professor de Ética Jornalística na Faculdade Cásper Líbero. É autor de vários livros e tem ensaios publicados em várias coletâneas. Foi repórter da revista *Veja*, editor da revista *Teoria e Debate*, diretor de redação da revista *Set*, diretor de redação de *Superinteressante* e diretor de redação de *Quatro Rodas*.



POLÍTICA CULTURAL E PROJETO DE NAÇÃO

Jorge da Cunha Lima

Presidente da Associação Brasileira das Emissoras Públicas, Educativas e Culturais (ABEPEC)

Todo projeto nacional de cultura envolve uma organização burocrática do sonho. Tanto a promoção como a divulgação dos valores criativos da sociedade exigem, por parte do poder público e da sociedade, uma certa organização de caráter estratégico e financeiro. Neste contexto, é indispensável ressaltar que a atenção do poder público e mesmo das chamadas “elites brasileiras” com relação à cultura deixa muito a desejar. As verbas públicas para cultura, tanto nos orçamentos federais quanto estaduais, são simplesmente ridículas. Tancredo concordou que o orçamento da cultura deveria ser de, no mínimo, 1% do total do orçamento federal. Pois, até hoje, não ultrapassou 0,03%, com um pequeno acréscimo dos recursos provenientes das leis de incentivo fiscal.

Teatro de Vanguarda tenham tido sua expressão paralelamente a um projeto de nação desenvolvido pelo presidente Juscelino Kubitschek.

JORGE DA CUNHA LIMA

Advogado, pós-graduado em administração de empresas, jornalista e escritor com várias obras publicadas. Secretário de Estado das Comunicações e da Cultura do Governo Franco Montoro (SP); Presidente da Fundação Cásper Líbero; membro vitalício do Conselho Curador da Fundação Padre Anchieta; Coordenador Técnico do Projeto “Viva o Centro”, Participou, como membro eleito, do Conselho da Bienal de São Paulo e da Diretoria do Masp. Foi presidente da TV Cultura, participou da criação do Grupo Biarritz, que reúne televisões da Europa Latina, e da Rede de Televisões de Língua Portuguesa (RTVLP). Foi condecorado pela UNESCO, com o Prix Camera, pela contribuição à comunicação jornalística e de televisão. Vice-presidente do Instituto Itaú Cultural; Presidente do Conselho Curador da TV Cultura.

Todo projeto nacional de cultura deveria priorizar conteúdos reveladores da identidade. Sejam os valores nacionais da identidade brasileira, sejam os valores de outras identidades, universalmente divulgados. No Brasil, notamos que os veículos de comunicação de massa, sobretudo as emissoras de rádio, veiculam muito pouco os produtos nacionais. Preferem os valores consagrados no mercado comercial da produção fonográfica. A televisão é mais brasileira. Assim mesmo, precisa entender que o gosto é uma questão de oferta e não de demanda. O critério de audiência deve ser revisto em favor do prestígio e da qualidade.

Qualquer plataforma de um Sistema Nacional de Cultura deve se compatibilizar com um projeto de Nação. A política cultural não pode ser dissociada de uma política global e a política global deve se subordinar a um projeto de Nação.

Hoje, confundimos o projeto de Nação com um desempenho administrativo e financeiro subordinado a modelos impostos pela política econômica da globalização. Não se trata de coincidência o fato de que a Bossa Nova, o Cinema Novo, a Nova Arquitetura Brasileira, o



O SNC E OS NOVOS MODELOS DE DISTRIBUIÇÃO DO PRODUTO AUDIOVISUAL

José Araripe Jr.

Cineasta, Diretor do Centro Técnico Audiovisual da Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura (CTAv/SAv/MinC)

A questão da distribuição da produção audiovisual no Brasil é questão de Estado. Impossível falar de identidade de Nação se não guindarmos este tema à pauta de uma urgência urgentíssima. A atual gestão do Ministério da Cultura, por intermédio de sua Secretaria do Audiovisual, tem pautado suas ações nas criações de novas políticas públicas que observem os princípios de democracia, regionalização e descentralização de recursos.

Revelar outros Brasis tem sido a tônica destes programas, pois é consenso que a produção do conteúdo audiovisual é estratégica para a cultura. E, mais do que nunca, a cultura vem ganhando re-significações e a mais importante delas é o respeito à diversidade e, conseqüentemente, a valorização das singularidades. Ao falarmos da criação e da produção de bens simbólicos, não devemos nos afastar das questões que ligam esta produção ao cidadão. A cultura que produz arte produz também a comunicação e é este conjunto de conteúdos que expressam as diversas manifestações dos brasileiros, letrados ou não. Falo do artesanato, mas falo também do entretenimento eletrônico, da outrora chamada “arte popular” e da outrora chamada “arte erudita”. Esta indústria é também agricultura, pois envolve processos manuais e também de transformação, e é apontada por todos os especialistas como a grande nova fronteira das economias do século XXI. Principalmente para os países do dito terceiro mundo.

Nosso país, hoje, detém não apenas a tecnologia da criação, mas também a de produção. Os números mostram que a produção de conteúdo visual, nesta gestão, multiplica-se quase geometricamente. A consolidação desta vocação se espalha pelo país, também pelos fatores da popularização dos equipamentos digitais de áudio e vídeo. Quando vemos a sociedade se organizar para cobrar do Congresso uma política mais clara em relação à TV Digital, estamos falando do mesmo assunto. Há pouco, o Brasil assistiu

a um projeto de responsabilidade de soberania, como ANCINAV, ser demonizado e boicotado pelo corporativismo dos grandes grupos de comunicação. Foi a derrota de uma batalha, mas não foi a derrota da guerra. Não é de hoje que os produtores de conteúdo nacional lutam contra a falta de espaço em seu próprio território. Trata-se de uma luta que até potências, como a França, sofrem no seu próprio espaço. Mas, a França está entre os países que enxergaram isto e que criaram leis e mecanismos para garantir mais espaços para sua produção. O Brasil, quando cria novas políticas e luta por novas leis, como a Lei Geral das Comunicações, está agindo como uma nação moderna, que sabe da importância disto para sua soberania. E não se trata só de soberania ou economia, trata-se de cidadania, do direito à cultura, aos meios de produção, à reflexão, à fruição, enfim, o direito de expressar e fazer suas interpretações das culturas, em seu entorno.

Compreender e procurar formas para fazer o produto audiovisual brasileiro circular e ser difundido é o maior desafio deste governo. Muitas redes do terceiro setor foram criadas nos últimos anos e, hoje, quando vemos a disposição em se criar um Sistema Nacional de Cultura, com base na célula-mãe que são os Conselhos de Cultura, vemos que tudo isto se encaixa.

Esta verticalização do Município até o nível federal, é a mesma mecânica de rede que rege a lógica desta distribuição, seja ela física, virtual ou pelas ondas do ar. Eu falo da distribuição de filmes, vídeos e conteúdos para rádio – não se trata de redes abertas de TV e Rádio, ou de TVs a cabo – estas, estão no plano da não-regulação, uma terra arrasada. Então, visualizamos que algo novo pode nascer justamente desta rede de conselhos.

Se, em cada cidade brasileira, a municipalidade criar uma sala de cinema, estaremos criando espaço para escoar e debater a produção brasileira de cinema e vídeo. Este outro cinema marginalizado, composto, em sua maioria, por



JOSÉ ARARIPE

Natural de Ilhéus, Bahia. Artista plástico com especialização em cinema, pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Professor universitário, roteirista e diretor dos premiados curtas Mr. Abrakadabra!, Rádio Gogó e do média O Pai do Rock. Membro do Conselho Estadual de Cultura da Bahia. Foi presidente da Associação Bahiana de Cinema e Vídeo (ABCV-ABD). Atual diretor do Centro Técnico e Audiovisual (CTAv), da Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura (MinC/SAV), no Rio de Janeiro. Atualmente, está preparando o longa-metragem de ficção Esses Moços.

produções regionais e locais, traz, na sua maioria, as cores e as vozes locais. É a antítese do produto do sistema e do produto manipulado da grande mídia. Assim é a velha lógica do cineclubismo, uma postura de lidar com o conteúdo que envolve comunidades e gerar debates sobre a realidade e sobre a própria comunicação. Só variando o cardápio de seu consumo de audiovisual, o cidadão pode se defender do bombardeio do “cinemão” norte-americano e da programação de baixo nível da TV. Por outro lado, quem produz quer mostrar, mas, também, quer auferir ganhos com seu produto. O que vemos hoje é o DVD pirata, fazendo parte da cesta básica da população. O hábito de assistir filmes em casa já alcança a maior parte da população. Temos assim milhares de cineclubes em casas que o cinema brasileiro pode freqüentar. Os produtores brasileiros não podem esperar que aconteçam milagres e que o poder econômico de Hollywood abra espaço para nosso cinema. É preciso usar a criatividade para fazer circular este produto. A grosso modo, o produtor tem que virar camelô de seu próprio produto. Driblar as dificuldades e partir para o corpo a corpo. Este arrastão de criatividade está fazendo da Nigéria o maior produtor de cinema do mundo. Da parte do MinC, estamos trabalhando para criar a Programadora Brasil, uma central de acesso ao cinema brasileiro, que vai disponibilizar em VHS e DVD obras patrocinadas por editais, para exibição gratuita.

É uma primeira iniciativa, mas que, conectada a uma rede inteligente como esta do SNC, pode significar um avanço considerável de difusão do nosso audiovisual. As lutas devem continuar e só a vigilância da sociedade civil organizada será capaz de sensibilizar e pressionar os parlamentares, para que respondam aos anseios de democratização e da regionalização da comunicação e mudem estes paradigmas que hoje omitem dos brasileiros, a fruição da diversidade de seu imaginário.







Plenária Nacional *Solenidade de Encerramento*

CARTA DE BRASÍLIA

PRONUNCIAMENTOS

Maria Eugênia Stein

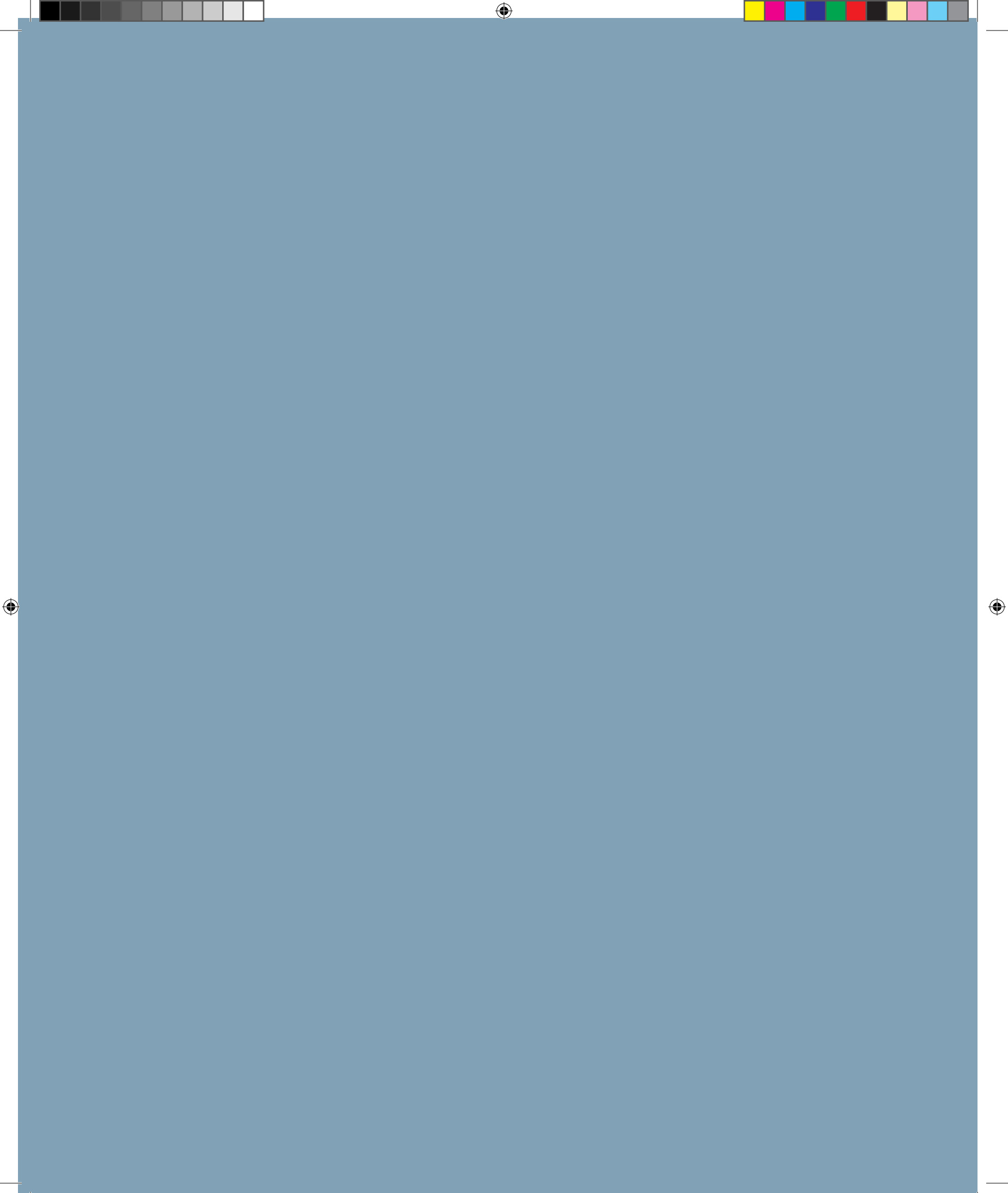
João Roberto Peixe

Daniel González

Cláudio Langone

Juca Ferreira

LEITURA DAS MOÇÕES



CARTA DE BRASÍLIA

“Estado e Sociedade Construindo Políticas Públicas de Cultura” é resultado do esforço dos Municípios, Estados, câmaras setoriais e sociedade civil sob a coordenação e orientação do Ministério da Cultura. Mais de 3.000 pessoas, em pré-conferências, encontros setoriais e regionais, conferências municipais, intermunicipais e estaduais discutiram os eixos temáticos, propuseram diretrizes e elegeram delegados para a 1ª Conferência Nacional de Cultura.

Pela primeira vez, em nosso país, o Governo Federal, sob a liderança do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e o Ministro Gilberto Gil mobilizaram, articularam e possibilitaram a realização da Conferência Nacional de Cultura. Esta conferência reúne, pela primeira vez, propostas, reivindicações e experiências dos mais diversos locais do país, dos mais diversos agentes, constituindo uma plataforma comum, e partilha, com o Conselho Nacional de Políticas Culturais, uma conquista democrática das mais importantes, no atual momento político e cultural brasileiro.

Nós, representantes da sociedade civil, artistas, grupos culturais e artísticos, produtores culturais, gestores públicos e demais agentes, reunidos na cidade de Brasília, neste fórum democrático, apresentamos à sociedade brasileira, aos parlamentares e aos governos dos diversos níveis, uma plataforma que abre caminho para alçar as políticas públicas de cultura à condição de Política de Estado, propondo que o país entenda os desafios da cultura, como desafios do desenvolvimento e da afirmação nacional.

Nesta plataforma, plural e abrangente, destacamos a centralidade da adoção pelo país de quatro medidas fundamentais:

1. A aprovação pelo Congresso Nacional do Projeto de Emenda Constitucional (PEC) 150/2003, que inscreve na Constituição Brasileira os mecanismos de financiamento à cultura, necessários à boa aplicação das diretrizes constitucionais para o desenvolvimento;
2. A implementação do Sistema Nacional de Cultura, pela qual se articularão os esforços de todas as instâncias da federação brasileira, definindo responsabilidades de governo e da sociedade, na aplicação das políticas culturais, para a qual, a adesão dos Estados e Municípios e a constituição de conselhos de cultura são medidas fundamentais;
3. A elaboração coletiva e ampla, com a participação do Conselho Nacional de Política Cultural – cuja posse reivindicamos como urgente e necessária –, seguida da aprovação pelo Congresso Nacional, do Plano Nacional de Cultura, inscrevendo, em Lei, os princípios norteadores da política cultural brasileira; e
4. A promoção, por parte do poder público e da sociedade, de medidas que articulem e fortaleçam um sistema público de comunicação democrático e com participação social.

Comprometemo-nos a manter a mobilização que nos uniu em torno da Conferência Nacional de Cultura e desta plataforma. Seguiremos atuando e aglutinando a sociedade brasileira, para que as questões aqui expressas, de interesse de todo o país e do seu futuro, tenham lugar!

Brasília, 16 de dezembro de 2005.



É AMANHÃ QUE COMEÇA REALMENTE ESTA CONFERÊNCIA, EM NOSSOS ESTADOS, EM NOSSOS MUNICÍPIOS

Maria Eugênia Stein

Subsecretária de Cultura do Estado do Rio de Janeiro de 2004 a 2006

Vice-Presidente/Sudeste do Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes de Órgãos Estaduais de Cultura em 2005



É muita responsabilidade falar em nome de todos os secretários de cultura. A única coisa que podemos dizer é da emoção enorme de ter estado aqui nestes dias, acompanhando com vocês, com todo o entusiasmo, com toda a torcida para que tudo desse certo e foi uma belíssima Conferência. Inegavelmente, é um momento histórico, queremos trazer aqui um grande abraço do Fórum Nacional de Secretários e dirigentes dos órgãos estaduais de cultura a todos vocês e mais uma vez agradecer aos gestores do Ministério da Cultura que tiveram a coragem desta iniciativa e que estiveram também como participantes, lado a lado, construindo todos os ideais que esta Conferência hoje apresenta.

Nossos agradecimentos a todos, em nome do Fórum Nacional de Secretários, em nome do nosso Secretário, que também é do Fórum, o colega Pedro Bório, Secretário de Cultura do Distrito Federal.

Devemos nos lembrar do dia de amanhã e que cada um leve no coração a responsabilidade deste dia, e a certeza de que, a partir de amanhã, começa realmente esta conferência, em nossos Estados, em nossos Municípios, nas instituições que representamos em nossos níveis de abrangência. Que cada um possa levar tudo que se passou aqui como uma grande corrente nacional da cultura e, aí sim, a nossa Conferência começará a alcançar os seus objetivos.

MARIA EUGÊNIA STEIN

Além da Subsecretaria de Cultura, Maria Eugênia Stein foi Subsecretária de Educação do Estado do Rio de Janeiro em 2006. Integra o Conselho Empresarial da Cultura da Associação Comercial do Rio de Janeiro. Dirigiu o Departamento de Educação da Rede Manchete de Televisão, o Museu da Imagem e do Som (MIS-RJ), o Centro de Memória, o Espaço Machado de Assis o o projeto da Biblioteca Rodolfo Garcia, da Academia Brasileira de Letras (ABL). Dirige o escritório da Movi&art – Produção Cinematográfica, no Rio de Janeiro.



O SENTIMENTO DE QUE ESTA CONFERÊNCIA É O COMEÇO DE UM NOVO MOMENTO DA HISTÓRIA DA CULTURA BRASILEIRA

João Roberto Peixe

Secretário de Cultura do Recife

Acho que este dia vai ficar na memória de cada um de nós e vai ficar na história da cultura deste país. Trabalhamos durante quatro dias, mas na verdade, eles representam o final de um processo que começou há meses, em cada uma das Cidades e dos Estados deste país, nas Conferências Estaduais.

Concluímos aqui este trabalho, com a Conferência Nacional de Cultura, a primeira na história do nosso Brasil, mas, evidentemente, nesta euforia, nesta alegria natural da qual todos nós estamos possuídos por termos concluído um trabalho tão importante, precisamos ter o sentimento de que esta Conferência é o começo de um novo momento da história da cultura brasileira.

Os desafios colocados são no sentido de que temos que voltar para nossas cidades, nossos Estados e construir as bases reais do Sistema Nacional de Cultura, com a constituição de Conselhos Municipais e Estaduais de política cultural, com a participação efetiva da sociedade, elegendo seus representantes e constituindo, de fato, um processo integrado paritário, governo e sociedade, para a construção de políticas públicas de cultura. Queremos, não apenas elaborar e contribuir para os planos municipais e estaduais, mas acompanhar, efetivamente, a implantação destes planos, dando condições para que Governo e sociedade, juntos, possam transformar estes sonhos em realidade.

Este é o nosso maior desafio e eu diria que, da mesma forma como vencemos os desafios que encontramos pela frente, com certeza, vamos vencer os novos desafios. Daqui a alguns anos, quando se olhar e se analisar o processo de construção de políticas públicas da Nação, vai ficar claro que tudo que foi feito durante os anos do Governo Lula, foi um momento novo para a história democrática deste País. Vamos voltar e continuar nosso trabalho. Viva a cultura brasileira! Viva a nossa luta! Vamos de fato transformar a cultura em prioridade nacional.

JOÃO ROBERTO PEIXE

Um dos pioneiros do design brasileiro, formado em 1972, pela Faculdade de Arquitetura da UFPE, onde, também, fez os Cursos de Artes Gráficas e Percepção Visual e de Fotografia. Fundou, a MultiDesign a mais antiga empresa da área no nordeste brasileiro. Exerceu os cargos de Presidente da Associação Profissional de Desenhistas Industriais de Pernambuco (APDI/PE), foi Secretário Geral da Asociación Latinoamericana de Diseño Industrial y Gráfico (ALADI), e Presidente da Associação Nacional de Designers (AND/BR), Presidente da Associação Profissional dos Designers de Pernambuco (APD/PE), e do Comitê Executivo do Programa Pernambuco Design.



UM EXEMPLO PARA OS OUTROS POVOS LATINO-AMERICANOS

Daniel Gonzáles

Organização dos Estados Ibero-americanos

Parabéns a toda a equipe do Ministério da Cultura e aos participantes desta 1ª Conferência. Gostaria de parabenizar, também, aqueles ausentes, aquelas milhares de pessoas que trabalharam ao longo deste processo de consulta e participação e que vão nos assegurar, a partir de hoje, as conclusões, as recomendações desta Conferência.

Este é um momento muito importante para o Brasil, para a cultura brasileira, mas também é muito importante para a América Latina. Este processo de participação e construção de uma política pública de cultura é um exemplo para os outros povos latino-americanos. Obrigado pela possibilidade de participar deste processo.



DANIEL RAÚL GONZÁLEZ

Nasceu em Buenos Aires, Argentina. Formado em Antropologia, pela Universidade de Buenos Aires. É professor, licenciado, da Universidade Nacional de Jujuy (Argentina), onde foi Decano da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas e Vice-reitor. Foi Ministro da Educação e Cultura da Província de Jujuy (1997-1998) e integrou o Conselho Federal de Educação e o Conselho Federal de Ciência e Tecnologia. Foi Diretor da Comissão Permanente de Planificação da Secretaria-Geral da Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, Ciência e Cultura (OEI). Atualmente, é Diretor do Escritório Regional em Brasília da (OEI). Como pesquisador especializou-se em antropologia andina, e na relação entre desenvolvimento e meio ambiente.



MEIO AMBIENTE E CULTURA NA DISCUSSÃO DAS ESTRATÉGIAS E DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO DO PAÍS

Cláudio Langone

Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente – 2003-2007

CLÁUDIO ROBERTO
BERTOLDO LANGONE

Engenheiro Químico, foi Secretário Municipal de Meio Ambiente de Porto Alegre, Assessor Especial de Meio Ambiente e Saneamento da Prefeitura de Porto Alegre e coordenador do Fórum de Meio Ambiente e Saneamento e a Agenda 21 Local. Foi Diretor-Presidente da Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler (FEPAM) do Rio Grande do Sul e o primeiro Secretário de Meio Ambiente do Estado. Presidiu, em 2001 e 2002, a Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente (ABEMA), que congrega mais de 40 órgãos ambientais estaduais em todo o país.

1. E, para dar expressão para gente que não tem expressão, esta mesma mídia, que trata tão mal a política ambiental e de cultura no Governo Lula, porque estas políticas estão, em um processo de conquista de maioria, olhando de baixo para cima e dando poder para quem nunca teve poder neste país.

Somos de duas áreas, meio ambiente e cultura, com as quais todo mundo simpatiza. Entretanto, temos uma pergunta fundamental para fazer: porque, no Governo Lula, meio ambiente e cultura têm sido tão maltratados pela mídia brasileira?

Nós, do meio ambiente, somos considerados como aqueles que têm visão estreita, que impedem o desenvolvimento, quando afirmamos que o Brasil tem que ter uma lei rigorosa para os transgênicos, tem que reduzir o desmatamento da Amazônia e acabar com a grilagem, tem que incorporar a dimensão ambiental numa visão de desenvolvimento. E toda vez que há uma decisão importante para ser tomada no governo, agora mesmo, quando o Presidente regulamenta a Lei da Biossegurança e ganhamos a disputa para estabelecer uma regra mais rigorosa, para a tomada de decisão sobre a liberação comercial de transgênicos, a mídia brasileira é invadida por notícias que dizem que o meio ambiente só impede o desenvolvimento e que a Ministra Marina sempre perde. E, repito, toda vez que há uma decisão política importante a tomar, como a discussão que tivemos sobre a ANCINE, a mídia brasileira considera que o Ministério da Cultura é inoperante, não olha para o teatro, não olha para o cinema, não olha para a música.

Por que, então, duas áreas que, no senso comum, têm a simpatia de todo mundo, recebem um tratamento tão duro por parte da mídia brasileira? Isto se deve ao fato de que estamos “botando o dedo na ferida” ao afirmarmos que, se o Brasil quer ter uma visão consistente de desenvolvimento, precisa retomar a idéia de pensar estratégias de médio e longo prazo e que, se quer ter uma visão consistente de desenvolvimento, precisa abandonar a lógica de que só os profissionais da área de economia podem ditar os rumos e as estratégias de desenvolvimento do País.

Por que a partir deste processo efetivo de participação popular na tomada de decisões, que

está sendo implementado no meio ambiente e na cultura, estamos dizendo que não estamos aqui para fazer “politiquinha cultural cosmética de meio ambiente”. Esta politiquinha tem a simpatia de quem sempre dominou este País e para quem não faz diferença dar maioria e poder para gente como a Irmã Dorothy, que foi assassinada por que estava defendendo um projeto do Governo Lula¹.

Queria saudar a 1ª Conferência Nacional de Cultura. Vocês conseguiram terminar em tempo hábil; terminamos a nossa Conferência às 8 horas da manhã de terça-feira, com mil delegados presentes, atravessando a Plenária da Conferência, para tomar decisões importantes em relação ao desenvolvimento do País.

Qual é a mensagem que queremos deixar para o Governo e para a sociedade brasileira? É de que precisamos ser incorporados na discussão sobre as estratégias e a política de desenvolvimento do País e que se chegue a uma síntese para este País. Esta síntese é de que o Brasil é natureza e cultura e, daí, esta fusão das nossas Conferências, na mesma semana. Esta afirmação clara da visão de prioridade, de que o Brasil tem que olhar de baixo para cima, inverter a lógica da tomada de decisões, inverter a lógica de prioridades, dar poder a quem nunca teve poder neste País, tem uma importância muito grande por que estamos construindo, aqui, um novo conceito que é o conceito da diversidade biocultural.

Viva a Conferência da Cultura! Viva a Conferência do Meio Ambiente! E que tenhamos capacidade de afirmar, na sociedade brasileira, a valorização da idéia de que não podemos pensar o futuro de um Brasil tão diverso, na sua natureza e na sua cultura, sem incorporar a dimensão ambiental e cultural como elementos centrais da visão de desenvolvimento do Brasil e da inserção do Brasil no mundo globalizado.

CULTURA NÃO É SÓ ARTE, MAS TODAS AS EXPRESSÕES DE FORÇA SIMBÓLICA E RECONHECIMENTO DA SOCIEDADE

Juca Ferreira

Secretário Executivo do Ministério da Cultura¹

Eu queria saudar a todos os participantes da 1ª Conferência Nacional de Cultura - delegados, organizadores, secretários e secretárias Estaduais - que deram a sua contribuição fundamental para que pudéssemos ter chegado até aqui e que pudéssemos fazer uma Conferência tão abrangente, com a participação até de pessoas vindas de outros países, para engrandecer esse encontro.

Gostaria de saudar o secretário executivo do Ministério do Meio Ambiente, aqui presente, lembrando o recente termo de parceria firmado entre nossas instituições pelo ministro Gilberto Gil e pela ministra Marina Silva. Essa parceria expressa a responsabilidade do MinC com a construção de novos valores, nova visão de mundo e nova sensibilidade no que diz respeito à questão ambiental, para garantir que novos ciclos de desenvolvimento no Brasil tenham como suporte fundamental a dimensão da sustentabilidade.

Muita coisa tem sido realizada por esta gestão do MinC e que não são fatos isolados, são sempre a expressão da concepção que temos sobre cultura e sobre como deve ser um Ministério da Cultura. Só para citar os últimos dias - e para citar atividades que explicam e justificam a minha ausência de algumas atividades e debates desta Conferência - destaco a inauguração de um dos museus mais interessantes que o Brasil vai ter, que é o Museu de Artes e Ofícios, em Belo Horizonte. Num país onde a herança da escravidão ainda está presente, fazer um museu para homenagear o trabalho, as artes e ofícios em torno do trabalho, é uma revolução cultural importante, é assumir um valor que a sociedade brasileira nunca conseguiu dar ao trabalho humano e aos que trabalham em suas artes e ofícios. Eu tive a oportunidade de acompanhar o ministro Gilberto Gil nessa solenidade de inauguração.

Outra atividade na qual acompanhei o ministro foi a reunião de balanço do ano do Brasil na

França, realizada em São Paulo, e que já nos permite dizer que essa iniciativa do MinC teve resultados espetaculares. Só para dar a dimensão dessa ação, destaco que 15 milhões de pessoas participaram das atividades do Ano do Brasil na França - a população daquele país é de 60 milhões. É impressionante: 25% dos franceses participaram de alguma atividade do Brasil na França, um público maior do que o que participou das atividades comemorativas do bicentenário da Revolução Francesa, como fez questão de destacar o embaixador francês.

Nessa mesma reunião de balanço, o representante do Itamaraty, embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, secretário executivo, destacou que a importância dessa atividade não fica restrita às áreas cultural e econômica: tem um papel estratégico na quebra do monopólio do poder. Os povos precisam construir a diplomacia cultural, ultrapassar o limite da diplomacia geopolítica e da diplomacia comercial. A responsabilidade que o Brasil está assumindo, no plano mundial, de liderar uma nova ordem mais justa, plural, sem monopólios, é um papel importante que tem sido exercido nesse governo e o MinC tem sido convocado para aprofundar as relações com os demais países.

Outra tarefa a que temos nos dedicado - e, aliás, foi a minha atividade hoje - é buscar dinheiro para o Ministério da Cultura. Estamos tentando descontingenciar o dinheiro do MinC, tentando convencer os parlamentares, principalmente os senadores, que aprovelem a Convenção do Patrimônio Imaterial, que é outro passo importante no sentido de afirmar prioridade da cultura brasileira, particularmente das manifestações tradicionais, que hoje passam um momento difícil.

Em nome do Ministério da Cultura quero lembrar que o nosso compromisso com a convocação de um Conselho Nacional de Cultura é tão grande quanto o de vocês. Entretanto, quero alertar que



JUCA FERREIRA

Secretário-Executivo do Ministério da Cultura, é baiano e sociólogo. Juca Ferreira dedicou sua vida profissional e política às ações culturais e ambientais. Durante o período de exílio na ditadura militar, viveu na Suécia e na França onde se formou em Sociologia, na Universidade de Paris I, na Sorbone. De volta ao Brasil, foi assessor especial da Fundação Cultural do Estado da Bahia. No início dos anos 90, participou do Projeto Axé, um dos primeiros projetos de arte-educação do Brasil, voltado para crianças e adolescentes em situação de risco social. Nos anos 90, foi secretário municipal de Meio Ambiente, em Salvador, e presidente da Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente (ANAMMA). Participou da criação dos primeiros movimentos socioambientais da Bahia, do SOS Chapada Diamantina e foi representante da sociedade civil na Agenda 21 Nacional durante 5 anos. Foi duas vezes eleito vereador do Município de Salvador.

fazer essa convocação, de uma estrutura que terá tantas responsabilidades, para o mês de janeiro – período de férias – seria um erro, seria o esvaziamento da sua importância.

O Conselho será um elemento central na nossa política cultural e terá que ser plural, abrigando as Câmaras Setoriais, as representações de todos os setores, as representações regionais. O Conselho foi pensado dentro do Ministério da Cultura e tivemos a coragem de trazê-lo para essa Conferência antes de deliberar qualquer coisa sobre ele, pois não acreditamos na construção de política pública só dentro da repartição pública. Desde o início, essa gestão do MinC buscou convocar a sociedade, os artistas e os produtores culturais para participarem da elaboração, da execução e da avaliação da política pública da Cultura.

Acreditamos no papel estratégico que tem a aliança com todos esses segmentos da sociedade. É isso que vai fortalecer o MinC, vai nos permitir falar uma mesma língua e “invadir as praias” que precisamos invadir, que nos dará as condições de concretizar esse deslocamento estratégico e transformar a cultura numa questão central do nosso novo ciclo de desenvolvimento no Brasil e um direito de todos os brasileiros.

O Brasil no século passado foi um dos países que teve a maior taxa de crescimento econômico e desenvolvimento das forças produtivas, mas a um custo ambiental altíssimo, a um custo social altíssimo, a um custo cultural altíssimo. As elites tratam esse País como se fôssemos apenas um entreposto comercial e como se apenas as políticas econômicas – que garantem a circulação de mercadoria e as questões monetárias – fossem questões importantes. Na verdade, essas políticas deveriam ser analisadas à luz do impacto que vão ter sobre a vida da sociedade. As principais políticas de um País são as que garantem qualidade de vida, que garantem satisfação das demandas e necessidades da sociedade. Cabe a todos nós, da área cultural, construirmos uma força social suficientemente forte para fazer esse deslocamento.

A tarefa é difícil, mas é importante: fazer do Brasil uma Nação, porque a cultura só será um elemento central quando as elites brasileiras forem obrigadas a tratar o Brasil como uma Nação e não apenas como entreposto comercial.

Para chegarmos aqui, após três anos de trabalho, foi um esforço enorme. Encontramos um Ministério que não tinha qualquer importância,

não interferia nos processos decisivos da dinâmica cultural brasileira, não tinha projeto, não tinha diretrizes, não tinha transparência e tinha acesso ao menor orçamento da República: 0,2%.

Hoje, podemos dizer que ampliamos o conceito de cultura, passamos a trabalhar a cultura não só como arte, mas como todas as manifestações que têm força simbólica e reconhecimento da sociedade. Também conseguimos começar a distribuir os recursos do MinC para todo o Brasil, embora ainda insatisfatoriamente. Já tivemos mais de 600% de crescimento na destinação de recursos para a Região Norte e mais de 400% para a Região Nordeste. Estamos nos relacionando com áreas da cultura brasileira que no fundo, nunca foram assumidas pelo Estado Brasileiro. É incrível, é indecente, é imoral que os povos indígenas brasileiros nunca tivessem tido acesso aos recursos do Ministério da Cultura, quando eles têm esse direito e fazem parte da sociedade brasileira. É indecente, é imoral que o patrimônio brasileiro esteja ruindo, indo para o chão, esteja sendo privatizado, esteja sendo roubado, porque o Ministério da Cultura não tem recursos para assumir a guarda e a proteção desse patrimônio que o País considerou que era estratégico.

É importante que democratizemos a comunicação. É extremamente importante que esta Conferência Nacional de Cultura tenha reconhecido que não haverá cultura democrática, no Brasil, enquanto houver monopólio da comunicação. A Constituição Brasileira defende a necessidade de que as emissoras regionais destinem um espaço para desenvolver a linguagem e empregar os artistas da sua região. Mas ainda estamos por regulamentar isso. A produção independente não tem acesso às televisões. Com as novas tecnologias, estamos diante de um desafio: ou o Brasil regula seu mercado de audiovisual ou perderemos a capacidade de sermos grandes produtores de conteúdos audiovisuais.

Outro aspecto importante é a necessidade de criarmos um sistema de cooperação orgânico com as secretarias Municipais e Estaduais de Cultura. Isso é fundamental para que possamos ter de fato, uma força institucional capaz de implementar políticas. É necessário essa divisão de trabalho, é necessário evoluir institucionalmente para que possamos ter de fato, a capacidade de executar políticas culturais à altura da grandeza cultural do povo e da criatividade do povo brasileiro.

Em nome do Ministério da Cultura, em nome do Ministro Gilberto Gil, quero reafirmar que



estamos absolutamente compromissados com as decisões tomadas aqui nesta Conferência. Nenhuma delas nos surpreende, todas elas confirmam a democratização da cultura para todos no Brasil.

Evidentemente teremos um segundo, um terceiro, um quarto passo.

Parabéns a vocês todos. Esta Conferência foi um momento histórico da cultura brasileira, para o teatro, para a dança, para o patrimônio, para as manifestações tradicionais, para os povos indígenas, para a diversidade humana, para além da cultura, a diversidade sexual, para todos que tiveram aqui sua possibilidade de manifestação e de ser incorporado por outro. O Ministério da Cultura é um aliado e é um instrumento dessa política cultural-democrática no Governo Lula. Obrigado.





LEITURA DAS MOÇÕES

Leitura das Moções feita por Márcio Meira,
Coordenador Geral da 1ª CNC.

MOÇÃO 1

Proponente: *Cláudio Soares da Silva – PE*

Criação de um fórum permanente da cultura da Região Nordeste, na perspectiva de discutir, articular e fortalecer as políticas públicas entre os Estados.

APROVADA POR ACLAMAÇÃO.

MOÇÃO 2

Proponente: *Neide de Maria Santana – PE*

Considerando serem os acervos documentais públicos e/ou privados referenciais insubstituíveis da sociedade, como memória de sua construção e meio de informação e formação de identidade, encaminhamos nesta a convicção de que os Arquivos Públicos passem a integrar os Sistemas de Cultura, ampliem suas atividades para a memória sócio-cultural e passem também a se constituir em parte do mecanismo de apoio e preservação do Patrimônio Cultural.

APROVADA POR ACLAMAÇÃO.

MOÇÃO 3

Proponente: *Lutero Cavalcante: PE*

Venho reivindicar mais atenção para as bandas de música, principalmente para as cidades do interior do Brasil. Nossa necessidade e urgência consistem em atender as precisões, instrumentos; fardamentos; locais dignos de ensaios; e partituras.

APROVADA POR ACLAMAÇÃO.

MOÇÃO 4

Proponente: *Rafael Villas Boas – DF*

Moção de apoio. O latifúndio e a herança escravista da discriminação sócio-racial das populações indígenas, afro-descendentes e camponesas guardam fortes laços comuns – Lei de Terras de 1850, entre outros. Portanto, as políticas de cultura devem dialogar transversalmente com a política de Estado para a reforma agrária e priorizar, na universalidade das políticas públicas, os referidos segmentos historicamente discriminados.

APROVADA POR ACLAMAÇÃO.

MOÇÃO 5

Proponente: *Kleiberton Assis – DF*

Criação do Mérito Cultural “Saber em Dança” – para reconhecimento, a nível nacional, dos mestres e instrutores de danças de salão, danças populares e danças tradicionais, pelos serviços prestados e proporcionados em benefício da comunidade e da sociedade em geral: fortalecimento na socialização, promoção e incentivo às danças em geral, priorizando o intercâmbio nacional e internacional. Que os recursos financeiros, patrimoniais, captados e adquiridos no combate às drogas e entorpecentes, sejam revertidos em incentivos à cultura, em ações culturais solidárias na recuperação de doentes mentais e orientação, educação, prevenção de dependentes químicos.

APROVADA POR ACLAMAÇÃO.

MOÇÃO 6

Proponente: *Rodrigo Ribeiro – PR*

Moção a pedido da Diretoria de Cultura de Palmas – PR

Em primeiro lugar, queremos iniciar esclarecendo que não estamos realizando esta intervenção pensando no nosso umbigo, na nossa cidade, região ou Estado. Estamos tentando aproveitar a oportunidade para corrigir uma injustiça cultural. O Paraná é um dos Estados mais antigos da federação, com uma cultura arraigada de momentos que fizeram a diferença de sua história e é, em defesa dessa história, especificamente da história do Município paranaense de Palmas, que estamos realizando esta intervenção, por se tratar de uma cidade não menos importante que a capital tocantinense, mas tão brasileira quanto.

Queremos, também, esclarecer que respeitamos a diversidade cultural brasileira, suas origens e cidadania, mas há aí uma questão de dupla cidadania para nativos de ambas as cidades, a Palmas do Paraná e a Palmas do Tocantins, o que fere, em primeiro, aos cidadãos da cidade paranaense devido a toda a sua história. Isso não seria um problema para nós se não se tratasse de uma capital, fato inédito.

Localizada nos campos da região centro-sul do Paraná, faz parte do chamado Paraná tradicional,

de economia pecuarista. Bandeirantes paulistas, no século XVII, teriam atravessado a região várias vezes, quando buscavam as missões jesuítas no sul. Porém, é ao bandeirante curitibano Zacarias Dias Cortez que se atribui a “Descoberta dos Campos de Palmas”, quando este, por volta de 1720, teria desbravado a região até a cabeceira do rio Uruguai em busca de ouro.

Já a denominação “Campos de Palmas” é atribuída ao Major Atanagildo Pinto Martins, que comandou uma expedição organizada pela Real Expedição de Conquista dos Campos de Guarapuava, por volta de 1814-1819. Esta expedição tinha por missão buscar uma vereda que ligasse os campos de Guarapuava aos de Rio Grande; teve por guia o Cacique Yongong, que conhecia bem a região à qual os índios denominavam Campos de Bituruna ou Ibituruna – “Terra Alta ou Terra das Palmeiras”, na significação indígena. Daí a denominação Campos de Palmas, atribuída pelo Major Atanagildo, e hoje, Município de Palmas.

Foi em 14 de abril de 1879, que a Vila de Palmas foi instalada.

Historicamente o povoado dos Campos de Palmas que se expandiu até Campo Erê, fronteira com a Argentina, entre os anos 1860 até 1895, foi de grande importância, porque o “Uti Possidetis” Brasileiro, principal argumento que deu ganho de causa para o Brasil em 1895, quanto à “Questão de Palmas” (limites Brasil – Argentina), onde a Argentina disputava território com o Brasil, provinha, indubitavelmente, da expansão da frente pastoril iniciada pelos pioneiros de Campos de Palmas, a partir de 1839.

O que quero dizer com isso é que os cidadãos Palmenses, sentem-se sem naturalidade e até chegam a constranger-se quando dizem para um desconhecido: eu sou de Palmas. E a resposta ordeira vem: Como é morar em Tocantins? Ou: Ah, você é de Tocantins?

Entendemos que a cultura de Palmas no Tocantins é tão preciosa quanto a de nossa Palmas, também sabemos que águas passadas não movem moinhos. Mas é preciso corrigir este erro porque não pode haver duas cidades com tamanha capacidade de destaque utilizando o mesmo nome. A nossa Palmas nunca vai aparecer, não pela dubiedade, mas pela única capital criada com o nome de uma cidade já existente. É a mesma coisa que se, por exemplo, fosse criado novo Estado e quisessem chamar sua capital de Campinas – como seria?

Dessa forma, em nome da Diretoria do Departamento de Cultura de nossa Palmas, na pessoa de Idelita Januário, da Coordenadoria da 14ª Regional da cultura do sudoeste paranaense, por Neusa Lopes, que representa na região a Secretaria de Estado da Cultura do Paraná, e a sua Secretária, Vera Mussi, fazemos um apelo nesta Conferência, que como bem disse o Ministro Gil, é a primeira, democrática e histórica. Fazemos um apelo ao querido povo e políticos do Estado de Tocantins, incluindo sua capital. Fazemos um apelo à equipe do Ministério da Cultura e também à imprensa aqui presente: intervenham nessa questão para que a injustiça seja corrigida e que haja uma nova identificação para Palmas do Tocantins, sem que haja prejuízo para ambas as cidades. Isto é mais uma questão de ordem cultural do que política.

Temos certeza que os vereadores e prefeitos da nossa Palmas farão todo o possível para resolver diplomaticamente essa questão, tanto quanto o prefeito e o vereador de Palmas do Tocantins. Nós não estaríamos pedindo isso se a nossa Palmas não tivesse o potencial histórico e turístico que, infelizmente, está sendo abafado pela Palmas do Tocantins, repetimos, por ser esta uma capital. Por outro lado, é motivo de orgulho para nós haver uma capital com o nosso nome, mas que, pelo menos, inclua o nome oficialmente, Palmas do Tocantins, ou Palmas do Norte, ou até mesmo, porque não dizer, Palmas Filha ou Bela Palmas, fica a critério de vocês. Acreditamos que isso não seja pedir muito, é na nossa humildade que fazemos este apelo para que os palmenses do Paraná não se sintam mais sem naturalidade.

Por conseguinte, vamos nos integrar, realizar intercâmbio cultural, pois temos certeza que uma cultura tem muito a ver com a outra e vice-versa. São duas culturas completamente diversas, as quais têm uma coisa em comum, o nome.

A nossa Palmas foi a mãe do sudoeste Paranaense, foi avó, e hoje é carinhosamente chamada no Paraná, de bisavó da região, que possui 42 municípios. Por isso acreditamos que a Palmas Tocantinense pode ser filha. Não há como filha ser mais velha que a mãe, ou que ter o mesmo nome. No mínimo, leva o sobrenome do pai. Ainda mais esta tendo 16 anos, uma verdadeira adolescente perto da Palmas Paranaense, já uma bisavó.

Aprovado o encaminhamento para o Município de Palmas, no Estado de Tocantins, tomar conhecimento e considerar.

MOÇÃO 7

Proponente: *José Flávio da Paz – Amapá*

Criação do Fórum Estadual Permanente de Cultura do Amapá e seus respectivos fóruns municipais permanentes de Cultura. Sugestão: Fórum Estadual de Política Cultural do Estado do Amapá.

APROVADA POR ACLAMAÇÃO.

MOÇÃO 8

Proponente: *Cláudio Nascimento Silva – RJ*

Moção de apoio à inclusão de representação dos segmentos que atuam na área da diversidade cultural, tais como negros, índios, GLBT (gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros) junto ao Conselho Nacional de Cultura.

APROVADA POR ACLAMAÇÃO.

MOÇÃO 9

Proponente: *Francisco Santos Lima – RO*

Que o MinC libere recursos financeiros para conclusão da obra do teatro (paralisada há mais de oito anos), na cidade de Porto Velho, Estado de Rondônia. Porto Velho é a única capital brasileira que não possui um teatro público.

APROVADA POR ACLAMAÇÃO.

MOÇÃO 10

Proponente: *Vital Melo e Luiz Vitalli – AM*

A delegação dos artistas, representantes das entidades organizadas da sociedade civil, representantes do Poder Público do Estado do Amazonas, presentes na 1ª Conferência Nacional de Cultura, realizada pelo Governo Federal, através do Ministério da Cultura em Brasília, no período de 13 a 16 de dezembro de 2005, vem propor que esta Plenária recomende formalmente a criação do Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento Cultural, Fundo de Cultura, no Amazonas e nas demais unidades da federação brasileira, observadas a Constituição Federal e as peculiaridades legais de natureza financeira e tributária inerentes a cada uma destas, nos seus âmbitos internos.

APROVADA POR ACLAMAÇÃO.

MOÇÃO 11

Proponente: *Alexandre Böer – RS*

Que o Grupo de Trabalho GLBT (gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros), ligado à Secretaria da Diversidade e da Identidade Cultural do Ministério da Cultura, que atua desde novembro de 2003 na formulação e avaliação de políticas públicas transversais e específicas da cultura GLBT, seja reconhecido, ampliado e institucionalizado como uma câmara setorial do Ministério da Cultura.

APROVADA POR ACLAMAÇÃO.

MOÇÃO 12

Proponente: *Carlos de Andrade – SP*

Que a Câmara Setorial do Livro e Leitura acolha representante(s) dos autores inéditos.

Que a Câmara Setorial do Livro e Leitura abrigue um conselho editorial. Que se crie uma cota editorial para autores inéditos financiada pelo Ministério da Cultura.

APROVADA POR ACLAMAÇÃO.

MOÇÃO 13

Proponente: *Centro Universitário de Cultura em Arte – AM*

O Centro Universitário de Cultura em Arte de Parintins, através de seu representante delegado à 1ª Conferência Nacional de Cultura, Sr. Manoel Marcos de Moura Clementino, morador da cidade de Parintins vem, por meio deste instrumento, solicitar a inserção do município de Parintins, no Sistema Nacional de Cultura, assim como a criação do Fundo Nacional de Cultura, para o referido Município, portanto, com o objetivo de legitimação das políticas públicas e maior incentivo a essa importante área promotora de inclusão social.

APROVADA POR ACLAMAÇÃO.

MOÇÃO 14

Proponente: *Valzeli Sampaio – PA*

Vivemos num país de grande dimensão territorial, abrigando uma rica diversidade cultural, de raça e de meio ambiente, mas ainda é um mistério para a maioria de nós. “O Brasil não conhece o Brasil”, disse Fernando Brant. Este desconhecimento é provocado pela dificuldade de acesso, por meios de transporte não eficientes e caros e, principalmente, por um sistema de comunicação não democrático, concentrado nas mãos de poucas empresas privadas.

Nós, abaixo-assinados, artistas, produtores culturais, gestores e educadores, presentes na Conferência Nacional de Cultura em Brasília, exigimos a regulamentação das leis dos meios de comunicação para garantir – (Princípio Constitucional 221) – a veiculação, produção e divulgação das manifestações culturais nacionais e regionalizadas nos meios de comunicação. E, para além disso, criar e regulamentar mídias alternativas e comunitárias, nas esferas estadual, municipal e distrital, da produção cultural local e do intercâmbio entre as regiões.

Entendemos que a democratização dos meios estende-se, também, à garantia da implementação, pelas empresas produtoras de tecnologia, produtoras de comunicação e de energia, da

produção de tecnologia barata e limpa, ou seja, que estas não destruam o meio ambiente, a exemplo das pilhas, única forma de energia que permite o acesso da informação através do rádio às comunidades localizadas na periferia dos grandes centros do país.

APROVADA POR ACLAMAÇÃO.

MOÇÃO 15

Proponente: *Nilton Moraes – MS*

Moção de reivindicação: Os delegados da 1ª Conferência Nacional de Cultura, ao tempo em que louvam os participantes desse importante conclave, apresentam a seguinte moção de reivindicação, para que o município de Corumbá seja reconhecido como um dos centros de referência da cultura sul-americana, tendo em vista a sua posição geográfica no coração da América do Sul, bem como sua peculiar expressividade na cultura sul-americana, como por exemplo no Festival América do Sul, de âmbito internacional e de realização anual.

APROVADA POR ACLAMAÇÃO.

MOÇÃO 16

Proponente: *Carlos Neves – ES*

Solicitamos a criação de leis de incentivo estadual e municipal de cultura em todo o território brasileiro.

APROVADA POR ACLAMAÇÃO.

MOÇÃO 17

Proponente: *Leoni Silva – SC*

Os delegados da 1ª Conferência Nacional de Cultura, realizada na cidade de Brasília entre os dias 14 e 16/12/2005, apóiam a criação de uma Secretaria exclusiva para a cultura, no Município de Jaraguá do Sul em Santa Catarina.

APROVADA POR ACLAMAÇÃO.

MOÇÃO 18

Proponente: *Waldir Bertúlio – MT*

Considerando que, desde a Constituição de 88 até os dias atuais, pouco foi concretizado em relação à emissão de posse das terras remanescentes de quilombos no Brasil e em reparação à pequena parte da dívida histórica que o Brasil tem com o povo negro, cobramos do Governo Federal a urgente retomada das terras quilombolas em todo o país, com o devido aporte de recursos para moradia, transporte, comercialização agrícola e artesanal, fixando o povo negro nas suas terras.

APROVADA POR ACLAMAÇÃO.

MOÇÃO 19

Proponente: *José Roberto Mariano – CE*

Para que serve um homem ou uma mulher que

não seja para realizar a paz? Para que serve a cultura de uma nação que não seja para realizar a paz e a cidadania?

Nós, brasileiros, queremos a cultura e a arte como instrumentos, ferramentas construtoras da paz e cidadania. O Brasil tem talentos e necessita de uma política pública que toque no coração e transforme os homens e as mulheres da sociedade, que transforme o feio no belo, que sacie a fome do corpo e da alma, que nos dê a dignidade e a cidadania realmente.

O mundo necessita de uma cultura que transforme a guerra em paz. Garantir um programa nacional que priorize ONG's, entidades sem fins lucrativos que desenvolvam trabalhos com culturas de paz e com arte, engajados em programas sociais com vistas a regiões brasileiras de menor IDH.

De que vale a mulher ou o homem se não for para realizar a paz e a cidadania dos seres humanos? A cultura de paz preconiza 5 “Ds”:

- Diversidade cultural, étnica e de orientação sexual,
- Direitos humanos,
- Desenvolvimento sustentável amplo,
- Desarmamento,
- Diálogo.

APROVADA POR ACLAMAÇÃO.

MOÇÃO 20

Proponente: *Larissa Saré – PA*

Os delegados abaixo assinados propõem uma moção de apoio à descentralização e distribuição equitativa dos recursos para a cultura em todas as regiões do Brasil, respeitando as necessidades locais, direcionando por esse princípio a regulamentação da PEC 150/03.

APROVADA POR ACLAMAÇÃO.

MOÇÃO 21

Proponente: *Vinicius Viana – BA*

O Município de Camaçari, localizado na região metropolitana de Salvador – BA, é lembrado pelo seu poder industrial, desde a implementação do maior pólo petroquímico do hemisfério sul (na década de 70). Hoje, com cerca de 180 mil habitantes e a maior arrecadação do Estado, Camaçari também desponta no cenário estadual e nacional como celeiro cultural, apresentando significativa diversidade com cerca de 117 manifestações culturais diferentes. Apesar dessa importância, Camaçari não possui a sua Secretaria de Cultura. Através dessa moção

de apoio, solicitamos aos conferencistas a sensibilidade e a assinatura em prol da criação e implementação da Secretaria da Cultura do município de Camaçari – BA.

APROVADA POR ACLAMAÇÃO.

MOÇÃO 22

Proponente: *Emanuel Freitas – PA*

Assegurar a tramitação, aprovação e funcionamento da PEC 150, garantindo os percentuais constitucionais para a cultura.

APROVADA POR ACLAMAÇÃO.

MOÇÃO 23

Proponente: *Delegados de Roraima – RO*

Criação da Secretaria Estadual de Cultura de Roraima.

APROVADA POR ACLAMAÇÃO.

MOÇÃO 24

Proponente: *Grupo de Discussão de Política de Museus.*

Assegurar a realização trienal da Conferência Nacional de Cultura, garantido o processo participativo da sociedade civil e dos poderes públicos.

APROVADA POR ACLAMAÇÃO.

MOÇÃO 25

Proponente: *GD Política de Museus.*

Criação de Secretarias e Conselhos de Cultura nos estados e municípios.

APROVADA POR ACLAMAÇÃO.

MOÇÃO 26

Proponente: *GD Política de Museus.*

Criação do Instituto Brasileiro de Museus, como órgão responsável pela gestão de políticas públicas e de sistemas e redes na área museológica, em nível nacional, visando a articulação, difusão, fomento e apoio aos museus, garantindo, assim, a continuidade da política nacional de museus.

APROVADA POR ACLAMAÇÃO.

MOÇÃO 27

Proponente: *GD Política de Museus.*

Regulamentação nos Estados e Municípios de legislação que disponha sobre a proteção do patrimônio cultural.

APROVADA POR ACLAMAÇÃO.

MOÇÃO 28

Proponente: *Cleisemery Campos – RJ*

Moção de reconhecimento e parabéns ao Seminário Permanente de Políticas Públicas de Cultura do Estado do Rio de Janeiro, organizado e realizado pela Universidade Estadual do Rio

de Janeiro, através da Sub-reitoria de Extensão e Cultura, Departamento de Cultura, Casa de Rui Barbosa – MinC e a Comissão Estadual dos Gestores Públicos de Cultura – COMCULTURA, que vem atuando nos últimos 4 anos de maneira exemplar para a capacitação de gestores, trabalhadores e agentes culturais fluminenses.

APROVADA POR ACLAMAÇÃO.

MOÇÃO 29

Proponente: *Eudes Silva Júnior – TO*

Os(as) participantes da 1ª conferência nacional de cultura, ocorrida em Brasília de 13 a 16 de dezembro de 2005, vêm pela presente moção aplaudir a todos(as) os(as) artistas que se mantêm em atividade no país, apesar da falta de apoio e/ou patrocínios. Reivindicam, os abaixo-assinados, do MinC a divulgação e repercussão da presente moção.

APROVADA POR ACLAMAÇÃO.

MOÇÃO 30

Proponente: *Eliomar Mazoco – ES*

Pela criação de um Instituto Nacional de Cultura Popular Tradicional, ou a transformação do Centro Nacional de Cultura Popular em um instituto.

APROVADA POR ACLAMAÇÃO.

MOÇÃO 31

Proponente: *Rosalvo da Silva – PE*

Nós, abaixo-assinados, participantes da 1ª Conferência Nacional de Cultura, realizada em Brasília, vimos apoiar o Projeto de Lei do combate ao “jabá”, em rádio e TV, de autoria do Deputado Fernando Ferro, em tramitação na Câmara dos Deputados. Solicitamos urgência na aprovação do Projeto que proíbe o Jabá em Rádio e TV.

APROVADA POR ACLAMAÇÃO.

MOÇÃO 32

Proponente: *Rosa Coimbra*

Reconhecendo a importância da conquista que a dança obteve no ano de 2005, ao ser considerada pelo Ministério da Cultura como área autônoma de conhecimento, com linguagem artística específica, solicitamos apoio ao PL 7.370/2002, do Deputado Luiz Antônio Fleury Filho, que reconhece as distinções entre as áreas da dança e da educação física, desautorizando a fiscalização do sistema CONFEF/CREFS.

APROVADA POR ACLAMAÇÃO.

MOÇÃO 33

Proponente: *PERMEAR – MG*

Pela regulamentação da profissão de conservador, restaurador de bens móveis integrados.

APROVADA POR ACLAMAÇÃO.

MOÇÃO 34

Proponente: *Paulo Henrique Phaelante – PE*
Pela descentralização das Conferências Nacionais, para que as conferências sejam feitas num processo democrático, escolhendo a capital para sediar a conferência nacional, num sistema rotativo.

Esse processo promoverá a cultura do Estado, viabilizando o intercâmbio cultural, assim como a auto-sustentabilidade dos atores culturais das capitais. Divulgando e dando aos artistas oportunidade de conhecerem as diversidades culturais do País.

Em tempo, em consideração ao título recebido: que a cidade de Olinda seja a primeira capital contemplada pelo novo sistema de conferência, sendo ponto de partida para a rotatividade que contemple as demais capitais.

“Olinda, patrimônio cultural da humanidade.”

APROVADA POR ACLAMAÇÃO.

MOÇÃO 35

Proponente: *Carlos Gonçalves – PA*
Moção de repúdio à postura autoritária e irresponsável do Secretário Estadual de Cultura do Pará, que por motivos político-partidários se recusou a aderir ao Sistema Nacional de Cultura, o que teve como conseqüência mais grave a não realização da Conferência Estadual de Cultura do Pará. Também não reconhecemos como legítimo o atual Conselho Estadual de Cultura, que é constituído em sua totalidade, por convidados amigos do atual Secretário Sr. Paulo Chaves, pois o mesmo não representa os interesses dos segmentos culturais do Estado.

APROVADA POR ACLAMAÇÃO.

MOÇÃO 36

Proponente: *Gueto Poético da Bahia – BA*
Moção de apoio à implementação da Lei 8.638 de 9 de julho de 2003, que autoriza a criação da Casa do Teatro de Rua da Bahia.

APROVADA POR ACLAMAÇÃO.

MOÇÃO 37

Proponente: *Cláudio Hipólito*
Os participantes da 1ª Conferência Nacional de Cultura, abaixo-assinados, reivindicam ao MinC a criação do Fundo Pindorama de Fomento à Cultura e às Artes, com recursos provenientes de um percentual do faturamento das grandes empresas de telecomunicações, mídia, entretenimento, artes e cultura, incluindo gravadoras, emissoras de rádio e televisão, bem como fornecedores de equipamentos para o

setor. O Fundo Pindorama deverá levar em conta as experiências dos fundos setoriais e verde-amarelos, geridos pelo MCT e voltados a atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação em ciência e tecnologia.

APROVADA POR ACLAMAÇÃO.

MOÇÃO 38

Proponente: *Vânia Soares – GO*
Os delegados da 1ª Conferência Nacional de Cultura, ao tempo em que louvam os participantes deste importante conclave, vêm apresentar a seguinte moção de repúdio ao Secretário Municipal de Cultura de Goiânia, por suas ações contra a participação popular, que inviabilizou a realização da 3ª Conferência Municipal de Cultura, bem como prejudica o controle social das políticas públicas na cultura.

APROVADA POR ACLAMAÇÃO.

MOÇÃO 39

Proponente: *Elaine Loures – MG*
Criação de um teatro municipal para a cidade de Sete Lagoas-MG para apresentações de teatro, dança, música, literatura e todas as manifestações artístico-culturais. Com toda a infra-estrutura, como iluminação, ventilação, segurança do patrimônio, recursos humanos, acesso a todos os cidadãos da cidade, acessibilidade arquitetônica, etc. A cidade não tem teatro, tem auditórios.

APROVADA POR ACLAMAÇÃO.

MOÇÃO 40

Proponente: *Maria Eugênia Stein – RJ*
Moção de louvor e contínuo apoio às equipes de gestores do Ministério da Cultura, responsáveis pelo planejamento e realização da 1ª Conferência Nacional de Cultura, permitindo a ampla e democrática participação dos representantes dos diversos setores da criação, produção, administração da cultura nos diversos Estados e Municípios da federação, com ênfase na participação da sociedade civil, o que reflete o respeito com os direitos do cidadão brasileiro, com reflexos na implantação de políticas públicas de cultura.

APROVADA POR ACLAMAÇÃO.

MOÇÃO 41

Proponente: *Révero Paula Ribeiro – SC*
Os delegados participantes da 1ª Conferência Nacional de Cultura, realizada na cidade de Brasília entre os dias 13 e 16/12/2006, apóiam a criação de uma secretaria exclusiva para a cultura no Estado de Santa Catarina.

APROVADA POR ACLAMAÇÃO.

MOÇÃO 42

Proponente: *Deolinda Teixeira – GO*

Considerando a Carta Aberta apresentada na 1ª Conferência Nacional de Cultura, registrando a violação da democracia por fatos ocorridos na 3ª Conferência Municipal de Cultura de Goiânia, propomos uma moção de apoio à Federação de Teatro de Goiás, aos Fóruns Permanentes de Cultura e de Teatro e ainda aos blogs culturais Entreatos e Amigos dos Museus e solicitamos ainda que a Carta Aberta, em anexo, conste dos anais da 1ª CNC.

APROVADA POR ACLAMAÇÃO.

MOÇÃO 43

Proponentes: *Elli Benedita da Silva Rodrigues e Luiz Alves Castro - MT*

Que o MinC interceda junto ao Ministério das Comunicações para que, no primeiro semestre de 2006, ocorra uma Conferência Nacional de Comunicações, com participação popular, a exemplo da Conferência de Cultura.

APROVADA POR ACLAMAÇÃO.

MOÇÃO 44

Proponente: *Portadores de necessidades especiais participantes da 1ª Conferência Nacional de Cultura.*

Nós portadores de necessidades especiais, expressamos a nossa intenção de estar contribuindo na organização das próximas conferências municipais, estaduais e nacional de cultura.

Entendido que a 1ª Conferência Nacional de Cultura torna-se um marco na História do nosso país, pois pela primeira vez sociedade e governo, em comunhão, organizam, dentro do mais amplo processo democrático, a política cultural brasileira.

Sendo assim, elogiamos os acertos, porém, não podemos deixar de apresentar e criticar os erros, com um desejo de aprimorar a organização das próximas conferências, sejam elas no âmbito municipal, estadual e federal, para garantir uma participação de nossos companheiros, propomos que as próximas conferências municipais, estaduais e nacional ocorram:

1. Em locais sem barreiras arquitetônicas.
2. Em locais de fácil acesso.
3. Com distribuição de textos preparatórios em braile.
4. Banheiros adaptados.
5. Fitas ou CDs com os textos da conferência para bibliotecas sonoras para cegos.
6. Transcrição dos anais das conferências nas três esferas para linguagem de sinais impressos para surdos.

7. Com intérprete de libras (língua brasileira de sinais).

APROVADA POR ACLAMAÇÃO.



Relatório Final da 1ª Conferência Nacional de Cultura

CONFERÊNCIAS MUNICIPAIS E INTERMUNICIPAIS:
MAPAS E TABELAS

CONFERÊNCIAS ESTADUAIS DE CULTURA:
DIRETRIZES APROVADAS

SEMINÁRIOS SETORIAIS DE CULTURA:
DIRETRIZES APROVADAS

PLENÁRIA NACIONAL: DIRETRIZES, COMPLEMENTOS E
CONTRIBUIÇÕES DOS PARTICIPANTES

RELATÓRIO DA 1ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE CULTURA

BALANÇO FINAL DA 1ª CNC



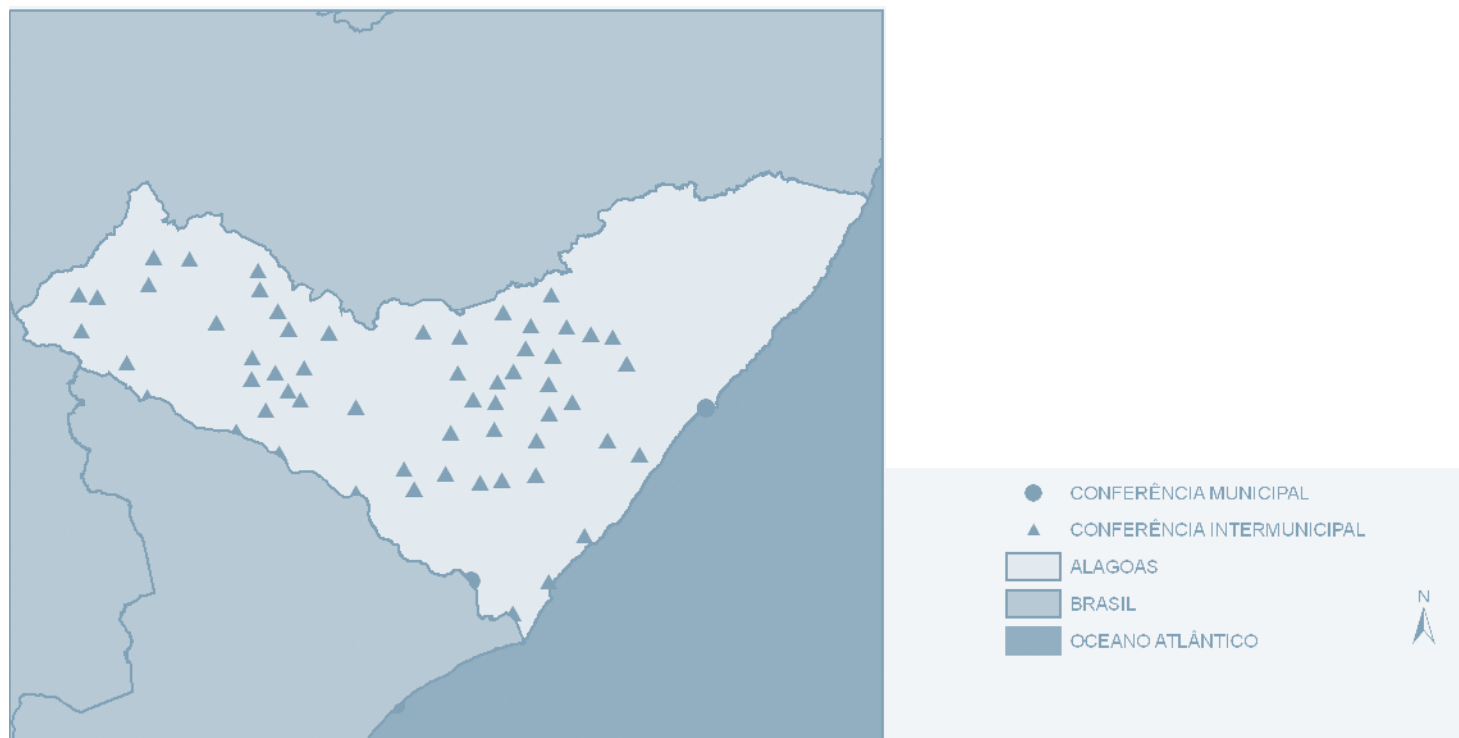


Conferências Municipais e Intermunicipais: Mapas e Tabelas





ALAGOAS



ALAGOAS	AL
População	3.015.912
Municípios	102
Municípios envolvidos em conferencia	61
% Microrregiões com Município envolvido em conferência	92%
Conferências Municipais	
Número de Conferências	2
Total de Participantes	1.010
Conferências Intermunicipais	
Número de Conferências	3
Municípios Envolvidos	59
Total de Participantes	1.197
Conferência Estadual	
Total de Participantes	438



UF	CONFERÊNCIA	DATA DE REALIZAÇÃO	PARTICIPANTES	MICRORREGIÃO	MUNICÍPIO
AL	Intermunicipal de Arapiraca	20/10/2005	412	Arapiraca	Arapiraca
					Campo Grande
					Coité do Nóia
					Feira Grande
					Girau do Ponciano
					Limoeiro de Anadia
					São Sebastião
					Taquarana
					Batalha
					Belo Monte
	Intermunicipal de Coruripe	28/10/2005	368	Mata Alagoana	Atalaia
					Cajueiro
					Capela
					Palmeira dos Índios
					Belém
					Mar Vermelho
					Maribondo
					Paulo Jacinto
					Quebrangulo
					Tanque D'Arca
Intermunicipal de Delmiro Gouveia	21/10/2005	417	Alagoana do Sertão do São Francisco	Delmiro Gouveia	
				Olho d'Água do Casado	
				Piranhas	
				Batalha	
				Jacaré dos Homens	
				Monteirópolis	
				Olho d'Água das Flores	
				Oliveira	
				Santana do Ipanema	
				Carneiros	
Intermunicipal de Delmiro Gouveia	21/10/2005	417	Serrana do Sertão Alagoano	Dois Riachos	
				Maravilha	
				Ouro Branco	
				Palestina	
				Pão de Açúcar	
				Poço das Trincheiras	
				Santana do Ipanema	
				São José da Tapera	
				Senador Rui Palmeira	
				Água Branca	
Intermunicipal de Delmiro Gouveia	21/10/2005	417	Serrana do Sertão Alagoano	Canapi	
				Inhapi	
				Mata Grande	
				Pariconha	



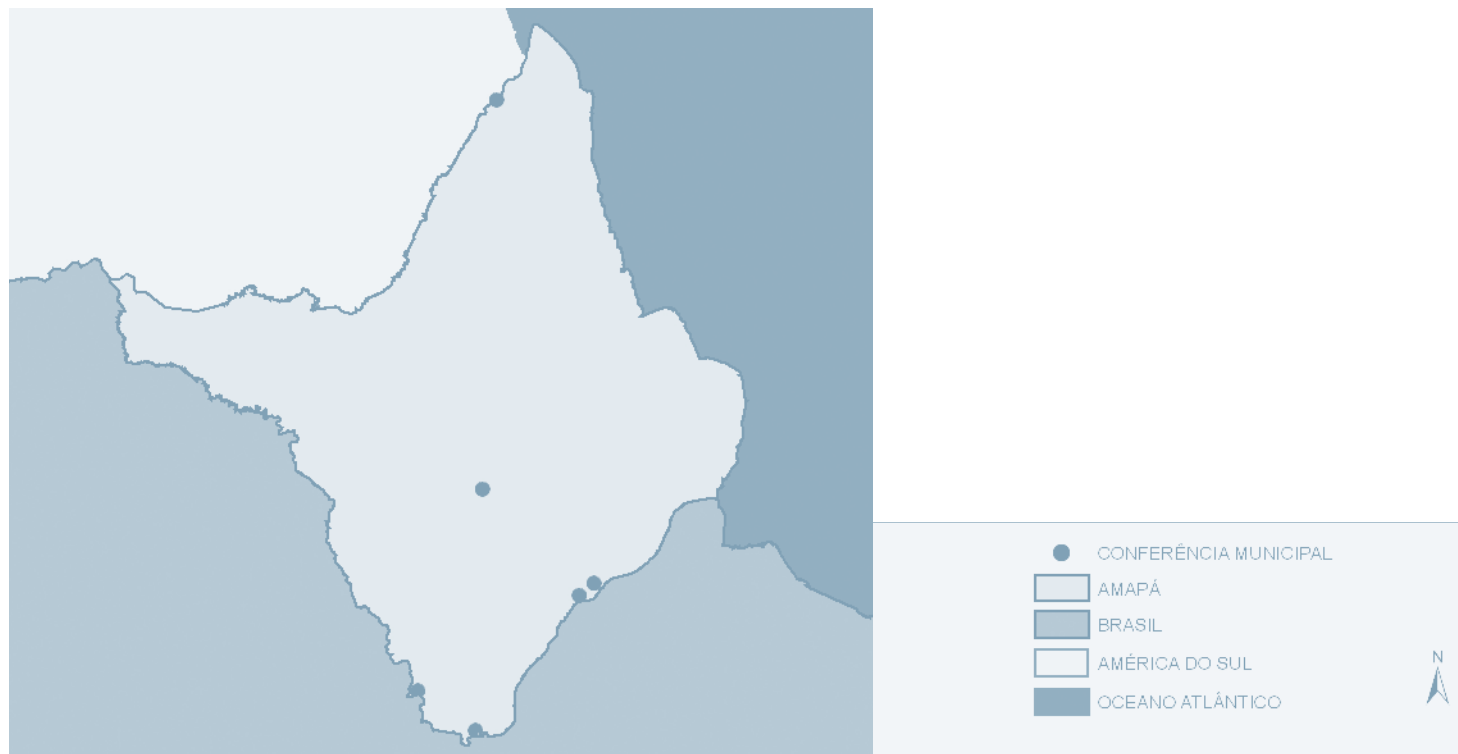


Municipal de Maceió	26 e 27/10/2005	909	Maceió	Maceió
Municipal de Penedo	19/10/2005	101	Penedo	Penedo





AMAPÁ



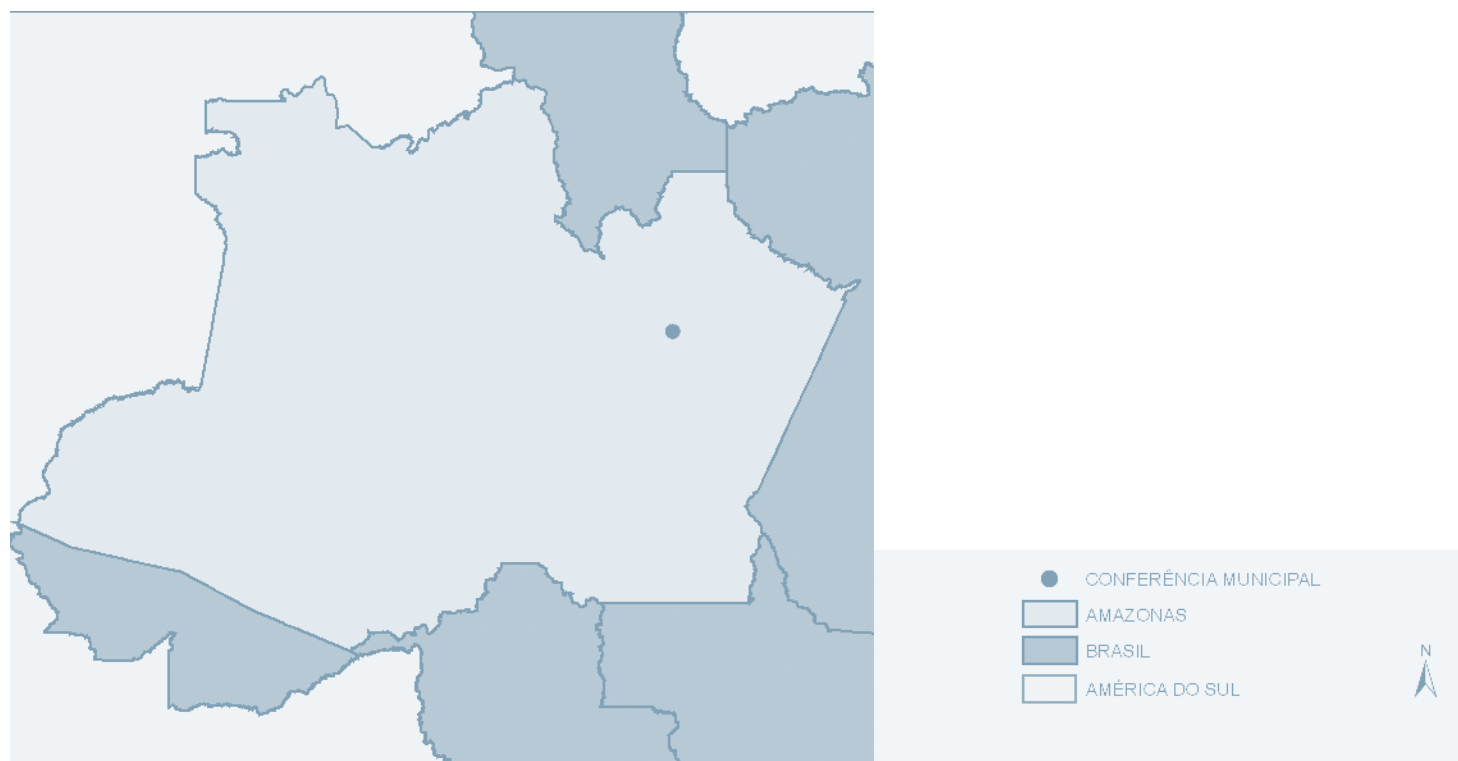
AMAPÁ	AP
População	594.587
Municípios	16
Municípios envolvidos em conferencia	6
% Microrregiões com Município envolvido em conferência	75%
Conferências Municipais	
Número de Conferências	6
Total de Participantes	925
Conferências Intermunicipais	
Número de Conferências	0
Municípios Envolvidos	0
Total de Participantes	0
Conferência Estadual	
Total de Participantes	-----



UF	CONFERÊNCIA	DATA DE REALIZAÇÃO	PARTICIPANTES	MICRORREGIÃO	MUNICÍPIO
AP	Municipal de Laranjal do Jari	09/11/2005	120	Mazagão	Laranjal do Jari
	Municipal de Macapá	21/10/2005	120	Macapá	Macapá
	Municipal de Oiapoque	28/10/2005	393	Oiapoque	Oiapoque
	Municipal de Pedra Branca do Amapari	20/11/2005	85	Macapá	Pedra Branca do Amapari
	Municipal de Santana	28/10/2005	130	Macapá	Santana
	Municipal de Vitória do Jari	06/11/2005	77	Mazagão	Vitória do Jari



AMAZONAS



AMAZONAS	AM
População	3.232.330
Municípios	62
Municípios envolvidos em conferencia	1
% Microrregiões com Município envolvido em conferência	8%
Conferências Municipais	
Número de Conferências	1
Total de Participantes	169
Conferências Intermunicipais	
Número de Conferências	0
Municípios Envolvidos	0
Total de Participantes	0
Conferência Estadual	
Total de Participantes	231



UF	CONFERÊNCIA	DATA DE REALIZAÇÃO	PARTICIPANTES	MICRORREGIÃO	MUNICÍPIO
AM	Municipal de Manaus	17/11/2005	169	Manaus	Manaus

